

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CCAE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES- CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

MARLON NILTON DA SILVA GALVÃO

**O concreto de João Pessoa sobre as redes do Porto do Capim: conflitos
territoriais, Grupos Domésticos e Organização Comunitária**

**JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO de 2022**

MARLON NILTON DA SILVA GALVÃO

**O Concreto de João Pessoa sobre as redes do Porto do Capim: Conflitos territoriais,
Grupos Domésticos e Organização Comunitária**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós - Graduação em Antropologia da
Universidade Federal da Paraíba
(PPGA/UFPB), como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Antropologia.

Orientadora: Alexandra Barbosa da
Silva.

JOÃO PESSOA – PB

DEZEMBRO de 2022

G182c Galvão, Marlon Nilton da Silva.

O concreto de João Pessoa sobre as redes do Porto do Capim : conflitos territoriais, grupos domésticos e organização comunitária / Marlon Nilton da Silva Galvão. - João Pessoa, 2022.

131 f. : il.

Orientação: Alexandra Barbosa da Silva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA-CCAE.

1. Antropologia. 2. Dinâmica territorial. 3. Porto do Capim - João Pessoa. 4. Grupos domésticos. I. Silva, Alexandra Barbosa da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 572.028(043)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora. Dra. Alexandra Barbosa da Silva.
Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB

Prof. Dr. Fabio Mura.
Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB

Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Estêvão Martins Palitot
Universidade Federal da Paraíba – PPGA/UFPB

Prof. Dra. Claudia Mura
Universidade Federal de Alagoas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA/E)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



MARLON NILTON DA SILVA GALVÃO

**O CONCRETO DE JOÃO PESSOA SOBRE AS REDES DO PORTO DO CAPIM:
CONFLITOS TERRITORIAIS E IDENTIDADE NO CONTEXTO DA CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: APROVADO

Em: 20 de dezembro de 2022.

Banca examinadora



Prof. Dra. Alexandra Barbosa da Silva
(Orientadora)
PPGA/UFPB



Prof. Dr. Fabio Mura
(Examinador interno)
PPGA/UFPB



Prof. Dra. Jesus Marmanillo Pereira
(Examinador Externo)
UFMA

AGRADECIMENTOS

A princípio, gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia pelo empenho e dedicação de professores e servidores que possibilitaram esta dissertação. Mesmo sob os mais diversos ataques de um governo de extrema-direita, que instalou interventores onde pode e uma pandemia global, continuaram firmes em seus objetivos de fomentar a produção de conhecimentos. Nesta esteira gostaria de agradecer aos professores Dra. Alexandra Barbosa e Dr. Fabio Mura pela paciência e companheirismo na minha formação como pesquisador e pessoa.

Este trabalho só existe porque tive apoio incondicional da minha família, por isso também agradeço e dedico este trabalho a vocês mãe, Fátima; Irmãs, Fabiola e Fabrini; Irmão, Mayron, e sobrinhos, Hugo e Heitor.

Entretanto, mesmo com todo este suporte, existem aqueles dias que só os amigos podem salvar e para minha sorte tenho muitos, cada um com seu jeito e habilidades únicas que salvaram esse ser. Por essa e todas as outras agradeço a Cristina Manga por todas as animadas conversas que temos, graças a você, decidi trilhar o caminho da Antropologia.

Agradeço também ao Will, que se tornou irmão por todas as histórias que temos juntos, você é uma inspiração na perseverança em investir na carreira como pesquisador. Agradeço a todos os amigos que acompanharam esta trajetória, como a Ary, Pedro, Sandra, José Marcos e todos os amigos que fiz nesta caminhada acadêmica; a todos do Tilápia, Falcão, Douglas, Lourival, Clara, Ana Paula, Gabriel, Marcos Batata, Vitória, Lucas Milan, Lucas Lopes, Roque, Henrique Transa. Sem todos estes amigos, e todos os outros que não citei, meus pontos de sanidade teriam chegado a zero.

Por fim, mas com enorme importância e prestígio, quero agradecer enormemente a Verônica, Nice, D. Odacir, Rayssa, Rossana, Joyce, assim como todas e todos da Associação de Mulheres do Porto do Capim e das Garças do Sanhauá, sem vocês este trabalho simplesmente não existiria. Foi a partir da paciência e do companheirismo de vocês que este trabalho toma forma. Agradeço também a oportunidade e confiança em poder trazer parte das vivências da comunidade, uma grande responsabilidade e dádiva.

RESUMO

A presente dissertação se dispõe a discutir os efeitos e desdobramentos do conflito territorial enfrentado pela comunidade do Porto do Capim, localizada no centro da cidade de João Pessoa-PB, devido ao projeto do centro histórico capitaneado pela prefeitura municipal. A comunidade Ribeirinha do Porto do Capim, em João Pessoa, Paraíba, tem uma rica trajetória de formação e defesa de um território próprio. Tomando corpo a partir das décadas de 1940 em diante, a comunidade recebe diversos fluxos de pessoas e com o tempo compreende tal diversidade como parte constituinte de sua identidade a partir da relação com o rio Sanhauá (ASSAD, 2017). A partir dos anos 1980/90 é iniciado o projeto de revitalização do centro histórico, espaço em que a comunidade está localizada. Por conta de divergências sobre a forma com que tal projeto compreende a permanência da comunidade, é iniciado o conflito que tem seu momento de maior tensão no ano de 2019, quando as primeiras casas são demolidas. A partir destas questões o presente trabalho se propõe a trazer algumas reflexões sobre a formação da identidade ribeirinha presente nos moradores do Porto constituída a partir da relação cotidiana entre os grupos domésticos e os grupos no o ambiente a partir do conceito de dominialização (BARBOSA DA SILVA & MURA, 2018). A partir deste fluxo de pessoas, ideias e materiais, queremos trazer luz a algumas dinâmicas que são norteadoras da formação desta identidade e a relação entre esta e a luta pela permanência da comunidade em seu território que fomenta organizações como a Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC) e o coletivo de jovens Garças do Sanhauá.

Palavras-chave: Dinâmica territorial; Grupos Domésticos; Porto do Capim; João Pessoa.

ABSTRACT

The present dissertation is willing to discuss the effects and consequences of the territorial conflict faced by the community of Porto do Capim, located in the center of the city of João Pessoa-PB, due to the project of the historic center led by the municipal government. The riverside community of Porto do Capim, in João Pessoa, Paraíba, has a rich trajectory of formation and defense of its own territory. Taking shape from the 1940s onwards, the community receives different flows of people and over time understands such diversity as a constituent part of its identity from the relationship with the Sanhauá River (ASSAD, 2017). In the 1980s and 1990s, a project to revitalize the historic center began, where the community is located. Due to disagreements about the way in which such a project understands the community's permanence, the conflict begins, which has its moment of greatest tension in 2019, when the first houses are demolished. From these questions, the present work proposes to bring some reflections on the formation of the riverside identity present in the residents of Porto constituted from the daily relationship between the domestic groups and the groups with the environment from the concept of domination (BARBOSA DA SILVA & MURA, 2018). From this flow of people, ideas and materials, we want to shed light on some dynamics that guide the formation of this identity and the relationship between this and the struggle for the permanence of the community in its territory that fosters organizations such as the Associação de Mulheres do Porto do Porto Capim (AMPC) and the collective of young Garças do Sanhauá.

Keywords: Territorial dynamics; Homegroups; Porto do Capim; Joao Pessoa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. CAPÍTULO 1: do Espaço do Porto do Capim ao território: ocupações e transformações ao longo do tempo.....	7
1.1 Porto do Varadouro, Centro econômico da Paraíba.....	10
1.2 De centro econômico a “centro histórico”.....	18
1.3 Comunidade do Porto do capim: surgimento e formação.....	30
2. CAPÍTULO 2: 2019, um ano de rupturas: gênese e dinâmica de uma comunidade de/na luta	42
2.1 O Projeto do Parque Ecológico Sanhauá.....	44
2.2 Fluxo e impactos dos eventos de 2019.....	60
CAPÍTULO 3: As raízes fincadas na lama, grupos domésticos, suas origens e dinâmicas.....	71
3.1 A trajetória dos grupos domésticos de Dona Geraldina, Dona Odacir e de Seu Pedro Holanda.....	75
3.1.1 Família de Dona Geraldina.....	76
3.1.2 Família de Nice e D. Odacir.....	82
3.1.3 Família Holanda.....	90
3.2 Formação da Associação de Mulheres do Porto do Capim e do Coletivo de jovens Garças do Sanhauá.....	102
4. Considerações Finais.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1
Anexo.....	5

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, é preciso dizer que este trabalho é marcado pelos efeitos da pandemia de Covid-19, com os limites que foram impostos e com as possibilidades que existiam naquele momento. Marcas, como as mudanças do plano original, que tiveram de ser feitas para que o trabalho de campo pudesse acontecer, mas principalmente pelos distanciamentos necessários e as adaptações do trabalho remoto. Por estas e outras questões 2020, que seria o ano dos trabalhos de campo, se transformou em um ano de adaptações e de compreensão de um novo ritmo de trabalho, que começava e terminava no mesmo ponto: a tela do computador. Para a Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC), que foi meu ponto de partida da pesquisa e cujas integrantes gentilmente aceitaram conversar comigo, o primeiro ano da pandemia foi exaustivo. Enfrentaram os efeitos do primeiro ano de pandemia e agora criando novas estratégias para lidar com o novo cenário que tal contexto impõe. Com isso, só pude me organizar para realizar as primeiras conversas presenciais em meados de 2021 e desde já quero agradecer a Verônica, Dona Odacir, Nice, Joyce, Rossana e Raysa pela atenção e disponibilidade em dialogar.

Adiantado os efeitos deste evento que nos colocou em xeque, gostaria de trazer um pouco da minha trajetória e inserção no campo, para assim contextualizar as questões que me inquietaram e conduziram as reflexões deste texto.

Em meados de 2019 fiz a disciplina de Técnica, Ambiente e Conhecimento como aluno especial no programa de pós-graduação em Antropologia da UFPB, o PPGA. Durante as aulas o professor Fabio Mura comentou sobre o contexto do Porto do Capim e da necessidade de voluntários para executar um informe técnico, a pedido do Ministério Público Federal. O convite para participar do Grupo de Trabalho foi aceito de imediato, já que o trabalho demandava certa urgência da equipe que iria se debruçar sobre a comunidade em várias frentes de trabalho. O trabalho consistia em apresentar um informe técnico que respondesse a algumas questões feitas pelo MPF relacionadas à conexão da comunidade com o ambiente do entorno e da própria constituição do Porto do Capim. Isso porque naquele momento a Prefeitura da cidade de João Pessoa começava a promover a remoção de famílias e demolições das casas.

Como eu já tive algumas experiências na graduação em trabalhos técnicos de natureza parecida, com foco na produção de croquis e diagramas de parentesco, foi uma grande oportunidade para aumentar minha bagagem de experiência. Eu não conhecia o Porto do Capim; na verdade esse foi o pontapé inicial para meu contato mais profundo com a capital paraibana. Apesar de ter feito a graduação no estado, meu contato com João Pessoa sempre foi de passagem, nunca de diálogo. Só em dezembro de 2018 é que me mudo para Santa Rita, região metropolitana de João Pessoa.

Ter participado da equipe multidisciplinar desta pesquisa foi uma maneira de me colocar a serviço da comunidade, como antropólogo, para uma causa que me chama a atenção. Isto porque o trabalho como antropólogo ainda é restrito a atividades acadêmicas, sendo poucas as oportunidades de trabalhos com efeitos mais imediatos e que envolvem estes temas sobre grupos tradicionais e territorialidade. Claro que, por outro lado, os contextos em que estas pesquisas acontecem são marcados por conflitos acesos e que colocam o profissional a prova, seja para desempenhar seu trabalho em prazos apertados, seja muitas vezes tendo que enfrentar situações que a vida acadêmica não prepara. No meu ponto de vista, ter essas experiências de campo são fundamentais para a minha formação como pesquisador. Isto porque esta situação exigia precisão e agilidade com relação as informações que vinham das pessoas na comunidade, como também uma perspectiva apurada da teoria e das discussões atuais sobre os temas. Unindo todos esses interesses me ofereci como voluntário para esse grupo técnico e com a confirmação do trabalho, fui aceito.

Minha primeira visita ao Porto foi por volta de Maio de 2019, um mês marcado pelas chuvas na região do litoral paraibano. Ao chegarmos na Vila Nassau, fomos recebidos por Adriana e Seu Severino que eram moradores da Vila Nassau, inclusive Adriana fazia parte da Associação. Lá tivemos essa primeira conversa e uma explicação sobre o Porto, entendendo o tamanho da comunidade e quantas famílias, aproximadamente, haviam lá. Com o tempo mais pessoas chegavam na roda de conversa e um ponto sempre era reforçado, o de que a Vila Nassau também fazia parte do Porto. Essa ênfase era dada porque o discurso sustentado pela Prefeitura municipal era de que a Vila Nassau era uma outra comunidade, logo os efeitos da obra não afetariam o Porto do Capim.

Enquanto fazíamos estas primeiras conversas, outros moradores mais antigos nos eram apresentados, junto a isso, suas trajetórias de chegada ao Porto do Capim. Adriana e os outros falavam das famílias que tinham vindo das ilhas e de como ali todos “eram quase

família”, pelos laços de casamentos, amizades e afins. Um outro aspecto que reforçava esse laço com o lugar e as famílias, era a categoria de “filhos do Porto”, isto é, de se ter origem na comunidade e ter o lugar como referência. Mesmo aqueles que já não moravam no Porto, sabiam que ali era um lugar para onde poderiam voltar em caso de necessidade e que familiares seus estavam lá.

A sequência do dia foi de conhecer outras pessoas importantes na construção da Vila Nassau, como Penha Barreto e seu esposo, Seu Izidio, Seu Alagoas e outros. Esse foi o início de uma pesquisa densa, onde a cada visita me era mostrado uma rede de relações muito complexa, entre as famílias e com o lugar, criando relações de pertencimento e identificação. Como o informe técnico tinha um caráter multidisciplinar e tínhamos poucos meses para entregá-lo, fiquei responsável por organizar os diagramas de parentesco, que foram essenciais para fundamentar a discussão sobre a relação das famílias entre si, na comunidade. Para além desta frente, tivemos colegas da Geografia e da Ecologia que contribuíram enormemente com as questões de mapeamento das áreas de pesca no rio Sanhauá.

Na construção dos diagramas, focamos os trabalhos sobre vinte grupos domésticos que nos foram apontados como os mais antigos. O tamanho das famílias, junto com a complexidade das relações e o curto espaço de tempo à disposição, foram desafios superados pelo auxílio essencial da Associação de Mulheres do Porto do Capim. Além de conhecerem como poucas as relações dos grupos domésticos, as mulheres da associação dominaram com muita habilidade a técnica de elaboração dos diagramas e também a condução de entrevistas.

Com elas, conseguimos dar conta de um trabalho de anos em meses. Acompanhando o dia a dia do Porto, conhecendo as famílias e um pouco da sua história, pude perceber como elas estavam ligadas numa rede de relações, seja familiares, como também de afinidade e/ou amizade, tão complexas que em alguns momentos até as próprias pessoas não conseguiam lembrar de todos os acontecimentos e relações. Essa rede também oferece um suporte para as necessidades que aparecem neste cotidiano.

Era muito comum ver as crianças brincando pelas ruas do Porto e as pessoas comentando que aquilo só acontecia ali, porque em outros lugares não tinha a mesma segurança. A questão da segurança pública é visto como um problema geral da cidade, e a comunidade do Porto não está distante dela. Mas neste sentido, a segurança era de saber que a criança estava brincando, mas sempre com algum adulto conhecido olhando, muitas vezes da família ou conhecido próximo. Essa proximidade também estava com o mangue e o trapiche,

lugares onde é certo encontrar alguém saindo ou chegando da pescaria. Também um lugar de diversão para as crianças e seus banhos depois da escola. Apesar deste aparente clima de tranquilidade, muita coisa estava acontecendo. No momento em que estávamos em campo a Prefeitura também agia, demolindo casas e seguindo com o projeto a toque de caixa.

Em meados de Agosto, concluímos o informe técnico e fomos apresentá-lo à comunidade. Tempos antes, os moradores tinham se organizado e criado a “Praça da Resistência”. Essa praça fica dentro da Vila Nassau e está onde antes eram as casas que foram demolidas pela Prefeitura. Para além da apresentação do informe técnico, foi organizado uma série de apresentações com dança, música e falas de moradores. A inauguração da Praça da Resistência foi um manifesto de luta da comunidade, trazendo ali as alegrias e dores em um lugar que concentra toda esta simbologia.

Apesar da entrega do informe ao MPF e o encerramento daquele trabalho, algumas questões ainda me incomodavam. Com o ingresso no Mestrado, tentei organizar tais questões e dispô-las nesta dissertação. Uma das inquietações que sentia era como meus amigos que moram em João Pessoa não estavam debatendo a questão do Porto; muitos inclusive não sabiam das ações da Prefeitura e nem conheciam a comunidade. Isso se tornou um incômodo maior para mim porque, alguns deles conheciam com profundidade os bares do Centro Histórico, mas não sabiam do que acontecia no Porto que fica a poucos metros destes lugares. Os poucos que tinham algum conhecimento era a partir de alguma propaganda da Prefeitura, alguma notícia dos telejornais ou nas redes sociais. De forma geral a impressão que eles tinham do projeto era de benfeitoria para a cidade e também para a comunidade. Isso porque as notícias que eram veiculadas iam no sentido de que, a área era alagada pela subida do rio durante a época de chuva, colocando os moradores em situação de risco.

Ouvir tais perspectivas, naquele momento em que eu estava imerso nas atividades, era muito curioso, pois havia um contraste entre a vitalidade do Porto que eu encontrava e a imagem que permanecia no imaginário dos pessoenses que conversava: um lugar marcado por uma pobreza material enorme e que tal carência precisava ser resolvida com uma reestruturação urbana.

Essa sensação de vigor que o Porto transmitia era fruto, também, desse contexto de uma ameaça iminente de remoção e da urgência de ter as necessidades da comunidade compreendidas. Por isso a organização ativa da Associação de Mulheres do Porto do Capim foi e é essencial. Elas que articulam os movimentos e são as lideranças em todo esse processo

de disputa com os órgãos municipais. Durante todo o tempo da pesquisa, em 2019, houve atividades como os festejos juninos, além da tradicional festa de N.S da Conceição (v. RUIZ, 2016). Mesmo no momento em que pandemia era mais cruel, elas souberam se articular, produzindo *lives* nas redes sociais e agora com uma visita ao Porto também pela *internet*.

Dentro deste contraste, criado entre o que era visto dentro do Porto e o que era veiculado pelas mídias e órgãos oficiais, outro incômodo era a negação da existência da comunidade, enquanto tradicional e ribeirinha, conforme se percebem, nesta relação íntima e longa entre as famílias e o ambiente do rio e do mangue. Essa negação não era só o resultado do conflito que está em curso, mas também da percepção de que a existência de uma comunidade como essa no centro da capital paraibana era dissonante, já que dentro do senso comum os ribeirinhos estão afastados, quase em isolamento.

Esses questionamentos me levaram a pensar como um lugar como o Porto do Capim poderia passar por todo aquele processo, marcado por violências diversas, sem que a cidade sentisse tal golpe? E também colocar em questão essa personagem, a cidade, que muitas vezes parece aplainar os inúmeros conflitos, e seus diversos grupos, que marcam a formação deste espaço específico, transformando-os em algo passageiro em confronto com uma fixidez, que caracterizaria a cidade.

Por isso, este trabalho se propõe a trazer um olhar sobre essa disputa entre a comunidade do Porto do Capim e a Prefeitura de João Pessoa, apontando algumas questões que me parecem importantes. Algumas perguntas nortearão esse texto. Por exemplo, como se dá a construção de uma identidade coletiva e seu caráter étnico, com base nas características ecológicas e produtivas, em um contexto urbano? Como essa diversidade lida com processos de transformação do espaço urbano, normalmente planejados para atender a um grupo homogêneo e em alguma medida imaginado?

Para responder a isto, teremos três capítulos, o primeiro versando sobre o espaço do Porto do Capim e suas transformações, onde nos propomos a compreender quais foram os eventos principais para que este lugar tivesse a configuração atual. O segundo capítulo abordará diretamente o conflito entre a prefeitura da cidade de João Pessoa com a comunidade do Porto do Capim, apontando os objetivos da gestão no ano de 2019 e os eventos que ocorreram naquele ano. Por fim, no terceiro capítulo, vamos nos debruçar sobre as relações existentes entre os grupos domésticos e como estas relações conformam o território tradicional e sua dinâmica, assim como o surgimento de agentes que se impõem frente a

prefeitura, como a Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC) e o coletivo de jovens Garças do Sanhauá.

1. CAPÍTULO 1: DO ESPAÇO DO PORTO DO CAPIM AO TERRITÓRIO: OCUPAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO TEMPO

O espaço onde hoje está localizado o Porto do Capim é resultado de inúmeras mudanças físicas e também de configurações de poder, que são reflexo dos processos de colonização e expansão da cidade de João Pessoa, e consequentemente, do estado da Paraíba. Desde o início da colonização esta região é vista como ideal para a atividade portuária e de navegação. Mesmo com a transferência das grandes embarcações para o porto de Cabedelo, o Porto do Capim é referência para as pequenas canoas e pescadores, que têm com o rio uma outra relação, desligada do sobe e desce da bolsa de valores, mas sempre atentos a subida e descida da maré.

Quando nos debruçamos sobre as transformações pelas quais este espaço passa, estamos propondo um esforço em compreender como se dão esses acontecimentos, quais são as suas origens e efeitos sobre as pessoas que ali foram chegando e como os desdobramentos destes eventos marcam a forma de ocupação e a relação das pessoas entre si e no espaço. Por isso precisamos compreender os processos que se deram na construção da comunidade do Porto do Capim, e como as pessoas atuam nestes processos. Quando tratamos de eventos com estas proporções é preciso ter em vista que o que vemos é resultado de interações humanas no ambiente em diferentes níveis. Como Ingold (2002) sugere, estas interações no ambiente são os registros das gerações que viveram ali, ao mesmo tempo que podem levar a lembranças, um vínculo com o passado. Essa relação entre paisagem e temporalidade são noções fundamentais para compreender um padrão de habitação que o autor chama de paisagem de tarefas (*taskscape*).

Justamente Ingold (op. cit.) vai dar uma definição específica ao conceito de paisagem (*landscape*) para explicar que, ao olharmos para um lugar precisamos compreender primeiro qual é o ponto de observação, pois cada ponto oferece uma dimensão de transformações diferente. Por conta desta relação entre o observador e o que ele percebe, a paisagem é qualitativa e heterogênea, podendo gerar sentidos diferentes dependendo da bagagem e das formas que o observador tem para perceber o lugar. É importante destacar que o autor, para definir seus conceitos, sempre está nos apresentando outros conceitos que não são aqueles a que se refere. Por exemplo, ao definir a paisagem, ele primeiro aponta a diferença entre paisagem e espaço, por apontar que este é delimitado de maneira abstrata, por pontos e linhas

em um plano homogêneo, como em uma rota de GPS, em que temos uma visão ampla dos caminhos, mas não sabemos como de fato é a estrada e suas curvas. Da mesma maneira ele aponta que o lugar numa paisagem não é um recorte, mas um nexos, um ponto de junção que é atribuído pelo observador.

Nesta mesma esteira o conceito de paisagem de tarefas (*taskscape*) se coloca como uma forma de compreender as tarefas como uma série de atividades entrelaçadas que dão sentido qualitativo e heterogêneo ao lugar a partir de uma temporalidade socialmente construída. Para explicar melhor este conceito, o autor traça um paralelo entre a paisagem de tarefas e uma orquestra de música. Um dos primeiros pontos deste paralelo é sobre a temporalidade das paisagens de tarefas. Esta temporalidade é baseada em um ritmo próprio, produzido a partir do desenvolvimento de tensões e resoluções de maneira cíclica. Com isso, o autor coloca que a vida social, assim como a música, não está restrita a um tempo cronológico, que divide o tempo e partes iguais, para que seus eventos aconteçam. Estão, por outro lado, seguindo um ritmo produzido por estas tensões e resoluções em um ciclo rítmico. O segundo ponto deste comparativo é que não existe apenas um ciclo rítmico, que dá movimento a essa temporalidade. O que existem são diversos ciclos rítmicos simultâneos, e que em algum momento entram em ressonância. Desta maneira, uma paisagem de tarefas não está fixa em nenhum ritmo específico, mas é montada a partir da inter-relação entre esses ritmos diferentes. Por último a paisagem de tarefas só existe quando as pessoas estão envolvidas nas atividades, executando-as, da mesma forma que a música só existe quando está sendo executada. Tanto as partituras, quanto as descrições sobre as tarefas são formas abstratas de representação de um evento que só existe quando está sendo executado. Com estas questões em mente, Ingold aponta que as paisagens são paisagens de tarefas congeladas, enquanto a primeira se pode apenas ver, a última apenas se pode ouvir.

Enquanto tomamos os processos de construção do Porto a partir desta ação dos humanos no ambiente, precisamos também observar como as decisões políticas, no seu sentido amplo, também influenciam nas possibilidades de construção do território. Desta maneira, precisamos ter em vista conceitos que traremos mais à frente como “ocupação tradicional” por exemplo.

As mudanças ocorridas na esfera do ordenamento jurídico, sobre a categoria de “terra tradicionalmente ocupada”, que são formas de existências coletivas e de relação com a natureza, é outra dimensão em que a comunidade está posta. Almeida (2008) aponta que este

tema entra em pauta no contexto político da redemocratização, em que o país vinha de intensas e múltiplas reivindicações sobre formas de uso da terra que estavam sob a ameaça de latifundiários e afins. O autor aponta que dos resultados obtidos deste processo se tem o decreto nº 6.040/2007 que norteia o conceito de terra tradicionalmente ocupada como:

“os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações” (BRASIL. Decreto n; 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007)

e os povos que ocupam esses espaços são definidos como:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL. Decreto n; 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007)

O autor salienta que, apesar do estabelecimento jurídico da definição de terras tradicionalmente ocupadas – trazida na Constituição Federal de 1988 para os povos indígenas, expressando seus territórios – e de povos tradicionais, as disputas sobre estes territórios não se encerram. Outro ponto que precisamos ter em vista é que os processos de organização interno das dinâmicas de uso de cada terra tradicionalmente ocupada são marcadas por sociabilidades específicas, onde o autor vai denominar de territorialidade específica. Esta territorialidade é o resultado de diferentes processos sociais sobre o espaço e que delimita o território, assim o território tradicionalmente ocupado e a noção de “tradicional” não é definido simplesmente por regras rígidas, nem apenas por laços de afinidade, mas são resultados de processos de mobilização para a garantia de formas de ocupar espaços se de se distinguir dos externos ao grupo social, incluindo os grupos seus opositores em interesses. Para Almeida, os processos de luta pela terra transformam unidades afetivas em unidades políticas, de maneira que a comunidade tradicional está constituída nessa passagem, em que se busca bases jurídicas para sustentar um território construído socialmente.

Ao trazer esse caráter situacional para a categoria de tradicional, o autor quer retratar a dinâmica que existe entre unidades sociais que convergem nos seus modos de vida

formando o que ele chama de unidades de mobilização, que é a aglutinação de grupos não necessariamente homogêneos, mas com interesses em comum e que geram a mobilização.

Esta categoria de tradicional inclusive é uma exigência do Estado brasileiro para garantir direitos a estas populações, e por isso que a disputa também é feita no campo identitário, fazendo com que estas formas de ocupação do território passam a ser organizadas e conformem identidades coletivas, que possam estar próximas daquilo que o Estado compreende como tradicional. Contudo estes rótulos aplicados às comunidades, como “ribeirinhas”, “faxinais” e outras que têm o marcador geográfico como elemento de contrastividade, acabam exercendo um papel de homogeneizador destas comunidades, que em muitos casos abrigam uma diversidade de identidades, mas que, para serem reconhecidas como “tradicionais”, e poderem garantir o território de uso e ocupação, precisam assumir uma categoria homogeneizadora imposta de certa forma pelo Estado. No caso da comunidade do Porto do Capim, a identidade ribeirinha está posta a partir da relação cotidiana com o rio, fonte de recursos, assim como a ancestralidade de alguns grupos domésticos, que têm suas origens nas ilhas do rio Sanhauá. Entretanto ser parte do Porto do Capim é também estar ligado aos fluxos do centro da capital paraibana, de circular pela cidade, de estar em trânsito e cruzando a linha do trem. Desta forma a identidade cultivada no Porto é muito mais complexa do que a imagem de ribeirinho que se tem no senso comum.

Com isto, nossa ideia neste capítulo é trazer em um primeiro momento um panorama histórico sobre o desenvolvimento das atividades portuárias em João Pessoa, entre os séculos XIX e XX, tentando seguir a trilha que esta paisagem de tarefas nos apresenta, enquanto caminhamos a partir da perspectiva de quem fez e faz o Porto do Capim. Como desdobramento, vamos apresentar como se desenrola o processo de revitalização do Centro Histórico da cidade, seus atores, interesses e percepções.

1.1 PORTO DO VARADOURO, CENTRO ECONÔMICO DA PARAÍBA

O porto do Varadouro, nome oficial do Porto do Capim, tem sua origem como ponto de atracamento já desde a colonização portuguesa na região. A escolha da fundação da cidade de “Filipéia de N.S das Neves”, em 1585, se dá pela topografia da região e marcou o desenvolvimento da cidade, separada entre a parte baixa e alta. Com o desenvolvimento das

atividades açucareiras, algodozeiras, e da instalação da linha férrea, que ligava a capital Parahyba ao povoado de Molungu, sendo construído em 1880, o porto ganhou notoriedade por conectar a região com o território nacional o mundo.

Em meados do século XIX a cidade da Parahyba não estava muito distante do que era no Brasil colônia. A cidade não tinha grandes obras de infraestrutura, nem grande população residente. Era marcadamente separada entre a cidade baixa, que concentrava todas as atividades comerciais e também a moradia dos trabalhadores e pessoas escravizadas, enquanto que a cidade alta era o espaço das casas abastadas e das igrejas. Esse era, segundo Maia (2006), o cenário de boa parte do Brasil e que só terá avanços no processo de urbanização com a chegada da corte portuguesa. Apesar desse evento, o processo em si é demorado na Parahyba, onde em 1888 ainda era discutido questões infraestruturais para o funcionamento da cidade.

A cidade durante seu desenvolvimento não era de fato a moradia da elite açucareira e algodozeira. Os sobrados da elite eram “casas de inverno”¹ voltadas a passar a temporada de chuvas. Somente na metade do século XIX é que os sobrados se consolidam como morada para a elite, que migra a capital para estar próximo dos escritórios de comércio e do centro do poder político.

O processo de ruptura com a casa grande dos engenhos é explorado por Juarez Batista (1951) como parte do processo de desenvolvimento e consolidação da vida urbana na cidade. Por ser do início do século XX este texto, que é a transcrição de uma conferência, expandida e comentada, é fortemente influenciado pela sociologia de Gilberto Freyre e da escola de Chicago. Batista aponta a preocupação de uma aristocracia, formada nesse processo de mudança das elites, em melhorar a infraestrutura da cidade. Assim como os autores da época, o autor faz uma relação direta entre a aristocracia criada integralmente nestes sobrados com os avanços da cidade em infraestrutura, sendo esta última resultado de um pensamento positivista e iluminista aplicado à cidade.

Os impactos destas correntes de pensamento estão diretamente ligadas aos movimentos higienistas, que ao se espelharem nas experiências francesas e londrinas, propunham replicá-las aqui e assim consolidar as rápidas transformações que a revolução industrial trazia. Pois,

1 “Os sobrados que existiam na Parahyba em 1815, com diz Korter, eram utilizados apenas durante as estações invernosas. Por aí se compreende o desprestígio das áreas urbanas. (...) Porém, é oportuno que se lembre, o sobrado dessa época tinha apenas o valor simbólico de riqueza e poder, nunca uma função expressivamente social” (BATISTA, 1951, p. 23)

como Maia (op. cit.) discute, a necessidade de ações de saúde coletiva eram fundamentais para a consolidação da revolução industrial, visto que o crescimento exponencial das cidades era proporcional a das doenças vindas com estas novas aglomerações. Outro ponto que a autora destaca é como tal movimento acaba ocupando espaços de poder, seja dentro da estrutura do Estado, seja na maneira de pensar o Estado, trazendo o eugenismo para o debate, de forma a propagar uma relação preconceituosa entre a classe trabalhadora e empobrecida com as doenças. Isso leva, no caso da Parahyba, a demolição das casas de palha², que em dado momento dividia espaço com os sobrados, forçando esses trabalhadores a morarem em outros lugares. Outro movimento de destaque foi a setorização das ruas da capital, separando locais de atividade comercial daquelas de moradia, mas esse tipo de movimento enfrentou dificuldades em ser aplicada³.

Outro autor que pensa sobre o avanço da urbanização da capital paraibana é Mariz (1978), que ao contextualizar os processos econômicos do estado, aponta que os avanços urbanos, somados a necessidade de melhor infraestrutura, está diretamente ligado ao desenvolvimento da produção de algodão que rendia ao Estado recursos para os projetos, ao mesmo tempo que eventos como a seca de 1877, obrigava o mesmo a promover soluções para os problemas que surgiam. Esse evento climático provocou uma forte migração das pessoas afetadas no sertão para a zona da mata e litoral, inclusive provocando a construção de um novo cemitério, já que o anterior não suportava a demanda que crescia.

Devido às condições do porto do capim, a estrada de ferro foi estendida até Cabedelo para melhor escoamento de algumas cargas. A disputa sobre o controle portuário e da localização deste este momento já era motivo de debate nesta época, Mariz (op. cit) traz a preocupação que os comerciantes tinham de ter o centro comercial transferido para Cabedelo. Apesar de o governo excluir a ideia, apontando a falta de recursos naturais para a manutenção de um centro comercial, a empresa que geria a linha férrea construiu um porto de madeira na região, enquanto que dragagens foram feitas no rio Sanhauá para continuar recebendo

2 Maia (2008) aponta que o código de postura da Parahyba em 1859 proibia a construção e reparo deste tipo de habitação.

3 O artigo “rua da Ponte” presente no jornal Diário da Parahyba, na sua edição de 23/01/1885 trata do zoneamento de determinados mercados, como o de pescados e carnes frescas, em locais específicos da cidade e que com esta forma de organização a cidade teria um comércio dinâmico e lucrativo para todos. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809144&Pesq=%22f%C3%A1brica%20de%20sab%C3%A3o%22&pagfis=605>> Acesso em 25 de Maio 2022.

embarcações de porte maior. Veremos mais adiante, que esta disputa se estende por toda metade século seguinte.

Com essa garantia da manutenção do porto na região do Varadouro, o comércio na região cresce, deixando suas marcas na paisagem. Um dos dados que o Batista (1951) apresenta em seu livro é a forma de ocupação da região do porto do capim, onde no final do século XIX existia de forma simultânea armazéns, lojas e sobrados. É destacado inclusive que os sobrados de dois andares⁴ estavam concentrados apenas na região do porto, já que o térreo era usado como armazém e dormitório para os caixeiros viajantes. Para além disso a rua Visconde de Inhaúma concentrava diversas atividades comerciais, como joalherias, relojoarias e itens de maior valor, assim como escritórios de representantes de compra e venda de algodão e outras *commodities* exportadas.

Nas imediações do porto também tivemos a fábrica de sabão, o curtume e mais acima a fábrica de vinho Tito Silva⁵. Estes empreendimentos dividiam espaço com os sobrados dos comerciantes, mas também com as casas dos trabalhadores e zonas de prostituição, estas últimas tendo suas atividades iniciadas em horários opostos às atividades comerciais.



Imagem 1: Sobrados da rua Visconde de Inhaúma. In BATISTA, 1951.

4 “Os comerciantes em grosso, estabelecidos no Porto do Capim, não queria seus caixeiros morando distante do armazém. Preferiam tê-los no segundo andar, dar-lhes comida e dormida, a ficar esperando que chegassem para abrir as suas portas depois das quatro horas da manhã. Mesmo os mais lores, que moravam na rua da Areia ou na rua Direita, deixavam o seu primeiro andar na Visconde de Inhaúma ou nas Convertidas para os caixeiros (...)” (BATISTA, 1951, p. 67)

5 Para um aprofundamento do tema ver Clovis Dias (2013)



Painel 9 - A Cidade da Paraíba em fotos do final do Século XIX e início do XX

1- Rua Visconde de Inhaúma, atual João Suassuna, no Varadouro. 2- Trecho baixo da Rua da Areia. 3- Curtume no sopé da ladeira de São Francisco. 4-Fabrica de sabões na Rua Visconde de Inhaúma.

Imagem 2: Quadro 9. Fábrica de Sabão entre outras imagens. Retirado de Dias (2013, p.73).

Batista (1951) ainda traz em seu trabalho alguns mapas que mostram como era ocupada a região do Varadouro.

Nestes anexos podemos ver como o relevo da região foi sendo modificado, para abrigar a expansão das atividades portuárias (ver imagem 3), assim como a classificação atribuída pelo autor de determinadas regiões, em círculos ou como ele chama *loop*, que são caracterizados por usos e atribuições próprias. Podemos notar, ao comparar com a imagem 4, como que o território foi modificado a partir do aterro de determinadas áreas, mas que em alguma medida os usos permaneceram semelhantes. A linha férrea é um elemento da paisagem que não foi modificado e serve como guia.

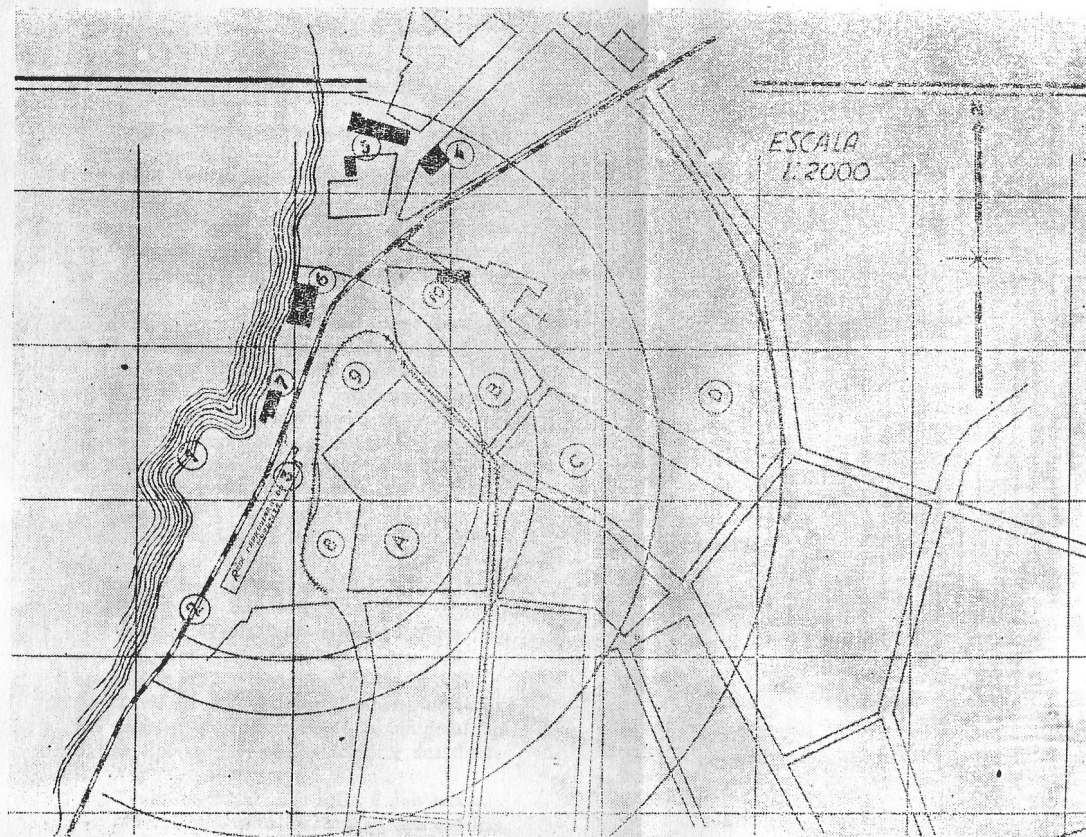


GRÁFICO N.º 3

Zoneamento da cidade da Parahyba em semi-círculos concêntricos, com que se tenta representar, parcialmente, a expansão radial da cidade. CONVENÇÕES: a) Loop; b) zona ou área de deterioração; c) zona ou área das "Luzes brilhantes"; d) zona que envolve a cidade, a dos bairros pobres. — 1) Maré; 2) Linha do trem; 3) Estação da hoje Rede Ferroviária do Nordeste; 4) Alfândega; 5) Guarda Moria; 6) Trapiche; 7) Mercado; 8) Praça Alvaro Machado; 9) Praça 15 de Novembro; 10) Recebedoria de Rendas. O mapa sobre o qual se fez o presente gráfico data de 1923.

Imagem 3: Reprodução do Mapa disponível em Batista (1951).



Imagem 4: região atualmente. Fonte: Google Earth.

Esses dados nos apontam um fator muito importante para entender os processos que constituíram o território da comunidade do Porto do Capim hoje. Em primeiro lugar destaco a presença de moradores em toda a região, independente da classe social. Esse fato é fundamental porque ao ler sobre o processo de transferência das atividades portuárias do Varadouro para Cabedelo, como veremos mais a diante, os textos não tratam sobre a população que permaneceu durante este processo. Assim tem-se a impressão de que a região portuária era exclusivamente comercial, com seus trabalhadores morando distante dos seus lugares de trabalho. Os dados que Batista apresenta são mais um forte indicativo de que a região era ocupada como moradia e desta forma não é um movimento estranho ver os antigos trabalhadores do porto, assim como os pescadores do rio Sanhauá, retomando este espaço para suas moradias.

As transformações que começam no final do século XIX ganham volume no início do século XX. Ruas são ampliadas para a instalação do bonde elétrico, que substitui o bonde puxado por tração animal, de maneira que a ideia em vigor, para a reforma da cidade é a das linhas retas e grandes espaços para passeio. Octávio Mello (1990) ao olhar para os coretos da cidade, como símbolo de uma forma de se relacionar com a mesma, nos mostra como monumentos e igrejas foram demolidos e alguns reconstruídos para dar lugar a ruas mais largas. Um dos exemplos é a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que foi demolida para dar espaço à praça Vidal de Negreiros, também conhecida como Ponto de Cem Réis. Para o autor essas modificações são uma tentativa do desligamento simbólico que a cidade tem com as igrejas e reforçando uma conexão com a racionalidade que a ideia de moderno traz.

Outro autor que trata destas modificações da paisagem é Dias (2013), que se aprofunda na mudança que as ruas do centro da cidade passou. O autor nos traz planos de urbanização traçados por Saturnino de Brito, que somado ao sistema de saneamento, propunha uma expansão da cidade. Assim, o processo de urbanização da capital se dava de forma homogênea, partindo do centro para as bordas, por um conjunto de motivos, como a desvalorização imobiliária do Centro e o avanço da mobilidade devido a popularização dos



Imagem 5: Fonte: Octavio, 1990

automóveis. Dias aponta uma assimetria na formação dos espaços e na esteira destes avanços temos a formação de novos bairros para as classes ascendentes da sociedade, como o bairro da Torre e a construção da avenida Eptácio Pessoa, que levou a cidade a crescer na direção da praia.

Este deslocamento de investimento em infraestrutura e em projetos de habitação fizeram com que o centro de João Pessoa entrasse em um processo de estagnação imobiliária, pois parte expressiva da ocupação dos prédios é de comércio, enquanto que os poucos moradores encaram o esvaziamento do lugar. Nas décadas de 60 em diante, do século XX, foram de acentuado zoneamento da cidade. Enquanto o centro era voltado a atividades comerciais, os novos bairros da orla eram pensados como a vitrine moderna da capital (CRUZ E SILVA, 2013). Mesmo com o zoneamento, e a tentativa de concentrar todas as atividades comerciais no centro, a região apresentava um esvaziamento durante a noite, já que não era uma zona de densa habitação. Junto com esse esvaziamento se tinha o abandono dos antigos prédios e dessa história da cidade.

1.2 DE CENTRO ECONÔMICO A “CENTRO HISTÓRICO”

Esse esvaziamento do centro, como bairro residencial das classes médias e altas, se arrasta até meados da década de 70 do século passado. É nesta época que o estado da Paraíba e a Prefeitura de João Pessoa começam a olhar para seu centro como possibilidade para a criação de um centro histórico e mais tarde firmam parceira com o Estado espanhol, via a AECI (Agência Espanhola de Cooperação Internacional) que financiaria o desenvolvimento de um plano de ação conjunta sobre este espaço com fins de preservação dos rastros da colonização espanhola no Brasil (SCOCUGLIA, 2004a). Este centro histórico, por um lado, preservaria os edifícios do século passado e com isso invocaria parte da história oficial da capital, ao mesmo tempo que potencializaria esse turismo patrimonial, que vinha crescendo em outras capitais do nordeste, como Salvador e Recife.

Contudo o próprio processo de delimitação do Centro Histórico passou por processos diferentes, a nível municipal e estadual, de maneira a criar discrepâncias entre o que seria tombado e as formas de atuação de cada ente. Costa (2009) se debruça sobre o processo de formação do centro histórico, que passa pela criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP, em 1971, e do plano diretor da cidade em João Pessoa, em

1975. Cada um destes órgãos delimitaram suas poligonais, que definiam o que era considerado “centro histórico” e com isso objeto de cuidados do Estado, e o que não precisaria desta fiscalização. Contudo, tanto o plano diretor, quanto as delimitações do IPHAEP, tinham pontos de conflito, como a falta de consonância com determinadas convenções internacionais sobre patrimônio, que expandiam esse conceito para além dos monumentos de pedra e cal. É apenas em 2004, segundo a autora, que as poligonais do plano diretor e do Instituto são unificados pelo decreto nº 25.138 de 28 de Junho de 2004⁶.



Imagem 6: Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. Autor , 2022.

Dentro deste processo, a comunidade do Porto do Capim ficou dentro do chamado APE - Área de Preservação do Entorno do Centro Histórico da Cidade, que é definida como:

é a porção de território natural ou urbano vinculado pela continuidade espacial e evolutiva do traçado urbano e pelos laços históricos, culturais, sociais, econômicos e funcionais à APR [área de proteção restrita], mas que **não possua semelhante densidade de bens de significação cultural**. Funciona como área de transição e de manutenção da ambiência entre a APR e a área de expansão da cidade, através da preservação do seu traçado urbano e dos bens de significação cultural ainda nela existentes e pela renovação das edificações sem valor de forma a não comprometer a ambiência da APR, notadamente nos aspectos relativos a sua escala e textura de materiais. (Decreto nº 25.138 de 28 de Junho de 2004. Destaque do autor)

6 Junto com o decreto tem a deliberação do IPHAEP sobre o tombamento do Centro Histórico e suas divisões. Disponível em <http://static.paraiba.pb.gov.br/diariooficial_old/diariooficial200205.pdf>

A partir do momento que o Porto do Capim é englobado nesta categoria de “área do entorno”, podemos inferir que o órgão de preservação não contemplava a comunidade e suas especificidades, por exemplo a relação com o mangue e suas tradições, como um bem cultural relevante e conectado com a área de proteção restrita. É importante destacar que as únicas diretrizes que o documento apresenta estão voltadas às intervenções feitas em imóveis, de forma a não contemplar outras formas de patrimônio – seguindo em conformidade com a ideia de patrimonialização do chamado “pedra e cal”.



Imagem 7: Placa exposta na parte interna da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. Autor, 2022.

Em 2007 o IPHAN faz o tombamento federal da área, contudo existe uma contradição interessante apontada por Gonçalves (2014). A autora discute que, apesar da ligação do rio com a cidade ser um dos argumentos centrais para o tombamento federal, ele não ficou dentro da área de preservação restrita, mas sim na área do entorno. Logo, nem o mangue, nem o rio estavam sob a proteção do IPHAN. Esse mesmo questionamento é levantado por Costa (2009).

Por volta do final de 1980 e início de 1990 começa o debate sobre um projeto de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, com o objetivo de torná-lo um ponto turístico. Contudo, o projeto não seguia de maneira fluida, pois, se tinha interesses difusos

vindos do governo estadual e municipal, que travavam a relação com o maior parceiro financiador, o AECI⁷, como nos mostra Gonçalves (2014).

Por conta deste relacionamento complicado, que afetava diretamente a eficiência da aplicação dos recursos, o financiamento internacional vai sendo diminuído, chegando ao ponto de estagnar. Assim o projeto só vai ser retomado por volta de 2013, com novos financiamentos, agora do “PAC – Cidades Históricas”⁸. Contudo a proposta se mantinha a mesma: a reforma de alguns prédios simbólicos, como o prédio da Intendência da Antiga Alfândega e o do Sindicato dos Arrumadores, já dentro da área de tombamento do IPHAN, e a retirada da população para um conjunto habitacional⁹. A retirada tinha como fim a abertura de espaço para a construção de um grande espaço para eventos¹⁰, se espelhando na praça do Marco Zero, em Recife-PE.

Tanto Gonçalves (2014) quanto Scocuglia (2004a), apresentam aspectos deste projeto de revitalização que são fundamentais para compreendermos os impactos na comunidade do Porto do Capim. Entre estes aspectos estão os motores que moveram, e em dada medida ainda movem, este projeto, que é uma busca por uma simulação, ou aura¹¹, do

7 Estes conflitos aparecem em Gonçalves (2014, p. 28) onde em 1987 o ministro da cultura, Celso Furtado, consegue integrar o centro histórico de João Pessoa a Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, mantido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI). Também Scocuglia (2004a) aponta outras dificuldades no relacionamento, como a desapropriação de um posto de gasolina que ficava na praça Antenor Navarro e de como a prefeitura precisava ser provocada pelos agentes financiadores para tomar algumas posições.

8 O PAC Cidades Históricas, que estava dentro do Programa de Aceleração do crescimento (PAC), que começa a ser implantado em 2013, com foco em 20 estados brasileiros e diversas obras voltadas aos patrimônios históricos e políticas de preservação. Por causa dos seus impactos e caráter este programa teve o IPHAN como um dos agentes principais. Em João Pessoa este programa financiaria as ações de construção da seguinte maneira: IPHAN/PAC – Cidades Históricas / Revitalização do Antigo Porto do Capim, R\$ 16.185.000,00; e IPHAN / PAC / Cidades Históricas / Revitalização do Rio Sanhauá, R\$ 15.120.000,00.

9 Alguns conjuntos habitacionais foram citados como possíveis destinos para as famílias afetadas pelo projeto. O Conjunto mais próximo é o Saturnino de Brito, que fica a cerca de 2,6 km de distância do Porto do Capim. Algumas famílias que aceitaram a remoção foram alocadas lá -Ssgundo matéria da Prefeitura da cidade (em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/luciano-cartaxo-participa-de-audiencia-na-justica-federal-sobre-parque-sanhaue-apresenta-propostas-de-acordo-para-continuidade-das-obras/>>).

10 Esta informação, sobre a construção de um local para eventos, aparece em algumas publicações, contudo, no projeto apresentado em vídeo pela PMJP em 2019, não existe menção a esse tipo de equipamento. Isso nos leva a pensar que esse projeto de modificação do espaço está em aberto, sofrendo alterações a depender de interesses diversos.

11 Quando pensamos na questão da aura, estamos refletindo a partir das colocações de Benjamin na obra *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*, discutida por Franco (2015) onde esta aura cria uma relação onde o indivíduo está próximo ao objeto, mas também distante temporalmente. Essa aura provoca um sentimento de unidade, no sentido de ser único e presente nas obras de arte. Essa aura é desfeita a partir dos processos técnicos de reprodutibilidade das obras, como a fotografia e o cinema. Pensando nessa construção do centro histórico, percebemos uma clara tendência em reproduzir os efeitos auráticos encontrados em cidades

que era a cidade quando esta concentrava as atividades mercantis da cana-de-açúcar e algodão. Nesta esteira estariam não só os prédios e praça, mas também o rio que é tido como o marco zero da cidade. Apesar destes apontamentos, essa perspectiva preservacionista tem certos limites em seus objetivos, pois assim como em outros Centros Históricos, como o de Salvador-BA e Recife-PE, o centro de João Pessoa precisava ser rentável, segundo os agentes que conduziram a proposta de revitalização. Assim, esta rentabilidade chegaria ao ponto de conseguir sustentar um ecossistema comercial, que garantisse uma “preservação autônoma” do espaço, sem necessitar de constantes investimentos públicos.

Scocuglia (2004a) quando está discutindo sobre essa promoção dos Centros Históricos, como um produto de mercado, aponta que

Não se trata apenas de nostalgia, de uma imagem de nação (...) é uma nova ideia de cidade, de âmbito internacional, representada, em parte, pelos sítios históricos que passam a fazer parte do circuito internacional de mercado global, tanto como produto quanto como elemento de identificação (Scocuglia, 2004a, p. 55)

Apesar do projeto de revitalização apontar que a área sofria com os problemas relativos à especulação imobiliária e que era preciso dar condições para que as pessoas que residiam no centro histórico, como um todo, permanecessem na região, sob o risco de despovoamento¹², existe uma mudança de percepção por parte dos proponentes. Seguindo Scocuglia (op. cit.) no final da década de 1990 o projeto deixa de lado a preocupação com a permanência dos residentes do Varadouro, para apostar em um modelo de revitalização que transformaria aquele cenário urbano em um produto cultural a ser consumido. Nesta perspectiva, a gentrificação é tida como um efeito inevitável deste processo, e que os impactos às populações que vivem nestes lugares são compensados com o ganho que a cidade teria.

Ainda nesta esteira dos efeitos, se percebe a negação da identidade presente no Porto. A retirada da comunidade do Porto do Capim para a construção de um equipamento de eventos, estaria em concordância com a ideia de devolver este espaço para um uso público, ao mesmo tempo que conduziria os moradores para habitações ditas como adequadas. Estas considerações negam a relação entre a comunidade e o ambiente, assim como a própria

históricas e monumentos. Contudo, a forma buscada para a criação deste efeito está baseada em um modelo voltado para o consumo, de maneira a termos uma fetichização dos monumentos históricos. Desta forma o que tem é a criação de um rasgo, que separa aqueles que sabem e podem consumir o centro histórico, daqueles que não sabem e não podem.

12 Os fragmentos do escopo estão em Scocuglia, 2004a, pp. 151-152.

dinâmica interna a ela. Ao mesmo tempo esta proposta de “reconectar” coloca o Porto como algo descolado da cidade.

Contudo, esta concepção de projeto visa uma revitalização a partir do consumo de uma classe média, seja ela da própria cidade ou de turistas. Com isto desfaz todo o arranjo existente no bairro, incluindo a lógica de uso e as dinâmicas que foram construídas por diversos grupos. Nisso temos, o que Scocuglia (2004b) chama de “ilhas de luz” dentro do Centro histórico. Este efeito se dá pelos avanços do projeto, que ficaram limitados ao largo da igreja de São Frei Pedro Gonçalves e a praça Antenor Navarro, desenhando as fronteiras dos lugares em que a classe média frequenta, daqueles espaços que não foram preparados para esse tipo de público. Estes espaços “claros”, conforme Scocuglia, seriam compostos pelos bares instalados e onde os eventos patrocinados pela Prefeitura eram concentrados. Já os lugares “escuros” seriam todos os lugares que circundam a praça e o largo, lugares que não foram afetados pelo projeto e que, ganham o estigma de perigoso.

Esta dicotomia é baseada também no que a autora compreende como usos e contra-usos do novo espaço, onde o cenário dos eventos que estava sendo desenhado para o público consumidor, normalmente a classe média/alta que vinha dos bairros voltados para a praia. Era ocupado também por um público trabalhador, os moradores do Centro. Estes viam os eventos como uma possibilidade de conseguir maiores recursos¹³, fosse com a venda de bebidas e comida em pequenos carrinhos, fosse na coleta de latinhas para a reciclagem. Durante o dia os moradores seguiam seu fluxo cotidiano, ocupando como sempre fizeram o espaço do Centro Histórico, mas durante a noite aqueles mesmos espaços se tornavam de difícil acesso.

Essas fronteiras, que não são físicas, também estão postas a todos que moram no Centro Histórico¹⁴ e estão postas a partir da música, do ambiente, da forma de consumir aquele espaço. Assim existe um esforço ativo em transformar não só a estética do Centro, mas também os indivíduos que transitam por ali.

13 No momento em que Scocuglia (2004b) fez sua pesquisa existia uma diferença gritante entre o poder de compra do público consumidor do centro e o dos moradores do centro. Enquanto o primeiro grupo tinha um ganho médio de oito salários mínimos (p. 79) em 2001, cerca de R\$ 1.543,00, as comunidades do centro estavam em grande vulnerabilidade, como o exemplo do Porto do Capim, que a época a renda familiar não passava dos dois salários mínimos (p. 206)

14 Em Scocuglia (2004b, p. 195) a autora transcreve uma fala de uma moradora do Porto em que esta apresenta como se dão as fronteiras no Centro Histórico. Ela aponta a música diferente, “clássica” e “que pobre não gosta” como uma destas fronteiras por não ser um tipo de música que está no cotidiano deles, como o forró e o samba.

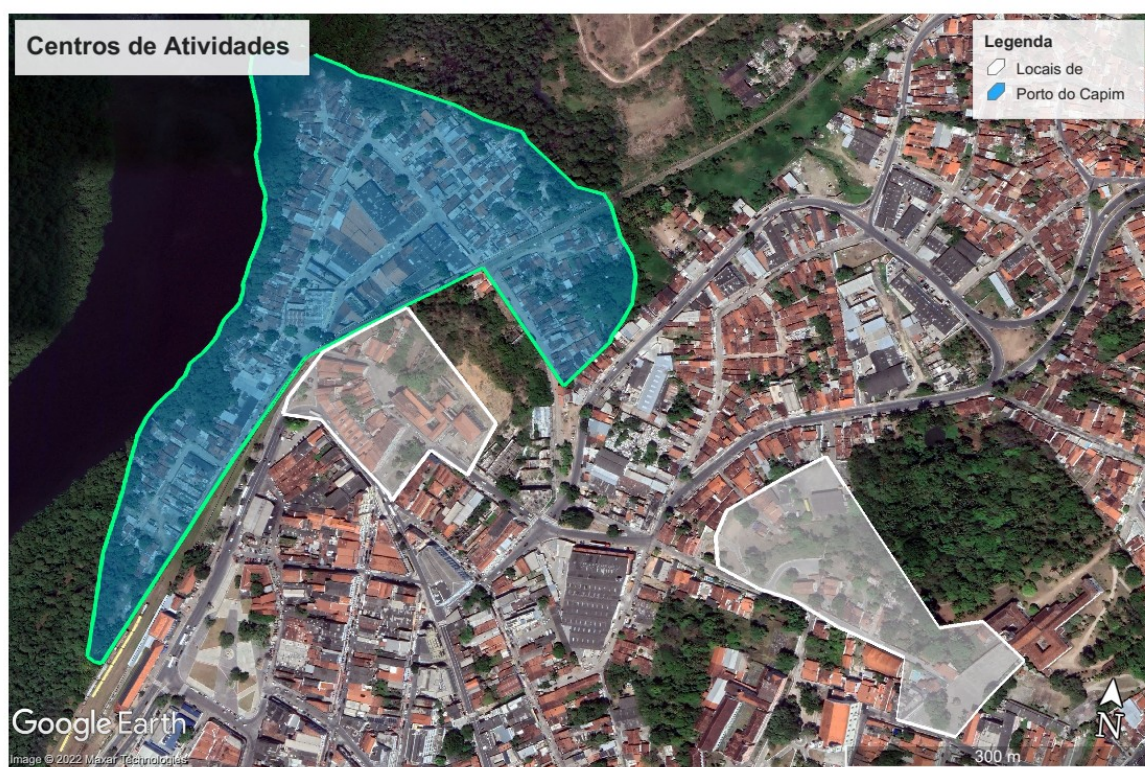


Imagem 8: Locais que são compreendidos como o "Centro Histórico", segundo a análise de Scocuglia (2004b)

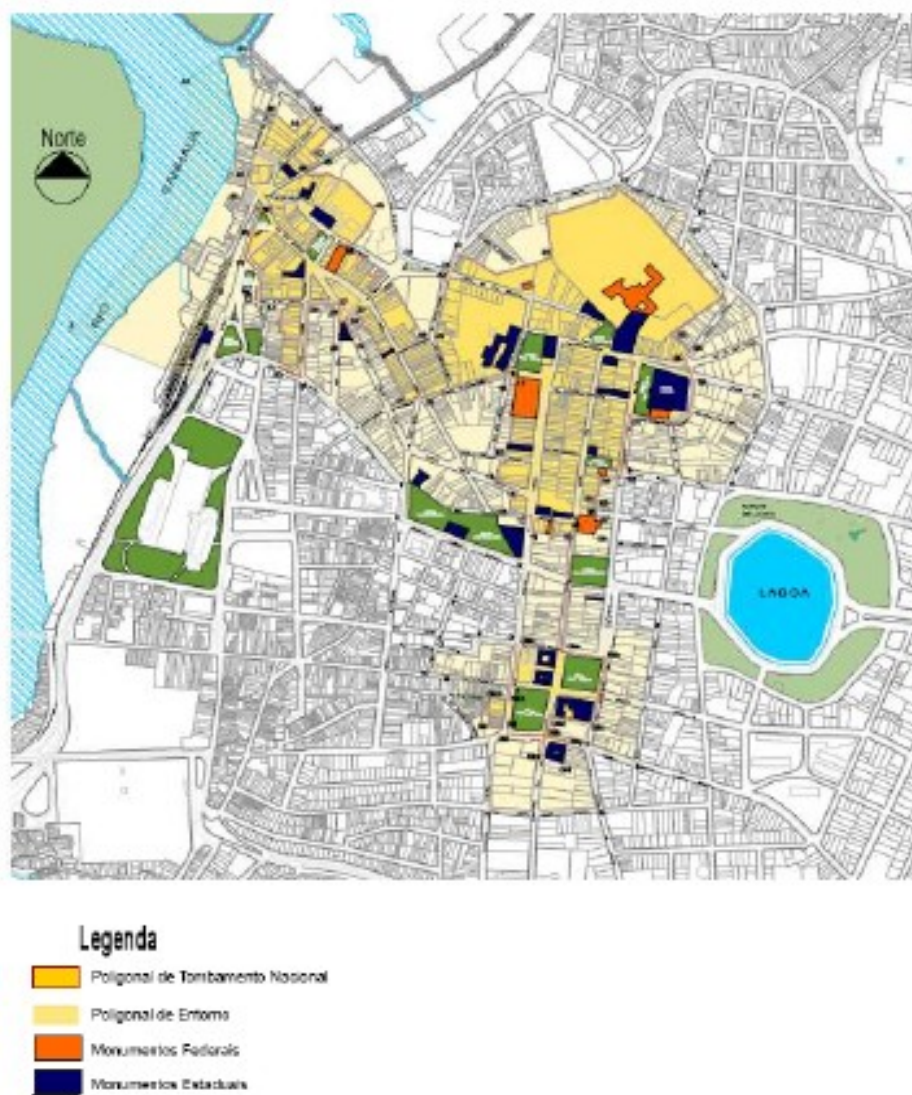


Figura 32 – Perímetro de delimitação da poligonal de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa. Fonte: IPHAN, 2006.

Imagem 9: Poligonal de tombamento do Centro Histórico de João Pessoa. Retirado de Costa (2009) p.138

As autoras consultadas sobre a construção da ideia do Centro Histórico também nos apontam a mobilização de agentes de fora do Estado, como a associação de comerciantes da região, a ACHERVO¹⁵ (Associação Centro Histórico Vivo), o movimento do Folia de Rua, e a

15 A ACEHRVO aparece como uma forma de organização da iniciativa privada, que começa a se instalar no centro histórico, como forma de organizar as necessidades e dar continuidade ao processo de revitalização, que estava perdendo vitalidade por causa dos conflitos entre o executivo estadual e municipal. Assim a associação se consolida a partir de um fórum promovido nos anos 2000 e em outras atividades, que são marcadas pela presença de agentes culturais, comerciantes, prefeitura e da comunidade do Porto do Capim.

Associação de moradores do Porto do Capim¹⁶. É preciso deixar claro que existe mais de uma década de diferença entre os trabalhos de Gonçalves e Scocuglia, de forma que muitos dos agentes citados por esta última já não estavam ocupando os mesmos lugares de poder.

Um destes agentes, apontado por Scocuglia (2004b) é a associação Folia de Rua, que cria o projeto Folia Cidadã. Este coletivo era formado por pessoas que promoviam os blocos de rua na capital, como o famoso Muriçocas do [bairro] Miramar. A ideia do grupo era de promover, a partir de festividades populares como o carnaval de rua, uma integração das comunidades do Varadouro, em especial o Porto, fazendo um “resgate da cidadania através da arte”¹⁷ e oferecendo algumas formações para crianças e jovens voltadas a arte do carnaval. Esses cursos envolveriam o ensino de música e o de anfitrião mirim, que serviria como uma espécie de guia turístico, prevendo a necessidade deste tipo de serviço quando as obras da revitalização estivessem concluídas. As aulas dadas aos anfitriões mirins eram voltadas ao conhecimento e valorização da história da cidade e dos monumentos, o que refletia positivamente na compreensão dos alunos sobre o lugar onde moravam e do sentimento de pertencer aquela história. Com a consolidação das atividades do Folia Cidadã, que tem início em 2001, foi-se vendo a necessidade de expandir a atenção do projeto para as famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social na época, criando uma rede de apoio para as famílias do Porto.

Como podemos perceber, este processo de construção do Centro Histórico tem no seu cerne grandes conflitos de interesses. Por um lado, temos agentes que defendem um modelo de desenvolvimento liberal, que entende o processo de revitalização como um evento essencialmente mercantil e que só com ele o lugar teria viabilidade para se estabelecer. Por outro, temos agentes que perceberam os danos que este modelo causaria para a população local e ao próprio Centro, enquanto um lugar já estabelecido, com dinâmicas próprias que, sendo bem-visto ou não, fazem parte de João Pessoa. Porém vemos que estes interesses ainda estavam difusos nas associações e projetos, possivelmente pela falta de um engajamento profundo da Prefeitura e dos consumidores.

Como vimos, os entes governamentais mantinham interesses divergentes, enquanto o projeto de revitalização era executado, criando discontinuidades de ações, como a Oficina-

16 Não existe referência nos trabalhos de Scocuglia (2004a, 2004b) de qual é a associação referida, nem quem são seus membros. Na realidade, esta associação, assim como a própria posição tomada por ela frente ao projeto, é pouco explorada nas obras.

17 Frase da presidência da associação Folia de Rua (Scocuglia 2004b, p. 191)

Escola¹⁸, e na relação com os agentes financiadores. Por outro lado, percebeu-se que o público que frequentava o recém-criado Centro Histórico não tinha um apego orgânico com o lugar. Neste último aspecto é preciso destacar alguns pontos levantados por Scocuglia (2004b) que, em entrevistas com alguns comerciantes da praça Antenor Navarro, aponta que existia um interesse efêmero em frequentar aquele espaço e a necessidade cada vez maior de estímulos municipais, com o fomento de eventos, para que o público mantivesse interesse. Estes estímulos aconteceram entre os anos de 2000 e 2002 e para um dos entrevistados pela autora esse era um comportamento característico do pessoense, que visita os lugares enquanto está na moda, mas não se torna um frequentador de fato.

Com isso a autora indica que, por volta do final de 2002, o recém-criado Centro já apresentava uma perda de vitalidade. Isso se dava porque a compreensão que se tinha do processo de revitalização, era de promoção contínua de eventos nos espaços inaugurados por parte dos entes públicos. Assim que a Prefeitura diminuiu estas ações de fomento, os estabelecimentos ficaram a sua própria sorte tendo que promover shows e outros eventos, o que não gerava o mesmo engajamento num público com um interesse tão efêmero como já apontado. A pesquisa de Gonçalves (2014), que dialogou com pessoas diretamente relacionadas com o projeto de revitalização, aponta que esses efeitos de esvaziamento já eram esperados, tendo em vista que o mesmo aconteceu com outros contextos semelhantes. Para as pessoas que a autora entrevistou era preciso que o poder público, por um lado fomentasse iniciativas dos agentes particulares para a promoção de eventos, enquanto por outro ela mesma continuamente promovesse este tipo de investimento. Essa constância de eventos deveria durar até que a região conseguisse se fortalecer como centro cultural da cidade. E para que esses eventos pudessem ganhar corpo era preciso um espaço adequado, tornando a ideia da remoção do Porto e a construção deste parque de eventos algo fundamental para a longevidade do projeto.

O trabalho de Gonçalves é bastante interessante por ser o resultado de um debate interno ao IPHAN-PB, sobre os impactos que o projeto provocava na comunidade do Porto do Capim e quais foram as ações e entendimentos dos agentes políticos da época. Ela participou ativamente na construção de um dossiê que trazia uma nova proposta de intervenção sobre o

18 O projeto da oficina-escola tinha como objetivo formar mão de obra especializada para os processos de restauração dos monumentos, assim como de oferecer uma formação para jovens em situação de vulnerabilidade social. O projeto, que começou em 1991, oferecia bolsas para os alunos e foi responsável pela restauração de diversos monumentos até 2002. Ver Scocuglia (2004b).

Porto do Capim, que conciliava a permanência dos moradores com aspectos do fomento de um turismo de base comunitária. Neste processo de construção do dossiê ficou claro que existia uma divisão clara dentro do IPHAN-PB, por um lado se tinha os técnicos que defendiam o projeto original, inclusive alguns destes técnicos fizeram parte da construção inicial, enquanto do outro lado existiam os técnicos que queriam atualizar a proposta a partir de novos entendimentos sobre a área do entorno de um centro histórico, agregando as complexidades que o processo de desenvolvimento urbano tem ao longo do tempo. Apesar da produção do documento, por volta do ano de 2012, este material não circulou na época, mesmo com a solicitação da Associação de moradores do Porto, a época chamado Porto do Capim em Ação, e de agentes do legislativo municipal e estadual¹⁹.

No material que faz parte do dossiê, e que está publicado no trabalho de Gonçalves, podemos ver como a equipe apresentou caminhos para a solução dos impedimentos que eram apresentados para a permanência dos moradores do Porto. Destacamos algumas das questões que ainda são usadas como justificativas, como por exemplos os estruturais, onde era apresentado a impossibilidade da construção de um sistema de esgoto, tendo em vista que parte das casas estavam em desnível com a rede existente. Outro fator era a impossibilidade de manter todas as casas nos lugares onde foram construídas, já que estavam dentro da zona de cheia da maré. Uma outra questão que destacamos é no âmbito paisagístico e turístico, onde se argumentava que o local tem uma vocação natural para ser um porto e a suposta necessidade de retomar a ligação do rio com a cidade.

A partir de uma visita técnica do GT Porto do Capim e Vila Nassau em conjunto com técnicos em recursos hídricos da UFPB constatou-se que a instalação do sistema de esgoto na região era totalmente possível e que esta instalação não demandaria nenhum equipamento de alta complexidade. Com relação às habitações, que estão dentro da área de maior influência do rio, o projeto indicou a construção de novas habitações em locais próximos do Porto, assim como a construção de espaços de lazer e sociabilidade que fizessem sentido para os moradores. Dentro destas estruturas de lazer, estaria a construção de um pequeno espaço para eventos com quiosques, para que os comerciantes da comunidade pudessem continuar

19 A autora apresenta estas solicitações no anexo do seu trabalho. Na época O IPHAN-PB disponibilizou apenas a apresentação em slide para a associação, sem conter o dossiê completo. A autora ainda aponta que a comunidade só teve acesso a essa nova proposta, que em alguma medida foi construída de forma participativa, porque ela e outros autores, enquanto tais, apresentaram o material. Contudo este dossiê não circulou de forma oficial por parte do IPHAN-PB. Atualmente pode-se acessar o material pelo seguinte link <https://www.academia.edu/30789925/Dossi%C3%AA_Proposta_de_Requalifica%C3%A7%C3%A3o_das_%C3%81reas_Urbanas_do_Porto_do_Capim_e_da_Vila_Nassau?email_work_card=view-paper>

trabalhando. Outro ponto é a reforma e construção de outro trapiche, que pudesse dar conta das demandas dos pescadores ao mesmo tempo que potencializaria o turismo náutico na região. Com as indicações feitas pelo dossiê seria possível equalizar as demandas da comunidade com os anseios do projeto de revitalização.

Contudo, a percepção de parte dos membros do IPHAN-PB, na época sobre, o dossiê foi negativa, apontando problemas que existiam na proposta de manter a comunidade. Entre estes problemas estava a preocupação com a especulação imobiliária que poderia afetar o lugar após o investimento público por um lado, enquanto apontava a questão de uma “comunidade privada” em um espaço público. Outro ponto novamente levantado foi de que aquele lugar sempre teve uma “vocação para porto”. Mesmo com o apoio de outros membros, que perceberam na proposta apontada no dossiê muito mais humanidade do que a proposta original, o debate ficou em aberto de forma que oficialmente o IPHAN-PB não se manifestou nem a favor nem contra.

Como podemos perceber o cerne da questão apresentado pela autora está na permanência da comunidade do Porto do Capim, compreendendo-a como parte dos processos de transformação da cidade e assim também um patrimônio a ser preservado. O que Gonçalves aponta como conclusão de suas reflexões, em contextos como os encontrados no IPHAN-PB, é uma perspectiva de patrimônio que não está distante de uma visão imaginada de lugar, onde os bens a serem preservados devem refletir uma identidade positiva e homogênea. Nesta esteira concordamos com a autora, ao apontar que a própria produção do que é entendido como patrimônio não engloba a trajetória das pessoas que vivem na região, mesmo que estas tenham sua história intimamente relacionada com o lugar. Apesar das discussões mais recentes sobre patrimonialidade, o que a autora destaca é que esta perspectiva do que deve ser resguardado passa pelo filtro das elites dominantes.

Assim a vida dos trabalhadores portuários, dos ribeirinhos e todos os outros que tinham alguma relação com o porto, e que depois escolheram aquele lugar para viver, é apagada em prol da produção de uma imagem asséptica de que aquele porto era usado exclusivamente para comércio de grande porte e conexão com o mundo. Uma perspectiva que sai das classes altas e ecoa como uma verdade dada.

Partindo destes pressupostos elitistas, a retirada das pessoas para a construção de uma praça de eventos não só faz sentido, dentro desta história imaginada, mas também se arvora

numa ideia de que os espaços públicos estão a disposição de todos sem exclusividade, o que nega as complexas relações dentro dos espaços.

1.3 COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM: SURGIMENTO E FORMAÇÃO

Da população que vive no centro histórico da cidade, a comunidade do Porto do Capim²⁰ é uma das maiores numericamente. Sua localização segue a margem direita do rio Sanhauá e se estende da Vila Nassau até a rua Frei Vital. Sua história e constituição acompanham a consolidação da cidade e em 2019 se tornou palco do ápice desta intensa disputa, principalmente com relação ao projeto do Parque Ecológico do rio Sanhauá, que é um desdobramento do projeto de revitalização do centro histórico. A ocupação, como moradia do Porto do Capim toma uma forma mais acentuada com a transferência do porto para a cidade de Cabedelo, por volta de 1935, tendo em vista que as condições do rio Sanhauá impediam que grandes barcos pudessem trafegar ali.



Imagem 10: Locais do Porto do Capim. Mura, 2019.

²⁰ Sempre que trouxermos a palavra “Porto” ou “Porto do Capim” em maiúsculo, estamos tratando da comunidade.

Segundo os moradores mais antigos, o motivo do porto ficar conhecido como Porto do Capim se deu pelo fato de que cada tipo de carga era destinada a um porto específico. Tal distribuição se dava porque as grandes embarcações paravam na foz do rio e a carga era distribuída em embarcações menores. Ao subirem o rio para descarregar, cada uma parava em portos dedicados a cada carga, logo o porto do capim recebia majoritariamente capim para alimentação dos animais de carga.

Parte da população que povoou o Porto do Capim já fazia uso deste local em seu cotidiano mesmo antes de morar lá, seja trabalhando no porto, como estivador, arrumador e comerciante, seja morando em outras margens do Sanhauá. Assad (2017) nos apresenta a trajetória de vida de alguns grupos domésticos que contribuíram para a formação da comunidade e tem suas origens em outras comunidades ribeirinhas nos rios Sanhauá e Paraíba.

Na construção do seu trabalho, a autora reflete sobre a história de vida destas famílias e quais trajetórias elas fizeram para chegar até o Porto. Assad destaca que a conexão com o rio e o mangue é fundamental na escolha do lugar e das relações existentes, isso porque as pessoas que transitam dentro deste ambiente compartilham de uma visão de mundo e moralidade muito próximas, tendo em vista inclusive as obrigações que entidades como o Pai do Mangue e a Cumadre Fulozinha²¹ impõem, para que se tenha sucesso na pesca e em atividades nas matas respectivamente. Por terem atividades produtivas relacionadas, além de uma visão de mundo e moralidades semelhantes, esses grupos domésticos conseguiram colaborar em diversas atividades, facilitando a dinâmica ao longo do processo de convivência e criando intrincadas redes de relações e de parentesco.

Inclusive Assad aponta²² para algumas trajetórias familiares que são marcadas por expulsões e a busca de novos lugares, como a de D. Penha; das famílias que vieram da ilha do Eixo e Seu Fuliado. Estas trajetórias nos mostram como a disponibilidade de moradia e de recursos para a manutenção da vida e do trabalho, estão intimamente relacionado com as condições ecológicas em que essas pessoas estavam inseridas e quais foram as condições que eles buscavam em seus novos destinos.

21 Estas entidades estão presentes nas vidas dos moradores e na sua relação com o território. O entendimento sobre o pai do mangue e da cumadre estão presentes e vários povos tradicionais ao redor do país, mas no Porto eles são lidos como defensores da comunidade, já que a mesmo contribui para a existência dos ambientes que eles são donos.

22 Para mais detalhes sobre a trajetória destas famílias ver ASSAD, 2017, pp. 62, 67 e 92.

O Porto do Capim se tornou esse destino para muitos e por diversos motivos, pois concentrava, mesmo no momento em que as atividades propriamente portuárias foram transferidas para Cabedelo, o comércio de pescados e hortifrúti, além de ser era via de acesso à capital mais rápida para as comunidades ribeirinhas dos municípios de Bayeux e Santa Rita que estavam no rio Sanhauá e Paraíba. Para além dessas categorias o Porto está no centro da cidade, com maior possibilidade de trabalho e deslocamento, assim como o acesso à saúde, educação, além da continuidade com as atividades no mangue.

Quando estamos falando em ambiente, estamos em sincronia com a dimensão que Barbosa da Silva (2007) oferece sobre o conceito. A autora considera ambiente todos os elementos que constituem um território, independente se sua origem é de processos com intervenção humana ou não. Assim as mesmas dificuldades, em termos de trânsito e usos, de um rio caudaloso pode ser pensado para lidar com cercas de arame farpado, muros, ou mesmo bairros que recortam o território. Todos esses são exemplos de obstáculos impostos pelo ambiente em que os grupos, para superá-los, criam estratégias e tecnologias. A autora também aponta a necessidade de compreender o ambiente enquanto um espaço de ação amplo, que rompe com a ideia de que grupos etnicamente diferenciados têm seus *locus* específicos, estáticos e autocircunscritos – por exemplo os índios em aldeias (ou, neste caso, ribeirinhos no rio). As fronteiras que delimitam o território estão atrelados a fatores muito mais amplos e complexos do que este tipo de delimitação engessada e que é definido por instâncias do Estado e distante das características importantes para os grupos.

Esta interação no ambiente do mangue e do rio se expressa também na tradicional festa de N.S da Conceição, que acontece no dia 8 de Dezembro. Este evento, que começou nos anos 1990, é central no calendário de eventos da comunidade. A procissão parte da igreja São Frei Pedro Gonçalves, indo até a Ilha da Santa, com a procissão percorrendo as ruas do Porto e seguindo para a ilha via o rio Sanhauá. No excelente trabalho produzido por Ruiz (2016) a autora explora as diversas dimensões que essa festa traz, desde as questões voltadas a fé na santa, passando pelo contexto de luta da comunidade, até os agentes políticos que frequentam o evento. Assim a festa se torna, por um lado, um catalisador das disputas, onde as reivindicações sobre o território e a permanência nele são pautadas. Mas, por outro, também atualiza as relações entre estes agentes e reforça a identidade ribeirinha.

A procissão começa como uma promessa feita por D. Penha, que ao visitar o altar na Ilha da Santa pediu que, se determinada benção fosse alcançada, ela todo ano levaria uma

imagem da santa maior. Ela liderou as atividades da procissão até 2004, quando essa atividade foi repassada para a comunidade católica Santa Marta e depois contou com o apoio da Associação de Mulheres do Porto do Capim. Um ponto interessante que a autora traz é que a ilha e a capela, já eram usadas como um ponto de oração e de apoio para os pescadores que circulavam no rio Sanhauá. Isso é muito importante de se destacar porque as ilhas que estão no Sanhauá foram palco de grandes disputas, como, por exemplo, algumas ilhas que têm a produção de camarões em cativeiro e por conta disto contam com a presença de seguranças armados – ver Assad (op. cit.). Isso cria uma certa tensão entre os pescadores, que sempre aproveitaram dessas ilhas para a coletar as frutas da época, enquanto a maré muda.



Imagem 11: Trajeto do Porto do Capim para a Ilha da Santa

A partir do momento em que a procissão da santa vai ganhando proporção e entrando no calendário de atividades da cidade, concentrando outros agentes de fora do Porto (como a imprensa, alguns políticos, comerciantes e a própria Universidade Federal da Paraíba), os discursos são ampliados em favor das pautas levantadas pela comunidade – como a sua

permanência e do reconhecimento deste como um território ribeirinho. Por causa de tais demandas, a liderança da associação de mulheres se torna fundamental para que essa festividade tenha, além desse caráter religioso, um foco nas reivindicações e pautas do Porto.



*Imagem 12: Procissão seguindo para o catamarã.
Autor, 2022*



Imagem 13: Ilha da Santa. Autor, 2022.

O aspecto da disputa sobre o território está implícito neste festejo, seja pela participação da Igreja, mas principalmente por reunir diversos agentes que estão envolvidos. Inclusive é interessante perceber a proximidade entre o início da procissão com os debates sobre o projeto do Centro Histórico, já que eles começaram por volta do início dos anos 90.

Dos anos 2000 até o presente momento, este projeto da revitalização do Centro Histórico de João Pessoa se tornou uma sombra que paira sobre a vida no Porto. Isso porque, apesar dele sempre estar na possibilidade de ser executado, pouco era apresentado e debatido com a comunidade. A necessidade de maior clareza provocou algumas pessoas que tentavam se organizar. O surgimento da Comissão Porto do Capim em Ação, formada por volta de

2010, é uma das diversas formas de organização que conseguiram espaço para dialogar frente as secretarias e outros entes municipais. Antes da Comissão Porto do Capim em Ação, existiram outros coletivos que tentavam acompanhar as reuniões feitas no Hotel Globo entre a década de 1990 e 2000. Como veremos mais adiante, esta Comissão, que se tornou a Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC) atualmente, tem suas bases nesta necessidade de compreender o contexto complexo no qual a comunidade está envolvida e também de mediação dos interesses internos da comunidade.

É neste processo de organização interna, na tentativa de promover uma representação da comunidade, que diversos agentes apoiadores contribuíram. Uma das mulheres que acompanham o processo de perto é Verônica, que desde o ano 2000 está engajada neste processo de debate do projeto. A sua trajetória militante está vinculada aos movimentos eclesiais de base da igreja católica, que em maior ou menor grau, contribuíram com a organização da comunidade e da formação destas lideranças. A ação da Igreja no Porto se dava tanto na formação religiosa das crianças, a partir da catequese, como também na assistência social das famílias em maior vulnerabilidade. Parte desta vulnerabilidade também era o medo da remoção e a perda do lugar. Verônica conta que se sentia muito triste por ver que os moradores estavam convencidos de que seriam retirados. Esse convencimento vinha da ideia de que era preciso que eles comprovassem a compra e posse dos terrenos e de suas casas, a partir de documentos.

Todo esse contexto provocava Verônica a se organizar e ir buscar informações, sendo uma das fontes as reuniões da ACHERVO que aconteciam no Hotel Globo. Porém, na época, ela não se sentia representante para apontar qualquer direção, já que na época ela acabava de se casar com Marcelo e se mudar para o Porto. Por isso ela buscou outras mulheres para tentar se organizar e ouvir o que elas tinham a falar sobre o projeto. Nesta trajetória ela destaca dois párocos que foram importantíssimos, o Padre Antônio e Padre Alexandre. Com o passar dos anos, outros parceiros foram entrando, como o Folia Cidadã, já citado, mas também projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba, como o Subindo a ladeira, e outros.

Como o projeto de revitalização do Centro Histórico entrou em um hiato, devido a problemas com investimentos, as movimentações internas da comunidade diminuíram a velocidade com que se organizavam e debatiam um projeto, que naquele momento parecia morto. Contudo, a partir dos eventos de 2010 e com o PAC em 2013, o projeto ressurgiu e com ele a mesma ideia de remoção. Neste momento aparecem outros agentes que vão colaborando

com a comunidade, no sentido de apontar os graves problemas que a condução daquele projeto tinha. Um desses agentes foi o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB com o relatório de violações dos direitos humanos, publicado em 2014. O relatório tem como objetivo principal apontar as violações dos direitos da comunidade, promovidos pelo projeto de revitalização, para os agentes responsáveis. Em linhas gerais o relatório aponta para as seguintes violações:

1. Caracterização insatisfatória quanto à necessidade do empreendimento e ausência de análise quanto a alternativas de menor impacto social, urbanístico, ambiental, territorial e ao patrimônio histórico-cultural;
2. Realização temerária de licitação para contratação de empreiteiras pela Prefeitura Municipal, sem que tenham sido realizados os estudos preliminares que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento;
3. Não realização de concurso para seleção do melhor projeto técnico a ser implantado, em que pese existirem diversos segmentos sociais do campo da arquitetura e engenharia local, qualificados à formulação de outras intervenções menos degradantes para o desenvolvimento urbano do Centro Histórico de João Pessoa; os certames existentes se restringem à mera execução das obras, e não a sua idealização;
4. Cessão da área pública habitada pela Comunidade do Porto do Capim, por parte da Secretaria do Patrimônio da União à Prefeitura Municipal, sem a notificação pessoal dos moradores, em prejuízo ao contraditório e à ampla defesa; Área privada sendo tratada como terreno de marinha; enriquecimento sem causa pela União.
5. Ofensa ao direito ao meio ambiente equilibrado e à preservação da biodiversidade mediante a proposta de criação de vasta área de concreto por sobre o estuário do Rio Sanhauá e manguezais, os quais, de acordo com o Novo Código Florestal e a Resolução no 303 do Conama, são áreas de preservação permanente, inclusive com ausência de estudo de impacto ambiental válido, bem como do respectivo licenciamento ambiental prévio;
6. Violação aos direitos da comunidade ribeirinha e de pescadores ao território tradicionalmente ocupado e desrespeito ao procedimento da consulta prévia previsto no artigo 6 da Convenção 169 da OIT, nem a realização de laudo antropológico para se apurar o impacto sociocultural da intervenção proposta;
7. Agressão ao patrimônio histórico e arquitetônico, de modo a desrespeitar a dinâmica paisagística tradicional, mediante a proposta de instalação da citada “arena de eventos”, à base de concreto, por sobre as casas dos moradores, que, na forma do que dispõem o Novo Código Florestal e a legislação pertinente à regularização fundiária, se encontram-se assentados em área urbana consolidada;
8. Relatos de tratamento hostil, autoritário e abusivo dispensado por funcionários municipais a agirem com preconceito de classe diante dos moradores da comunidade;
9. Intenção de intimidação dos moradores mediante a omissão dolosa da informação de que a saída coercitiva do espaço tradicionalmente ocupado só pode ser realizada

mediante ordem judicial, após o decurso do devido processo legal, em que se faz imperativo o direito ao contraditório e à ampla defesa aos ribeirinhos.

10. Ausência de debate político amplo a respeito do projeto, em ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e à participação;

11. Não apresentação de respostas no prazo instituído na Lei de Acesso à Informação aos ofícios encaminhados pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e pela Associação de Mulheres do Porto do Capim, por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Relatório De Violações Aos Direitos Humanos No Processo De Implantação Do Pac - Cidades Históricas E Pac – Sanhauá Na Comunidade Do Porto Do Capim. CRDH/UFPB (2014, pp. 11, 12)

Dentro desta série de violações, precisamos destacar a questão da autodeterminação e a falta de reconhecimento deste fator em todo o projeto. Desde o primeiro momento em que o projeto começou a ser discutido é perceptível a falta de diálogo e compreensão, por parte das organizações externas, de que a comunidade do Porto era um problema a ser resolvido em termos de remoção e realocação para outros bairros periféricos da cidade, como o bairro das Trincheiras, bairro das Indústrias e bairro Colinas do Sul. Esta forma de conduzir o processo impediu que os moradores pudessem apontar quais eram os motivos que os levava a permanecer naquele lugar, das suas percepções de bem-estar e da manutenção das relações dos grupos domésticos com ambiente. A negação da identidade ribeirinha, se dá em diversos momentos do projeto, desde a percepção de que a comunidade surge a partir do vácuo criado pelo fim das atividades portuárias, como também na falta de empenho em compreender as dinâmicas internas do lugar. Este modo de ação fere diretamente a resolução 169 da OIT, assim como o decreto 6.040/07, que tratam da autodeclaração de comunidades tradicionais como grupos etnicamente diferenciados.

Tendo em vista estas questões, o relatório aponta para a falta de uma investigação de cunho antropológico para levantar informações acerca da comunidade. O'Dwyer (2012) abre uma discussão interessante sobre a função deste tipo de trabalho para os processos em que existe a reivindicação de povos quilombolas, como forma de sustentar legalmente a reivindicação deste grupo étnico. A autora parte da resposta da Procuradoria Geral da União dada ao questionamento feito pelo antigo partido Democratas (DEM), via Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), sobre a adição de estudos antropológicos no âmbito do decreto nº4.887/2003, para apontar qual a função do estudo antropológico neste caso. A ADI

questionava o processo da autoatribuição para o reconhecimento como grupo etnicamente diferenciado, levando a um entendimento de que poderia haver fraudes, a partir de interesses escusos de um grupo. A partir deste questionamento, a autora aponta que a pesquisa antropológica, aplicada para a determinação de territórios voltados a grupos étnicos, está focado em apontar os vínculos existentes entre o grupo e o território tradicionalmente ocupado, no objetivo de permitir a reprodução física, cultural, social e econômica desta população. Com este objetivo em vista, ela aponta que processos de formação de uma identidade étnica é definida pelas relações que os grupos mantêm com diversos agentes, inclusive o Estado, e a produção de sinais diacríticos (e aqui a autora segue BARTH [2000]), que definem quem faz parte do grupo, com relação aos que não fazem parte. Estas relações são produzidas ao longo do tempo, e de forma concreta, na prática de atividades laborais, religiosas e familiares, de forma que impossibilita a ideia de se “produzir” alguma identidade num sentido negativo.

Voltando ao relatório do CRDH da UFPB, um dos desdobramentos que se teve foi a produção de pareceres técnicos antropológicos²³, escritos em 2015 e 2016, a pedido do Ministério Público Federal, que corroborava com os problemas já relatados e apontava para as formas de uso do território promovidos pela comunidade. Nestes pareceres técnicos, muito breves, também são apontadas formas de uso do território, executados pela comunidade, e afirmado um vínculo que eles tem com a maré (neste caso, como denominação local para o mangue). De maneira contundente estes materiais apontam para a necessidade de um maior diálogo com a comunidade, para a construção de um projeto que contemple as demandas, e que as justificativas apontadas pela prefeitura para a remoção da comunidade, como por exemplo as condições de saneamento, são de responsabilidade do ente público.

Neste período de tempo, a partir dos anos de 2010, o grupo que viria a formar a Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC) foi se articulando com agentes diversos na construção de pontes para dialogar com a prefeitura por um lado, mas também de se organizar internamente, como forma de mostrar seu lado da história. Nesta esteira projetos de extensão da UFPB foram executados na comunidade, como por exemplo o “Subindo a

23 Parecer Técnico a pedido do MPF-PB. Disponível em <https://issuu.com/pablohonoratonascimento/docs/laudo_antropol_gico_porto-do-capim> Acessado em: 03 de Junho de 2022. Existem dois pareceres produzidos para o MPF, o primeiro produzido pelo analista pericial em antropológica Ivan Soares Farias, em 2015. O segundo foi produzido pela também analista Maria Fernanda Paranhos, em 2016.

Ladeira”²⁴, organizado pela prof. Regina Célia, que a partir de atividades lúdicas com crianças entre 7 e 14 anos são dadas aulas sobre a história da Paraíba e patrimônio, relacionando estes temas com a história e o cotidiano da comunidade. Outro projeto que foi executado por volta de 2014, na área de comunicação, foi a webrádio Porto do Capim, que se mantém *online*²⁵ com programas feitos na comunidade.

Outro projeto de extensão promovido pela UFPB que nos chama atenção foi o “Abraça o Porto do Capim”, que em 2015 colaborou com a comunidade na produção de documentos que apresentavam os anseios e vontades dos moradores num movimento de consolidar outras formas de requalificação do espaço, que promovesse o turismo e a instalação de equipamentos públicos, sem a necessidade da remoção. Dentro evento, do “mapa dos desejos”, metodologia que organizou os moradores em grupos de trabalho em que eles apontavam quais equipamentos e eram necessários e as possíveis soluções, traziam pontos de discussão que até hoje estão em pauta como o uso da área da Proserv como local para a construção das novas habitações. A área da Proserv é alvo da proposta da comunidade para a criação de unidades habitacionais para as pessoas que estavam ocupando o galpão da Vila Nassau. Com a criação destas unidades o projeto do parque seria concretizado. É importante apontar que a comunidade do Porto do Capim não se opõe a criação do parque, a questão fundamental é a remoção da comunidade para um lugar diferente do seu território. Por isso a discussão sobre a construção nesta área era tão importante, pois ao garantir que as famílias afetadas com a obra permaneceriam no território, o projeto poderia prosseguir.

Outro ponto da discussão é o tamanho e forma destas habitações que não estão equalizadas com o modo de viver dos ribeirinhos. Estas propostas foram apresentadas numa reunião que contou com a presença do procurador do MPF, assim como órgãos da prefeitura de João Pessoa. A forma do desenvolvimento do projeto fez com que este ganhasse o primeiro lugar, no âmbito nacional, de projetos na linha de desenvolvimento urbano, e foi acompanhado pelo ministério das cidades entre os anos de 2015 e 2016. Em matéria publicada pela Universidade²⁶ o pró-reitor de extensão de assuntos comunitários, Orlando Villar, aponta

24 Apresentação do Projeto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EXxdIb1C9e4&t>> Acessado em: 03 de Junho de 2022.

25 <http://www.radioportodocapim.ufpb.br/?acervo=porto-do-capim-em-acao>

26 <http://www.ufpb.br/antigo/content/programa-de-extens%C3%A3o-apresenta-proposta-alternativa-para-o-porto-do-capim>

que as contribuições alcançadas pelo projeto “dão à PMJP uma oportunidade ímpar e histórico de construção da cidade.”

Contudo, esses diálogos eram entre a comunidade e os agentes parceiros, com a Prefeitura e se tornaram cada vez mais espaçados. Em alguns momentos estas conversas se desencontravam, apresentando retrocessos, levando em conta os avanços e a quantidade de novas propostas que apontavam para um projeto de Centro Histórico equalizado com as demandas apresentadas pela comunidade. Esta situação mudou drasticamente com os eventos do ano de 2019.

Antes de entrarmos nesse momento, que é central para as discussões desta dissertação, é preciso deixar claro que a AMPC durante todos os anos que está articulada vem desenvolvendo atividades dentro da comunidade de forma a manter os moradores mobilizados e atualizados sobre as movimentações da prefeitura e tudo que envolve a comunidade. Estes eventos vão desde a procissão de N.S da Conceição, até a organização do Ponto de Cultura. com apresentações e festejos. Este ponto de cultura é fundamental, já que serve como base para as reuniões e execução das atividades.

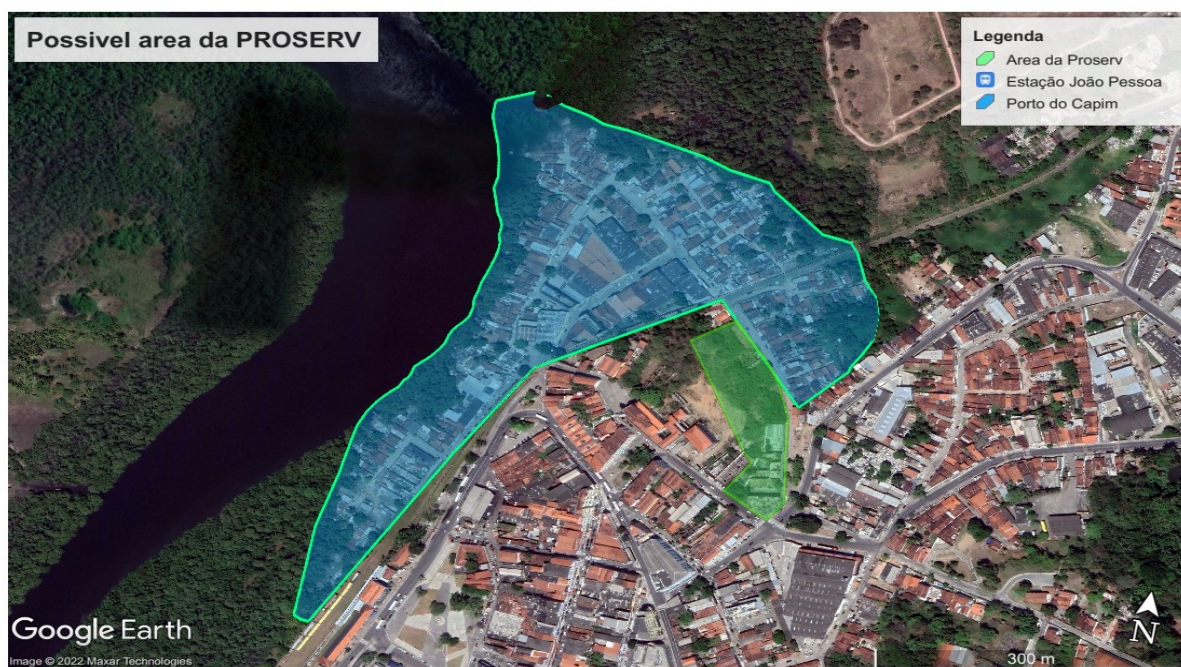


Imagem 14: Possível área da Proserv. Autor, 2022.

Naquele ano de 2019 a prefeitura da cidade fez chegar à comunidade o ultimato, de que eles deveriam sair de suas casas em 48 horas. As casas seriam demolidas para dar espaço ao “Parque Ecológico Sanhauá”. Com essa crise a comunidade rapidamente articulou uma manifestação para mostrar à cidade que o Porto existe e que está atento a essa nova investida.

Apesar dos diversos trabalhos produzidos sobre o Porto, o acesso aos projetos de revitalização que são discutidos é restrito. Até mesmo os projetos apresentados na gestão de Luciano Cartaxo (2013-2020) são pouco claros e tivemos acesso aquilo que foi oferecido à imprensa. Esta é uma característica recorrente do ente municipal durante todo este processo. Contudo, o que foi apresentado em 2019 para o grande público, a partir de uma coletiva de imprensa²⁷ e veiculado pela mídia, apesar de ter alguns aspectos diferentes do que já foi até aqui apresentado, conservava os aspectos dos grandes empreendimentos turísticos.

O motivo pelo qual 2019 se torna o centro desta disputa (e do presente trabalho) é a escalada e a complexidade dos acontecimentos, e mesmo sendo bastante recente, aquele ano se torna um ponto de inflexão na história do Porto do Capim. Em todos os anos de existência da proposta do projeto para o Porto, nunca houve uma ação de intervenção no território do próprio Porto.

Por conta desta centralidade dos eventos ocorridos neste ano, vamos trazer a seguir um panorama das ações executadas pela Prefeitura, assim como os impactos causados na comunidade e as estratégias de permanência

27 Coletiva com o prefeito Luciano Cartaxo e secretários. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=el-lWozg8bU>> Acessado em 03 de Junho de 2022.

2. CAPÍTULO 2: 2019, UM ANO DE RUPTURAS: GÊNESE E DINÂMICA DE UMA COMUNIDADE DE/NA LUTA

O ano de 2019 é um marco na trajetória da disputa que o Porto do Capim enfrenta e isso se dá porque é a primeira ação efetiva da PMJP sobre o território com o objetivo da desocupação. O projeto do parque Sanhauá é um espectro que ronda o Porto e marca a vida das gerações que crescem ali.

Os sintomas deste espectro estão marcados na trajetória escolar de Nice, por exemplo. Sempre que ela dizia que morava no Porto, era lembrada que aquele lugar não era deles e que em algum momento seriam retirados de lá. Ao relembra sobre essas situações, Nice nos mostra como é duro viver sendo lembrada, cotidianamente, que aquele lugar, onde suas raízes estão fincadas, pode não ser mais dela em algum momento.

Outro sintoma era as estratégias que cada família criava para tentar lidar com esta situação. Se percebe isso a partir da tentativa de D. Odacir, a anos atrás, de financiar uma casa pela Caixa Econômica Federal, com uma forma de dar fim a essa preocupação da remoção. Nessa época a mãe dela, Maria de Oliveira Santos, era viva e eles estavam com medo de perder a única casa que tinham. Apesar da tentativa ela não conseguiu, devido a falta de um trabalho que lastreasse tal empreendimento. Na época D. Odacir era caixa de supermercado e mãe solo, sendo ela que sustentava toda a casa. Nice e D. Odacir, mãe e filha, comentam, hoje em um tom de brincadeira, que a estratégia delas era de ficar na casa, mesmo com os tratores a porta com a ameaça de algo mais grave. Da mesma maneira, muitas famílias adotaram esse mesmo pensamento, de esperar por algum evento como esse e se preparar para o pior, seja a remoção forçada ou de sair de lá sem vida.

Essa normalização da tensão e do medo de ser retirado do lugar de origem, marca a infância das crianças do Porto a gerações. Essas marcas estão na fala de Nice, quando ela reflete sobre esse processo todo. Na infância ela imaginava que alguma super-heroína, ou herói, viria salvá-la daquela situação. Com o tempo essa esperança foi transmitida para figuras políticas que pudesse fazer alguma transformação em prol do porto. Contudo essas esperanças em agentes externos se desfaziam com a iminência da expulsão. Com isso Nice reflete sobre a importância da organização da própria comunidade e que a luta deles é que vem mostrando resultados

Essa preocupação chega ao mundo das crianças de formas diferentes, muitas vezes criando esse temor, como vemos no trabalho de Assad (2017) que nos traz duas falas que apareceram na montagem de uma peça sobre a luta da comunidade frente ao projeto de requalificação, e que vale a citação direta:

“E ainda o que chamou maior atenção naquele momento foram alguns relatos como “eles [a Comadre Fulozinha e o Pai do Mangue] *podem ajudar, porque não querem tirar a gente daqui. Aqui é um lugar muito importante*”, ou “*Se eu pudesse eu falava com os dois, falava pra ajudar a gente a não deixar o projeto PAC tirar a gente daqui. Se eu pudesse eu falava com os dois.*”” (ASSAD, 2017, p. 39, destaque da autora)

Quem nos fala disso também é Joyce, que lembra de ouvir falar destes processos nas conversas dos adultos, quando era criança. Alguns se animavam com o projeto enquanto outros não, e de como ela achava divertido ouvir os carros de som anunciando a requalificação do Porto passando pela comunidade.

É importante deixar claro que os desdobramentos e efeitos dos eventos de 2019 repercutem até o presente momento, em que este trabalho é elaborado. A sensação de impotência e medo de novas ações como as que aconteceram, estão sempre no horizonte dos moradores. Esse medo perturba muitos, que relatam como perderam parte da tranquilidade com medo de serem removidos.

Esses temores também se materializa no receio de fazer investimentos pessoais, principalmente na reforma e/ou ampliação das casas, que em sua maioria são próprias e resultado de anos de trabalho. Pois não existem garantias de alguma indenização, assim como aconteceu com as pessoas que aceitaram a proposta da Prefeitura em 2019, tanto no Porto como em outras comunidades, alvo de ações parecidas. Desta forma a comunidade enfrenta diariamente essas pressões e condições que travam escolhas pessoais e em certo sentido o fluxo de vida dos moradores.

A preocupação com os danos se refletiu também na qualidade de vida. Todas estas pressões, somadas ao contexto da pandemia, produziram quadros de adoecimentos nas pessoas mais velhas da comunidade, que sentiram profundamente os efeitos das demolições e a mudança dos vizinhos. Muito dos moradores mais antigos ficaram doentes nesse período, sendo Seu Alagoas um dos mais conhecidos e afetados. Ele é um dos que deram início a ocupação da Vila Nassau e sentiu os impactos de ver o lugar que ajudou a construir ser parcialmente demolido. Em alguma medida ver a comunidade cheia de espaços vazios, tanto

nas ruas, como nas relações do cotidiano, cria feridas em todos, em especial nas pessoas que cultivaram grande parte da sua vida ali. Quem reflete sobre esses impactos na vida dos mais velhos é Joyce, que fala sobre a dor de ver um lugar que essas pessoas ajudaram a construir ser desfeito tão rapidamente. Em certa medida, ela mesma sente o peso da transformação rápida e severa promovida pela Prefeitura, quando diz sentir que o Porto está cheio de vazios, onde antes moravam amigos, vizinhos, pessoas com nomes e rostos familiares.

Na esteira desse clima de tensão que se alonga por tanto tempo, temos situações de pico, onde parecia que a desocupação da comunidade seria concretizada, devido a uma série de intervenções que aconteceram nas proximidades da comunidade e dos anúncios promovidos pela Prefeitura.

2.1 O PROJETO DO PARQUE ECOLÓGICO SANHAUÁ

Diante das falas e fatos expostos, se vê que este projeto é o estopim de um grande conflito que coloca em xeque a permanência dos moradores no Porto. Mesmo assim, essa questão ocupou pouco espaço no debate público, ganhando certo destaque quando algum evento de grande impacto aconteceram. O próprio projeto, que teve sua apresentação coberta pela mídia, está fragmentado, parte nos canais de informação da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), parte na mídia. Com isso, nos propomos a fazer uma apresentação das propostas e intervenções contidas no material de divulgação do projeto. Depois disso queremos nos debruçar sobre os efeitos da ação encampada pela PMJP no Porto.

O projeto do Parque Ecológico Sanhauá, que compreende também a praça Napoleão Laureano, conhecida como Praça do relógio, tem uma extensão de 193 mil metros quadrados. No vídeo institucional²⁸, que faz uma caminhada num modelo 3D do projeto, apresenta-se grandes espaços voltados para a circulação de veículos e pessoas. Parte deste projeto comporta um estacionamento para aproximadamente 80 veículos. Os poucos prédios que são indicados pelo modelo seriam equipamentos da prefeitura, voltados a cursos de formação. Para além do estacionamento e das calçadas o projeto prevê a construção de ciclovias e um mirante, com um elevador panorâmico. A proposta é que os visitantes possam subir e ter uma visão em 360° da região. Para completar o circuito de equipamentos vemos uma passarela, aparentemente sobre o mangue, que ofereceria uma passagem por entre a vegetação.

28 Vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=DDJfmd6WfVQ>>

Assistindo atentamente ao vídeo de propaganda do parque Sanhauá temos alguns sinais do tom e dos objetivos que o projeto comporta. Assim é preciso olhar esse material como a propaganda que ela é. Percebe-se logo na trilha sonora que esse projeto se propõe grandioso. Ela é toda orquestrada e lembra algumas trilhas de filmes que trazem momentos épicos e magnífico, como as batalhas do Senhor dos Anéis por exemplo. Parte desse sentimento está na marcação do tímpano e das frases das cordas e metais que elevam a força e dinâmica da música. No modelo 3D vemos grandes áreas abertas, calçadas, pátios, todas voltadas ao caminhar. Inclusive chama a atenção que o único espaço de longa permanência apresentado é o estacionamento dos veículos. Todos os modelos humanos da animação estão em pé, andando por calçadas sobre a vegetação do mangue. Como podemos ver, o projeto do Parque Ecológico cria uma outra dinâmica para o espaço do Porto, transformando-o em um lugar de trânsito e visitas.

Os moradores do porto chamam este projeto de “O Concretão” já que a ação mais visível é suprimir a vegetação de mangue, que ressurgiu por conta da comunidade, para a construção de passarelas e calçadas.



Imagem 15: Imagem do Modelo 3D apresentado pela PMJP. Vídeo institucional.



Imagem 16: Imagem do Modelo 3D apresentado pela PMJP. Vídeo institucional.

Apesar de termos como foco o Parque Ecológico, que já é uma reformulação do projeto inicial, ele faz uma parte de um projeto maior e que abarca todo o Centro Histórico. Isto se dá pois outras obras foram executadas em momentos diversos, como a revitalização da praça Antenor Navarro debatida por Gonçalves (2014) e posteriormente a revitalização da “Vila Sanhauá”, um conjunto de sobrados antigos que foram reformados para abrigar pontos comerciais e alguns apartamentos. Esse projeto da vila me foi apresentado em campo e gerava um questionamento fundamental, do porque aquela obra não foi direcionada a comunidade. Esse debate sobre um novo local de moradia para os moradores do Porto sempre foi central na permanência da comunidade. Os diálogos da Prefeitura com a comunidade se tornavam cada vez mais escassos, devido à alegação de falta de recursos para a execução de novas obras fora do projeto inicial, como a construção das unidades habitacionais na área da Proserv.

Quem chama a atenção para esse projeto da Vila Sanhauá é Dona Odacir e Nice, que comentaram da obra e do questionamento que fizeram aos agentes da PMJP. A questão era o porque que aquele mesmo tipo de intervenção, onde um conjunto de prédios foi reestruturado para se transformar em habitações, não poderia ser feito dentro do Porto. Segundo elas, tais agentes disseram que aquele empreendimento era “particular” e que o IPHAN não daria o galpão da Vila Nassau para a comunidade, como fez com estes prédios. Para além de todas

estas questões, não existiriam recursos para construir dentro da comunidade, ainda segundo a lembrança delas.

Este projeto da Vila Sanhauá é inaugurado por volta de Junho de 2018, com objetivos claros de reocupar o espaço dos sobrados, e consequentemente do Centro Histórico, com um público bastante seletivo. Para ocupar as 17 unidades habitacionais e as 6 unidades empresariais e uma institucional, foram abertos editais públicos, dando preferência a pessoas ligadas a cultura regional. Com aluguéis entre R\$ 230,00 a R\$ 330,00, para as habitações, a ideia ali era atrair um tipo específico de público para a Vila Sanhauá, que é parte da construção desta nova paisagem. A fala do secretário²⁹ adjunto de habitação da PMJP chama bastante atenção por ser um tanto paradigmática, pois naquele mesmo lugar, a poucos metros da Vila que estava sendo inaugurada, existiam pessoas que lutavam para permanecer num território onde habitam a tantos anos.

Indiscutivelmente, não há desenvolvimento onde não moram pessoas. Então a gente tá trazendo gente para morar na Vila Sanhauá, uma obra que há 14 anos era prometida, pra que as pessoas em morar aqui, possam desenvolver o entorno (André Coelho, em entrevista publicada em 27/06/18).

Isso nos coloca a pensar na maneira com que este projeto de requalificação do bairro é planejado de maneira a ir além do arquitetônico, chegando a imaginar quem serão as pessoas que vão circular. Para além da clara gentrificação apontada e proposta pelo projeto, que ao apontar a necessidade de moradores no centro histórico, nega a existência da comunidade do Porto, existe uma segregação a partir da ideia de preservação. Nesta mesma fala o secretário aponta que o edital tinha como objetivo selecionar pessoas que ajudassem a preservar aquele patrimônio, dando a entender que outro perfil de morador não teria a mesma preocupação com a manutenção do espaço.

O questionamento feito por D. Odacir e Nice continua coerentes quando se vê que o projeto da Vila Sanhauá foi tocado com recursos municipais, segundo fala do secretário adjunto, algo em torno de R\$ 5.000,000,00.

Para além da forma com que o projeto é apresentado, algumas falas e frases que são feitas indicam a forma com que este projeto é visto e da relação que ele tem com a imagem da cidade. Existe uma ideia muito forte de valorização do “berço da cidade”, ao mesmo tempo que se pensa numa integração com o resto da cidade.

29 Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=0FjnTuBl7Dc>>

A forma com que a Prefeitura articulou seu discurso para promover o parque chama atenção. Em fala³⁰, o prefeito da cidade, que na época era Luciano Cartaxo, apontava para um avanço da estrutura turística da cidade, que finalmente teria um parque que oferecesse ao turista a história da cidade. Assim, os efeitos da remoção seriam duplos: por um lado transformaria o centro da cidade em um grande empreendimento, equipado com grandes estruturas para visitação e colocaria os moradores em habitações que condiziam com uma moradia “normal”. Esse discurso não é unicamente da gestão referida, estando presente em outros materiais referentes ao primeiro escopo do projeto já da década de 1990.

Um outro ponto que marca esse discurso é a negação da existência de uma comunidade³¹ e de uma forma de coletividade baseada no parentesco e na interação no ambiente – elementos estes que vieram a se apresentar durante a pesquisa para o informe técnico. Essa negação da tradicionalidade também aparece como uma violação de direitos dentro do relatório produzido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB e nos laudos produzidos anteriormente pelo Ministério Público.

Ainda na esteira destas falas da Prefeitura, algumas afirmações, são também apresentadas pelo MPF na ação civil pública³², onde o ente municipal apresenta a Vila Nassau como sendo uma outra comunidade, diferente e separada do Porto do Capim. Isso nega completamente uma unidade presente na comunidade e principalmente nega os vínculos que as pessoas têm a partir das relações de parentesco, amizade, trabalho e fé. Outro ponto é a

30 Vídeo com a fala do Prefeito Luciano Cartaxo <<https://www.youtube.com/watch?v=el-lWozg8bU>>

31 No ano de 2020 a SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Município) produz um laudo técnico, assinado por arquitetos e urbanistas, que constate e confirme a falta e a ausência de tradicionalidade da comunidade. Sem entrar na seara da necessidade de laudos para confirmação de tradicionalidade, tendo em vista a existência do decreto 6.040 e da convenção 169 que discutem a autodeterminação como fator fundamental, e da capacidade técnica que arquitetos e urbanistas tem para discutir este tema, queremos brevemente refletir sobre os problemas deste laudo. Um dos problemas que se percebe são as fontes dos dados apresentados. Por exemplo, todas as fotos usadas são produzidas em 2014, assim como a apresentação de dados de ocupação baseados em dados de relatórios do IPHAM de 2015/2016 para construir uma imagem sobre a ocupação, dando a entender que toda a ocupação da comunidade é recente. A partir dessa falta de dados atualizados sobre a comunidade, podemos levantar a hipótese de que não houve uma pesquisa de campo apropriada, para compreender o contexto atual da comunidade. Outra fragilidade do laudo é a falta de uma pesquisa bibliográfica robusta e atual, tendo em vista que no ano da produção, já existiam diversas pesquisas apontando as relações existentes entre a comunidade e o território. Com estas questões em vista, se percebe um viés no laudo, que fortalece a argumentação de que a comunidade gera danos ao ambiente e impede o acesso da cidade ao rio, mas não se esforça em apresentar a continuidade histórica existente, tão pouco a relação entre a comunidade e o rio, questões debatidas por uma ampla bibliografia. A tendência de viés se torna perceptível, quando o laudo, mesmo citando a legislação que discute sobre povos tradicionais e a autodeterminação, aponta que não existem elementos que relacionem a reprodução da comunidade com o território.

32 A Ação Civil Pública está disponível em <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/docs/1-24-000-001117-2015-16-porto-do-capim-peticao-inicial.pdf/view>>

classificação do lugar onde as casas estão como insalubre e subnormal, apontamentos feitos a partir de uma observação rápida e excluindo o contexto e os processos de transformação da comunidade.

Desta forma, no outro lado deste debate – e de modo fundamental para este trabalho – temos a comunidade do Porto do Capim, que em todos estes anos vem se articulando para permanecer em seu território. Mesmo estando em uma região com pouco espaço para construção, os moradores fizeram suas casas e em alguns casos promoveram ocupações em antigos prédios, dentro do território do Porto, para suprir essas necessidades. É importante destacar que dentro da comunidade existem empreendimentos, como os depósitos de madeiras, oficinas mecânicas e a garagem de uma transportadora, que são de proprietários de fora do Porto que ocupam alguns antigos galpões. Mas também existem muitos empreendimentos de moradores, como o bar de Vera, a barraca de Nalvinha e tantos outros que dão uma dinâmica comercial ao lugar

Como podemos perceber, a discussão sobre a permanência da comunidade vai muito além da propriedade da casa, ela chega discutir sobre a preservação do rio e da manutenção do Centro Histórico, enquanto um lugar habitado e seguro. De maneira geral podemos afirmar que existe um entendimento, por parte dos moradores, de que a instalação do parque ecológico nos moldes que ele se encontra, torna o centro histórico mais perigoso. Essa percepção parte da ideia de que, um lugar que não é habitado, que não é usado com frequência, se torna um espaço propício a assaltos. Marcelo, esposo de Verônica, percebe que uma praça como essa, ampla e sem equipamentos de faça com que as pessoas permaneçam, é um lugar potencialmente perigoso. Para além dessa lógica de que lugares vazios são lugares perigosos, ele também aponta que o mangue pode se tornar um esconderijo fácil, em caso de perseguição policial, assim como rota de fuga, devido a ligação que o rio faz com outros bairros da capital e com as cidades da região metropolitana.

A praça Dr. Napoleão Laureano, também conhecida como a Praça do relógio, fica na frente da estação de trem e na leitura de Nice e D. Odacir é uma prévia do que seria o “concretão”. A praça conta com grandes espaços para caminhada, apesar dela ter um desnível entre a parte mais alta e a parte mais baixa. Para D. Odacir e Nice essa praça deveria contar com equipamento para os moradores da região, como equipamento para exercícios físicos e um espaço adequado para prática de esportes. Nesta reflexão sobre como seria o melhor equipamento para aquela região, elas ainda chamam atenção do porquê no parque Solon de

Lucena, conhecido como “a Lagoa” existem todos esses equipamentos, enquanto que nesta praça ampla não tem. Apenas durante a noite, quando o fluxo de veículos reduz na região, é que a praça acaba se tornando um campo de futebol improvisado para os moradores do Porto, especialmente os adolescentes. Assim, apesar da reforma da praça ter tido um valor muito alto³³, ela é subutilizada porque sua proposta de uso está descolada das necessidades das pessoas que moram próximos a ela.



Imagem 17: Praça Napoleão Laureano durante o dia. Autor, 2022.

Pensando sobre a colocação de que a Vila Nassau não faz parte do Porto do Capim, a forma de compreender o território, a partir das localidades como a Vila Nassau, Praça 15, Porto do Capim, Curtume e Frei Vital, marca muito mais a identidade do processo de ocupação daquele espaço e sua temporalidade, do que a compreensão de haver comunidades diferentes. As relações de parentesco existentes na comunidade estão para além destas localidades, de forma que os grupos domésticos têm seus membros distribuídos em partes diferentes da comunidade, a depender da trajetória que cada um tem. Para além de marcar os processos de desenvolvimento da comunidade, estas localidades têm uma importância prática

33 Ver em <<http://portal.iphan.gov.br/pac/noticias/detalhes/5572/praca-napoleao-laureano-e-primeira-etapa-concluida-do-parque-sanhaia-em-joao-pessoa-pb>>

na vida dos moradores, a de poder localizar suas casas para os Correios e outros serviços de entrega.

Tomemos a noção de lugar conforme definida por Koury (2001) como uma forma de estabelecer um pertencimento àquele espaço, a partir das atividades que são desenvolvidas e dos vínculos criados. Neste processo de transformar um espaço em *lugar* existe um processo de enraizamento que, quanto mais enraizado, mais autônomo é o sujeito na relação com o mundo e com os conflitos surgidos. Nesse processo o autor aponta que

“O enraizamento é um tornar-se autônomo com relação ao lugar. Por-se no mundo, ao mesmo tempo que enxerga-se como mundo do lugar, ou de um lugar de fundação e permanência. É uma simbiose entre o estar no mundo e ser no mundo” (KOURY, 2001, p. 132)

Estas reflexões de Koury são interessantes para pensarmos em como os moradores da comunidade pensam o Porto e suas localidades, compreendendo-as como uma forma de organização do espaço e contribuindo com a construção da identidade do lugar.

Nessa esteira de compreender seu território existe uma leitura dos impactos deste projeto que indica os danos provocados na comunidade, assim como a percepção do que é valioso e positivo na comunidade, da qualidade de vida que só existe ali.

Essa questão sobre a qualidade de vida está presente em muitas falas, tanto hoje com esta situação, como também na interpretação dos motivos pelos quais os primeiros moradores chegaram. A busca por essa qualidade de vida e a manutenção dela hoje nos coloca para refletir sobre quais são os aspectos importantes que a comunidade considerar o lugar como “de qualidade”. Tanto na trajetória de D. Geraldina, como na da avó de Nice, que vamos ver em outro capítulo, a busca por uma melhor qualidade de vida estava marcada pela busca de um lugar que desse oportunidade de emprego e moradia, e por isso o Porto era uma das opções.

Hoje essa categoria é atualizada, onde a qualidade de vida está relacionada a tranquilidade e liberdade, para que as crianças possam brincar nas ruas e as pessoas possam conversar nas calçadas por exemplo. Essa percepção é comparada, inclusive, com a forma de morar em outros bairros da capital. Como bem fala Verônica, que nasceu no bairro de Cruz das Armas, a grande diferença está na maneira de se relacionar com as pessoas. Nos outros bairros da cidade o máximo de relação que se tem é com os vizinhos mais próximos, contudo

esse vínculo pode se desfazer caso eles se mudem. Já no Porto esse vínculo ultrapassa a vizinhança mais direta, chegando a uma dimensão de comunidade, em que as relações têm uma dinâmica muito diferente. Essa dinâmica é que possibilita, segundo ela, a liberdade e tranquilidade.

Há um caso que Verônica conta e que exemplifica bem a força dessas relações. Uma vez ela viu uma criança indo atravessar a linha do trem, essa fronteira que marca onde termina a rua e começa o Porto, e logo perguntou para onde ela estava indo. A criança respondeu que uma mulher a chamou ali, para fazer algo. Então Verônica perguntou se a mãe dela sabia e onde estava essa mulher. A criança respondeu negativamente e não conseguiu apontar onde estava a mulher. Mesmo Verônica não sendo um parente direto da criança, por ela ser um adulto reconhecido como da comunidade e presente em espaços importantes, como na catequese, ela consegue ter esse peso moral impedindo que a criança pudesse estar em uma situação perigosa.

É claro que, em uma comparação entre morar num bairro que é servido de equipamentos públicos, como praças, posto de saúde, iluminação e afins e no Porto, existem diferenças de acesso a esses serviços. Contudo, as vantagens existentes no Porto são singulares, frente a qualquer outro bairro, o que não exclui a percepção de que melhorias precisam ser feitas para atender a demanda da comunidade, como a presença de um posto de saúde que atenda a região e lugares de lazer devidamente equipados. Assim os elementos que compõem este lugar e suas qualidades não são excludentes, pelo contrário, são resultados de demandas específicas.

Na perspectiva dos moradores, essa relação próxima com a maré (o mangue) também se torna um elemento positivo na construção do lugar e da qualidade de vida que ele precisa ter. A maré cumpre diversas funções e que estão para além da coleta de recursos e de via para navegação. Ela é fonte de cura para diversos males, do corpo e da alma, como Nice nos fala. É também um lugar de contemplação e meditação para enfrentar as dificuldades do cotidiano. Quem fala dessa forma de relação com a maré é Verônica, que ao se sentir cansada ou estressada, vai contemplar o pôr do sol no seu quintal. Para ela, ver o movimento da maré e o pôr do sol, traz uma tranquilidade e ajuda a organizar a mente. Ela me mostrou umas fotos dessas paisagens postadas no grupo do *whatsapp* que reúne os moradores, onde volta e meia alguém posta alguma foto da maré.

O parque Sanhauá é chamado pelos moradores como o “concretão”, o que sintetiza bem como essa estrutura é encarada. O projeto quebra com o sentimento do que é o Porto, um refúgio dentro da cidade, seja do calor, seja dos efeitos da própria urbanização. Da mesma forma o Porto é uma referência de lugar, de abrigo, de maneira que os impactos na vida pessoal, provocada pela mudança e distância dos parentes, assim como a forma de se relacionar com a vizinhança, são irreparáveis. Desta maneira o que podemos perceber é que existe também um conflito sobre o que é qualidade de vida e sobre a forma com que as pessoas devem se relacionar com as paisagens da cidade. Pois, na perspectiva da Prefeitura, o Parque traria um volume maior de pessoas, consumidoras de preferência, mas que não possam criar ali uma relação de lugar. Já os moradores do Porto do Capim tem ali como seu lugar e isso não impede que outras pessoas visitem.

O desejo, por parte de quem mora lá, de ter mais visitantes no Porto não é movida unicamente por questões econômicas, mas também pelo reconhecimento e soma na preservação do mangue e da própria comunidade. É D. Odacir que provoca essa reflexão sobre a necessidade de ter “um milhão de amigos”, em referência a música de Roberto Carlos, no sentido de que o Porto é formado por esse coletivo de pessoas e precisa de mais gente para colaborar. E para conquistar mais amigos, é preciso que eles conheçam a perspectiva de quem mora lá e nisso entra o turismo de base comunitária feito pelo coletivo de jovens Garças do Sanhauá³⁴.

O ponto que é interessante de perceber nessa movimentação, que fomenta a visita ao Porto, é tanto de quebrar a visão estereotipada da comunidade, alimentada durante tantos anos na sociedade pessoense, como de convencimento de que aquela parte da margem do Sanhauá estaria muito mais degradada sem a presença da comunidade. Com isso “Quando toda João Pessoa conhecer a história do ribeirão, ela vai saber que somos patrimônio”, como bem aponta Nice, contudo é preciso que essa cidade conheça e reconheça o Porto do Capim como ele é, com suas especificidades e seu território.

Para se posicionar frente aos avanços da Prefeitura as mulheres da comunidade se organizaram numa associação, a Associação de Mulheres do Porto do Capim (RUIZ, 2016;

34 As Garças, como são chamadas, são o coletivo de jovens da comunidade. Esse coletivo é formado pelos primeiros alunos do projeto “Subindo a ladeira”, voltado a educação patrimonial e promovido por um projeto de extensão da UFPB. Hoje esse coletivo auxilia a AMPC nas atividades, principalmente no suporte das atividades de divulgação e produção de *lives*, assim como em diálogos com agentes externos da comunidade.

O Vivenciando o Porto é um projeto de turismo de base comunitária, que oferece um passeio pela comunidade e o rio, assim como as comidas e doces que são feitos por outros moradores da comunidade. Esse trajeto turístico, para além dos fortalecimento da economia da comunidade, também contribui para desmistificação da comunidade, apresentando a comunidade a partir da perspectiva de quem mora lá.

ASSAD, 2017). Trata-se de chefes de família e parte da juventude feminina que, ao terem suas moradias ameaçadas, se juntaram para criar um espaço de diálogo e reconhecimento por parte de outros agentes e assim marcar a existência de uma comunidade. Aqui está um ponto nodal de se analisar.

Para isto é necessário considerar que a questão do espaço e da moradia são temas essenciais, pois muitas famílias acabam tendo seus membros morando fora do Porto do Capim pela falta de espaço para uma construção ideal. Em outros contextos existe a coabitação de dois ou mais núcleos familiares numa mesma casa, o que também acaba sendo um fator de desconforto e insegurança, já que ao se ameaçar a remoção de uma habitação se coloca em xeque uma família extensa inteira, por exemplo. Esse contexto todo, de organização, coabitação e até de ocupação de antigos prédios, como foi a ocupação do Curtume³⁵, aponta para a vontade e necessidade de manter-se dentro da comunidade e da manutenção dos laços e da dinâmica dos grupos domésticos.

Tendo em vista que em um primeiro momento a ameaça estava sobre as casas e a permanência no Porto do Capim, a AMPC começa a articular um debate sobre tais questões. Mas com o passar dos anos e a reflexão que esse contexto de disputa provoca, o foco dos debates não estava apenas nas casas propriamente, mas sim da permanência no território. Com isso as mulheres da associação passaram a perceber que aquela vivência existente no Porto não era apenas de mais uma comunidade periférica, de forma homogeneizadora, mas sim relações de uma comunidade ribeirinha que reivindica sua interação no ambiente do mangue como parte da sua identidade. Joyce faz uma comparação muito pertinente, entre as ações que foram tomadas pela Prefeitura no Porto e aquelas feitas em outra comunidade da cidade, a comunidade do “S”. Com pouco tempo a comunidade do “S” foi convencida de sua remoção para um centro habitacional e auxílio aluguel, sem realmente ter garantias desses auxílios. Na perspectiva de Joyce a grande diferença entre as comunidades está na maneira com que elas se articulam frente as ações da PMJP. Ao contrário da comunidade do “S”, o Porto tem um grande poder de mobilização e um grupo bem articulado, que consegue mediar os diálogos internos da comunidade, ao mesmo tempo que se posiciona frente a Prefeitura. Essa

35 O processo de ocupação do Curtume se deu por volta de 2010 e teve como estopim boatos de que este espaço seria ocupado por pessoas de outras comunidades que existem ao redor do Porto. Com esse receio de que um espaço tão próximo da comunidade fosse ocupado por pessoas externas aos grupos domésticos, de “fora”, muitos moradores tomaram a frente e decidiram ocupar eles próprios. Atualmente o curtume é uma ocupação consolidada que agrupa centenas de residências.

comparação feita por ela nos faz pensar quais são os movimentos que contribuem que o Porto permaneça em seu território até hoje.

Retomando os desdobramentos do projeto da Prefeitura, podemos perceber que existe uma forma de reordenamento urbano encabeçado pela PMJP com efeitos claros sobre a população que mora no Porto. Estes efeitos entram num conceito guarda-chuva chamado *gentrificação* que basicamente pode ser compreendido como um movimento de atração e chegada de novos moradores, de um estrato social mais alto, para uma área empobrecida da cidade, que faz com que os preços de aluguéis e equipamentos tornem o custo de morar ali mais alto e isso faz com que os antigos moradores tenham que se retirar. Neil Smith (2005) explora esse conceito a partir dos processos que envolviam a reabilitação urbana da área central de Nova Iorque nos EUA.

Na situação que o autor está usando como base para análise, existem questões que são fundamentais, como por exemplo a imagem que o bairro tinha de abrigar movimentos artísticos alternativos. Isso atraiu uma massa de pessoas que consumia esse tipo de arte, ao mesmo tempo que injetava recursos ali. Isso impulsionou projetos de reabilitação de antigos prédios habitacionais, que seriam transformados em apartamentos e ateliês, para esses novos moradores com maior poder aquisitivo. Assim a *gentrificação* neste contexto carrega consigo também a ideia de desvendar as fronteiras urbanas, descobrindo lugares “novos” com culturas próprias e distantes do que acontece em outras partes.

A contrapartida disso é que os moradores que ocupavam aqueles espaços são retirados pela pressão imobiliária e a criação de uma nova identidade para o lugar. Uma identidade construída a partir de complexas relações entre agentes públicos e privados. Assim a cidade, quando quer se projetar como mercadoria ou marca, primeiro investe na reconstrução da sua identidade.

Contudo o próprio conceito ganha novas abordagens dependendo dos agentes envolvidos e da própria maneira de ser posto e não está restrito ao campo acadêmico, pois Smith traz uma ótima citação de um conselho imobiliário que defendia o processo como algo positivo, inclusive definindo como um avanço na qualidade de vida dos bairros a partir do investimento privado (SMITH, 2005, p. 28).

Com esta perspectiva a *gentrificação* fica restrita a uma dimensão econômica das relações na cidade, como se apenas o fato de subir os alugues fizesse com que o lugar fosse transformado. Em um contexto complexo como o Porto é preciso partir de uma perspectiva

latino-americana (CASTILLO, 2021; ZICCARDI & DAMMERT, 2021), que propõe rupturas com as análises feitas no norte global por entenderem que os processos sociais e econômicos aqui tomam outros caminhos.

Na formação das cidades do Sul global o modelo neoliberal, aplicado duramente na América latina, a cidade produz uma transformação abrupta das ruas e praças, que antes eram lugares de permanência e em poucos anos é convertido a um lugar de passagem.

Del Castillo (2021) discute com precisão essa maneira de *gentrificar* os espaços públicos, apontando como uma característica das formas com que o mercado imobiliário age no lado sul do mundo. Ela aponta que em muitas capitais, em vez de expulsões e a troca do público simplesmente, existe o endurecimento de regras e fiscalização para que a população marginalizada se mantenha longe de determinados espaços públicos. Esse foi o resultado que o parque Castilla, em Lima, Peru, sofreu. O parque era o espaço usado para as mais diversas atividades, desde concursos de dança a jogos de futebol. Com o aumento expressivo de empreendimentos imobiliários, voltados a um público com maior poder de compra, logo novas leis municipais foram sendo impostas aos usuários da praça, como por exemplo a proibição de qualquer atividade nas áreas de gramado que fossem consideradas “recreación activa” (p. 57).

Assim o parque Castilla foi sendo engessado nas suas possibilidades de uso, transformado-se num anexo desses prédios de classes abastadas, onde estas pessoas poderiam fugir do barulho e se reconectar com a natureza mesmo estando no centro da cidade, sendo estes atributos parte da propaganda de venda dos apartamentos. A partir das interferências de entes públicos a praça, que era um lugar de permanência, se transforma num lugar de passagem e contemplação para classes abastadas. Apenas com a organização dos movimentos de populares de resistência que se conseguiu derrubar as leis municipais e retomar a praça.

Assim, a própria Del Castillo (op. cit) nos traz as formas com que a gentrificação é aplicada nos centros latino-americanos, a partir da imposição de um modelo de cidade neoliberal, impedindo por meio de regras e leis que determinadas classes usem certos espaços públicos em detrimento do *lobby* feito por e para outras classes.

Nos cabe aqui abrir um parêntese para apontar que existem diferenças na forma de ocupação e uso, inclusive numa perspectiva legal. Os usos do espaço da cidade, como a praça Castilla, é regida por regras de uma urbanidade que as sociedades ocidentais foram desenvolvendo com o tempo, contudo, legalmente tais regras não são descritas e isso cria

brechas para que esse tipo de restrição de uso possa acontecer, como o exemplo do impedimento de “recreações ativas”, um conceito que pode caber qualquer tipo de atividade. Além destas questões, os espaços públicos em si são tratados de forma genérica, abrindo espaço para a argumentação de que qualquer praça poderia ser utilizada para os mesmos fins. Mas quando estamos discutindo sobre um território tradicionalmente ocupado, existem definições³⁶ claras sobre como se dá essa ocupação e de quem pode fazer usufruto dela. Por isso que, ao pensar sobre uma ocupação tradicional num centro urbano, esse território precisa ser pensando a partir de parâmetros que não cabem dentro dessa perspectiva ocidental de cidade. As lógicas de uso e ocupação são diferentes, exatamente porque a relação do grupo com o lugar é diferente.

Essa forma com que a gentrificação se aplica é o resultado do que Ziccard e Dammert (2021) discutem, quando apontam para a forma como se dá a desigualdade nas cidades latinas. O que vemos aqui é uma desigualdade construída de forma estrutural, de maneira que permeia todas as relações e está acima das ações individuais. Essa desigualdade estrutural também está na formação urbana, da compreensão do que é o espaço público e como as autoras apontam, no mercado de habitações populares, que ao serem feitas distantes do centro da cidade, agudizam o processo de segregação espacial e de institucionalização da desigualdade.

Outra expressão desta transformação dos espaços urbanos, capitaneadas pela perspectiva neoliberal, é a produção do medo. Koury (2009) traça categorias de medo, a partir de um recorte de classe na cidade de João Pessoa. Dentro da análise feita pelo autor se percebe a falta de segurança, pessoal e familiar, em áreas onde a existe uma forte ação de empresas imobiliárias e o isolamento de determinadas formas de ocupar esses locais. Entre os exemplos que o autor traz, um dos que chama atenção é da negociação entre uma construtora de um edifício residencial e um morador da orla. A construtora ofereceu vultosa quantia em dinheiro e dois apartamentos no empreendimento pelo terreno. Dois grandes motivos são apresentados para que fosse aceito essa proposta: o primeiro era a segurança, já que as poucas casas que ainda restavam no bairro foram alvo de assaltos, assim o entrevistado ficava com

36 O Decreto 6.040/ 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, mas também traz a definição do que são os povos e comunidades tradicionais, assim como a definição do que é o território tradicional. De forma breve, o decreto aponta que povos tradicionais são aqueles que se entendem como culturalmente diferenciados, em consonância com a convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. A definição de território tradicional é basicamente a de espaços necessários para a reprodução física e cultural do grupo, sejam elas usadas de forma permanente ou temporária.

medo de sua casa ser o próximo alvo. O segundo motivo era um medo maior, um medo do bairro que já não era mais familiar, no sentido de haver um reconhecimento entre os moradores do lugar. Por causa do avanço dos edifícios residenciais as ruas, que antes eram lugar de conversa, de brincadeira para as crianças, se torna um lugar vazio, mal iluminado e perigoso. A sociabilidade, que antes tinha o bairro como espaço, agora se restringe às áreas comuns dos edifícios. Esses fatores fizeram com que ele aceitasse essa proposta.

Com isso, ao percebermos que a desigualdade e o acesso à cidade não é uma questão individual, mas institucional e coletiva, de forma que não se pode pensar nestes direitos a partir da lógica liberal, mas sim da maneira com que a cidade é construída e reconstruída. Harvey (2014) aponta que o processo de urbanização das cidades teve, entre outros motivos, o objetivo de dar vazão ao capital que estava sendo produzido. Com a urbanização vieram todos os grandes projetos arquitetônicos, paisagísticos, infraestruturais e a especulação imobiliária. O autor aponta o exemplo da cidade de Paris sob a influência do barão de Haussmann como um dos exemplos de como grandes obras de reconfiguração da cidade atinge determinados objetivos, como a manutenção do capital em circulação, a separação da parte rica da parte pobre da cidade a partir da arquitetura urbana. Neste vínculo entre a circulação de capital e a reconstrução da cidade, o Harvey traça um claro paralelo entre a cidade e os meios de produção. No controle dos capitalistas, os meios de produção servem apenas para gerar mais-valia e lucro, e essa perspectiva não é diferente com relação à cidade.

Por isso, ao ser reivindicada a cidade de volta, o autor propõe tomar os meios de produção para que estes produzam bem-estar para aqueles que trabalham nela. Com isto posto vemos que a formação da cidade é, entre muitas coisas, luta entre grupos que têm poderes e formas e lógicas de organização completamente diferentes.

Quando grandes obras são propostas, elas buscam atingir determinados objetivos e na discussão desse capítulo temos exemplos de como os projetos da PMJP, ao aplicar transformações bruscas no centro histórico, faz com objetivos diversos. Eles vão desde a atração de turistas, passando pela busca de moradores para a região central, até a produção de uma identidade da cidade.

Essa forma de representar esse novo centro histórico, é também reconstruir a identidade da cidade, de forma bastante similar aos Estados Nacionais que buscam seus elementos de contrastividade. Apesar de ser um projeto que atravessa diversas gestões de prefeitos, o parque ecológico manter um núcleo inteiro, que seria esse de colaborar na

produção de uma identidade visual da cidade de João Pessoa nos mesmos moldes que as capitais vizinhas. Braga e Moraes (2016) discutem como que o projeto do centro histórico de João Pessoa é formado e dão subsídios para entendermos como que esse projeto, apesar das transformações, continua parecido. Isso se dá porque o movimento que originou o centro histórico era formado por setores da sociedade pessoense que buscavam resgatar símbolos da história da cidade. Entre saudosismos e uma visão patrimonialista do que seria esse lugar, os autores apontam como esse movimento encarava, e ainda encara, a comunidade do Porto como uma “mácula” nesta relação entre o rio e a cidade.

Nesta mesma esteira, da busca por símbolos que representem a cidade e o Estado, a ideia de que este projeto de intervenção urbana religará o rio à cidade se torna o eixo central. Como se, ao recriar as condições imaginadas que o porto tinha no início do século passado, desse conta de sustentar essa aura. Como bem aponta Braga e Moraes (op. cit.) os processos de esvaziamento e reocupação do que é tido como o centro histórico hoje precisa ser compreendido como uma dinâmica da cidade, onde não existem lugares desocupados, mas sim processos de reocupação que partem de diversas demandas. Contudo, na perspectiva do ente municipal, esse processo é visto como “abandono” ou “degradação” dos bairros que passam por tais processos e por isso precisam de uma intervenção que os revitalize, que os coloque dentro do que é esperado.

Quem também compreende a maneira de ocupação do território do Porto a partir de outra perspectiva é Fabrício (2017) que vai se embasar no conceito de heterotropia de Foucault, que discute movimentos de ruptura na homogeneização dos espaços. Nesta esteira, o que Fabrício vem discutir é que essa homogeneidade da cidade vem como resultado de uma ação ativa do ente municipal de formatar as dinâmicas territoriais dentro daquilo que ele compreende como adequado. Ao perceber as articulações do Porto do Capim, com suas manifestações e organização popular, o conceito de heterotropia entra para ajudar na compreensão de que esses movimentos estão sendo criados também para romper com essa forma de compreender e estar na cidade. Assim as ações heterotrópicas dos movimentos dentro do Porto nos provocam a pensar as relações da cidade com seus habitantes e seus ambientes.

Com estas reflexões sobre o projeto do parque ecológico, com seus desdobramentos e objetivos, podemos avançar no fluxo de acontecimentos. Em seguida vamos apresentar um

encadeamento de acontecimentos restritos ao ano de 2019, com objetivo de traçar estes acontecimentos e compreender seus desdobramentos.

2.2 FLUXO E IMPACTOS DOS EVENTOS DE 2019

Para termos uma perspectiva da sequência dos eventos que se sucederam no ano de 2019, vamos apresentar aqui a uma linha cronológica destes acontecimentos. Para isso contei com uma pesquisa nos principais portais eletrônicos de notícia do estado, sendo o “G1 Paraíba” o que ofereceu grande parte dos artigos. Para além das falas que foram publicadas pelos jornais, vamos compor esse quadro com a percepção de algumas agentes deste processo. Neste momento, eu tive a satisfação de poder conversar com Verônica, Odacir, Nice e Joyce. Elas são membros da Associação de Mulheres do Porto do Capim, e Joyce também faz parte do coletivo de jovens “Garças do Sanhauá”, que fomenta algumas atividades, como o “Vivenciando o Porto”, que promove o turismo dentro do Porto do Capim.

19/03: O dia da Notificação³⁷

As famílias da Vila Nassau e da Praça 15 são notificadas pela Prefeitura sobre a remoção. Segundo os relatos, esta ação foi executada logo pela manhã, com equipes de assistentes sociais e guardas municipais. Os moradores eram abordados e convencidos de que não havia mais nenhum recurso a não ser assinar os termos que lhes eram apresentados e se retirar em 48 horas. A notificação (vide anexo) aponta que o prazo era irrevogável e que o descumprimento daquela notificação acarretaria multa e processo judicial.

Alguns pontos deste documento são importantes de observar. O primeiro é a notificação em si, os motivos daquela situação. O documento aponta que os moradores da Vila Nassau e da Praça 15 estavam ocupando uma área de risco ambiental, dentro de uma área de proteção permanente. Por causa disso os moradores infringiriam o código de meio ambiente municipal e também o código municipal de postura. Curiosamente tal notificação só é imposta neste momento, mesmo com a comunidade tendo serviços públicos como uma escola estadual, ruas calçadas, coleta de lixo e rede de água. Estas obras dão certa legitimidade ao território da comunidade e só agora tais infrações são um problema a ser

³⁷ Ver notícia em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/19/familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-sao-notificadas-para-desocupar-casas.ghtml> Acesso em 15 de Set 2021.

resolvido. Apesar de a notificação trazer as tais infrações, ela não aponta nenhuma contrapartida formal da Prefeitura sobre algum auxílio ou realocação. Logo os moradores eram notificados, com a possibilidade de processo, mas não existia nenhum documento conjunto que os respaldasse com algum tipo de suporte para depois da desocupação.

Este dia ficou marcado na memória das pessoas que entrevistei. Elas relataram a surpresa daquela ação e das violências que passaram naquele dia. Um destes relatos é o de Verônica e Marcelo. Eles moram na Praça 15, até hoje na mesma casa que casaram e que fica perto de onde era a casa de Dona Geraldina. Em seu relato, Verônica aponta que no dia da notificação estava em consulta médica e ficou sabendo da ação só quando chegou em casa. Naquele momento ela encontrou o marido tenso com aquela situação. Marcelo domina pouco a leitura e a escrita e tinha compreendido que o termo era algo relacionado ao censo das casas. Por conta deste equívoco, assinou o termo imposto pelos agentes da Prefeitura. Quando ele compreendeu toda a situação ficou muito nervoso, pois não era da sua vontade sair dali. Nesta nossa conversa, reafirmou que foi pego de surpresa e assinou sem entender bem tudo aquilo. Marcelo expressou bem que nunca teve vontade de sair do Porto do Capim, muito menos para morar em um apartamento longe de tudo.

A situação deixou toda a comunidade muito tensa, principalmente porque muitas pessoas, assim como Marcelo, não assinaram aquele documento com o pleno entendimento, tanto do que estava acontecendo, quanto dos desdobramentos que dali seguiriam. Para Verônica, era como se tivessem “tropeçado e perdesse o chão”. Ainda no calor do momento, representantes da AMPC questionaram o porquê daquela ação ser executada, já que nas negociações anteriores foi acertado que a comunidade do Porto do Capim passaria por uma realocação para um local próximo. Os agentes da Prefeitura diziam que aquela área, que comportava a Vila Nassau e a Praça 15 não eram do Porto, logo não eram tradicionais. Isso deixou Verônica muito inquieta, porque para ela, os moradores é que sabem onde moram. Logo, “se eles dizem que são do Porto é porque são” – segundo suas palavras.

Outra perspectiva desde mesmo evento é a de Dona Odacir e Nice. Mãe e filha compartilham do sentimento de ver o lugar que cresceram se desfazer. O impacto maior foi a surpresa com que aquela ação se deu. Ninguém esperava aquilo, mesmo com a paralisação dos diálogos entre a Prefeitura e a comunidade. O que se esperava era uma nova rodada de tentativas de diálogo e alguma solução que contemplasse a maior reivindicação da comunidade: a permanência em seu território.

Quando a notificação veio, acompanhada de todo o aparato de agentes municipais, assistentes sociais e guardas municipais, e a insegurança que foi criada pelo prazo de 48 horas para a saída das casas, tudo aquilo “arrebentou nossa mente, nossa alma, nossa face também sofrendo e chorando”, como diz Dona Odacir. Outra parte deste abalo, para elas, era ver que muitas das pessoas foram sendo convencidas e assinando os documentos. Elas apontam que, apesar da adesão, muitos que estavam aceitando naquele momento não tinham um laço tão forte com a comunidade. Outros foram convencidos de que ganhariam apartamentos em conjuntos habitacionais e viram nisso a oportunidade positiva, seja pela promessa de um apartamento com melhores condições estruturais, seja pela falta de escolha tendo em vista que ou era aceitar a proposta ou ficar sem teto.

De toda forma, mesmo com essa adesão num primeiro momento, Nice e Dona Odacir apontaram que algumas pessoas voltaram para o Porto. Isso se deu, na perspectiva delas, porque estas pessoas não se adaptaram nesses novos lugares. Faltaria a elas os contatos criados durante anos naquele espaço. Na leitura delas, “os ribeirinhos não conseguem ficar muito tempo longe do mangue, porque as suas raízes apodrecem.” E mesmo aqueles que não são Filhos do Porto³⁸ diretamente, tem vínculos fortes ali, pelos anos de convivência e de relações estabelecidas. Assim, elas compreendem que essas pessoas também sentiram o golpe de ter perdido essa rede de colaboração.

Por causa das décadas que esse projeto tem, Dona Odacir e Nice expressam o desconforto que é morar em um lugar e a todo tempo alguém apontar e dizer que “ali não é seu lugar”, que “ali não é seu por direito”. E por outro lado, vimos que elas enfatizam como morar ali é parte constituinte do ser – portanto, de uma identidade. Interessante que nesta conversa, onde elas enfatizam que “não são os ribeirinhos que poluem o rio”, que eles tem a mesma relação com o território que os indígenas têm, pois eles também “são parte daquele rio e daquela lama”. Assim, elas dizem que não conseguem se imaginar fora daquele lugar.

21/03: Manifestação³⁹

38 Essa é uma categoria muito importante, que indica a origem e a trajetória das famílias em relação ao território. Vamos expandir essa discussão mais a frente.

39 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/03/21/moradores-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa-protestam-e-prefeito-confirma-remocao.ghml>> Acesso em 15 de Set 2021.

Os moradores se articulam e fazem um protesto na região central da cidade. Depois da ação da Prefeitura, a Associação de Mulheres do Porto do Capim articularam uma manifestação para demonstrar sua insatisfação com aquela situação toda. Esse protesto vai contar com vários agentes da sociedade civil que contribuíam dentro do Porto, como alguns professores da UFPB que tem projetos de extensão por exemplo. Pelo fato da manifestação ter sido nas proximidades do terminal de integração do Varadouro, uma parte significativa do transporte urbano e do fluxo de carros particulares foi travado. Desta forma a manifestação teve bastante êxito, porque chamou atenção da cidade para a questão, assim como os canais de mídia.

Ao conseguir esse espaço nas mídias, a AMPC e a comunidade começam a explicitar seus pontos de vista sobre a obra e sobre sua longa permanência no Porto do Capim. Mesmo com a grande quantidade de materiais já produzidos, tanto no campo acadêmico, quanto das próprias emissoras de TV, muitas pessoas da cidade de João Pessoa desconhecem o contexto de disputa que existe entre o Porto e a Prefeitura. Com isso, ao estarem sendo noticiadas nos jornais da cidade, a comunidade teve espaço para apresentar seus canais de mídia, por meio das redes sociais e também de mobilizar parte dos frequentadores e músicos do Centro Histórico.

30/05: As demolições têm início⁴⁰

Começam as demolições das casas na Vila Nassau e na Praça 15. Até chegar este ponto, os diálogos dentro da comunidade foram muito complicados. Por um lado existia a associação de mulheres, tentando convencer os moradores a permanecer em suas casas, enquanto que existia um movimento contrário de outros moradores, que viam a oferta do auxílio aluguel e posteriormente um apartamento em algum conjunto habitacional, como uma vantagem frente a sua situação. Dentro deste processo também existiam pessoas que fizeram uma espécie de *lobby* para a saída de moradores.

Para além desta disputa entre moradores, também existem os comerciantes. O Porto é ocupado por depósitos de madeira e oficinas mecânicas, como também de pequenos comércios de alguns moradores. Boa parte desses comerciantes, apesar de estarem a muito tempo na vizinhança, não são moradores do Porto e tem uma relação distante, quando a pauta

40 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/05/30/prefeitura-derruba-casas-na-comunidade-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghml>> Acesso em 15 de Set 2021.

é a reivindicação pelo território. Muitos se posicionaram contrários a retirada, já que boa parte está concentrada nas áreas impactadas, mas isso porque não tinham garantias de locais equivalentes aos que possuíam no Porto. Outro ponto exposto em uma entrevista⁴¹ era a perda da clientela. Para além do tamanho que as oficinas têm, a outra vantagem que existe é a centralidade que o lugar oferece.

31/05: IPHAEP embarga demolições⁴²

O IPHAEP, Instituto do Patrimônio Histórico e artístico do Estado da Paraíba, embarga as demolições promovidas na Vila Nassau e na Praça 15. Tal ação é tomada porque o órgão não tinha analisado o projeto do parque ecológico, nem as ações de demolição, que precisava passar pela avaliação da instituição pois a área faz parte da zona de amortecimento do Centro Histórico da cidade.

03/06: IPHAEP retira o embargo sobre as ações da Prefeitura⁴³

Foi noticiado que o IPHAEP, por uma recomendação do governador do estado, João Azevedo, estenderia o prazo que a administração municipal tinha para a apresentação da documentação obrigatória para a execução das demolições dentro do Porto do Capim. Apesar de a notícia apontar que o próprio governador tinha constatado a falta dos documentos, essa recomendação foi seguida pelo órgão que faz a salvaguarda do patrimônio do estado.

Neste mesmo dia, após manifestação do IPHAEP, o prefeito Luciano Cartaxo faz uma entrevista coletiva⁴⁴ dizendo que a obra está com todos os documentos em ordem e que a obra segue com previsão de término para início de 2020. Para além desta questão documental, ele aponta nesta entrevista que as ações estão sendo feitas na Vila Nassau, não tendo nenhum

41 Ver entrevista em: <<https://globoplay.globo.com/v/7496310/>> Acesso em 15 de Set 2021.

42 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/05/31/demolicao-de-casas-no-porto-do-capim-e-embargada-pelo-iphaep-em-joao-pessoa.ghtml>> Acesso em 15 de Set 2021.

43 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/03/iphaep-suspende-embargo-de-demolicao-de-casas-no-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>> Acesso em 15 de Set 2021.

44 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/03/apos-retomada-de-demolicoes-no-porto-do-capim-prefeito-de-joao-pessoa-diz-que-obra-e-regular.ghtml>> Acesso em 15 de Set 2021.

envolvimento com o Porto do Capim. Numa entrevista exibida um dia depois⁴⁵ o prefeito, ao ser questionado sobre a permanência de algumas famílias ele responde que:

“Nós temos dialogado bastante, as nossas assistentes sociais estão permanentemente dentro da comunidade, a secretaria de desenvolvimento social, junto com a secretaria de habitação estão também, através dos seus técnicos, conversando com a população, mostrando a importância que tem essa oportunidade delas terem um verdadeiro lar, ter a condição de viver melhor, de ter a condição de sobreviver também, do ponto de vista financeiro já que a gente também tá oferecendo para quem trabalha lá outras oportunidades em outras regiões da cidade de João Pessoa. Então é um projeto que todos saem ganhando” (Prefeito Luciano Cartaxo. G1 Paraíba, exibido em 04/06/19)

04/06: MPF/DPU/DPE fazem vistoria nas ações da Prefeitura e constata irregularidades⁴⁶

Neste momento, as demolições avançavam e criavam um clima de tensão na comunidade. Foram a comunidade o Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. José Godoy e a Defensoria Pública da União, representada pelo defensor Dr. Edson Júlio, e a Defensoria do Estado representada pela defensora Dra. Lidyana Cavalcante.

Os representantes destes órgãos visitaram o Porto e constataram que o processo de demolição estava sendo executada de forma inadequada, criando enormes transtornos a comunidade. Pelo fato da estrutura das casas serem geminadas, as demolições prejudicavam as residências vizinhas, contribuindo para que estes moradores, também afetados, aceitassem a proposta da Prefeitura. Outro ponto era que os entulhos gerados, assim como danos a rede elétrica e hidráulica, não eram reparados. Para além de todos estes transtornos materiais, que por si só já tensionavam a situação da comunidade, os agentes da Prefeitura começavam esse trabalho por volta das 6 horas da manhã e sem aviso prévio, outro fator de desestabilização das vidas dos moradores.

Esse modo de operar da Prefeitura foi lido pelas entrevistadas como uma das muitas formas de opressão e violência. Ver aquela movimentação atípica logo pela manhã, junto com a saída de pessoas conhecidas, deixou a todos em estado de tensão e tristeza. Esse mesmo sentimento é posto por Verônica que teve parentes próximos que foram obrigados a aceitar. Na frente da casa de Verônica vemos o que eram 5 casas, todos de parentes e conhecidos da

45 Ver entrevista em: <<https://globoplay.globo.com/v/7666042/>>

46 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/04/demolicao-de-casas-no-porto-do-capim-em-joao-pessoa-tem-problemas-de-execucao-diz-mpf.ghtml>> Acesso em 15 de Set 2021.

família de Marcelo. Nesta conversa me contaram que sua cunhada, que morava na frente de sua casa, foi obrigada a aceitar. Isso porque a casa que morava era geminada com a outra, de forma que a estrutura da casa não suportaria a demolição. Quando a vizinha da cunhada aceitou a proposta, ela não tinha outra escolha, com medo da casa cair e ela ficar sem nada.

Esse foi o raciocínio que muitos moradores fizeram, pois ao continuar numa casa estruturalmente afetada, caso esta viesse a cair, além dos danos materiais e risco de morte, também ficariam desabrigados. Articular qualquer tipo de resistência dentro destes termos era muito complicado, pois o território da comunidade é muito populoso e não se tinha possibilidades de que estas pessoas fossem para outras áreas. Somado a falta de espaço para novas construções, a falta de recursos materiais para a construção de uma nova casa também era um grande desafio. Grande parte das casas eram próprias e construídas com bastante esforço ao longo do tempo.

13/06: Recomendações dos órgãos jurídicos sobre as demolições⁴⁷

Neste dia foi noticiada a recomendação conjunta do MPF/DPU/DPE para que as demolições fossem minimamente organizadas, com horários regulares e aviso prévio, para minimizar o impacto que aquela ação causava na comunidade.

Essa constatação vinha dos moradores e também destes órgãos, que recomendara, que tais ações fossem feitas a partir das 8 da manhã e que os danos eventualmente causados pelas demolições fossem reparados pela Prefeitura. Outro ponto destacado era que a retirada do entulho era de obrigação do ente municipal.

Apesar dessa recomendação muitos problemas foram acumulados com o avanço das demolições. Situações que antes não existiam, como o alagamento do galpão da Nassau; a presença constante de roedores e baratas, por causa das tubulações de esgoto estouradas, entre outros, fizeram com que a AMPC se mobilizasse para limpar o galpão e consertar, dentro das possibilidades, esses prejuízos.

15/07: Derrubada do mangue, uma prática simbolicamente negativa⁴⁸

47 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/13/demolicoes-no-porto-de-capim-em-joao-pessoa-tem-que-ser-avisadas-previamente-recomendam-orgaos.ghtml>> Acesso em 15 de Set 2021.

48 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/07/15/moradores-denunciam-derrubada-e-invasao-pela-prefeitura-de-joao-pessoa-no-porto-do-capim.ghtml>> Acesso em 15 de Set 2021.

No conjunto das demolições, a ação noticiada desse dia é bastante simbólica pelo fato de que houve a derrubada de árvores do mangue. Na notícia veiculada, essa ação estava nos moldes da recomendação do MPF e das defensorias, que recomendavam a limpeza do local da demolição. Assim para a Prefeitura a derrubada das árvores fazia parte da redução de danos. Mas na leitura de Dona Odacir e Nice, era um crime, já que aquelas árvores do mangue sapateiro demoram cerca de 50 anos para atingir o tamanho que estavam. Para além dessa impressão de crime sobre a derrubada do mangue sapateiro, elas entendem esta ação como um contra senso, pois se o projeto tem essa proposta de ser ecológico e de preservar o mangue, porque foi preciso derrubar aquelas árvores? Esse questionamento feito por elas segue para a relação que existe entre os moradores e o mangue. Uma relação que não está apenas na dimensão de morar ali, mas de estar envolto de seres e eventos que complexificam o modo de estar neste território.

Dona Odacir fala que o mangue é “a nossa natureza, nos emana saúde, nos emana felicidade, nos emana alegria” e por isso as pessoas que moram ali estão atentas aos cuidados com o mangue, para minimizar os danos e preservar o ambiente. Nice comenta que há muitos anos as pessoas não coletam mais madeira do mangue, que antes era usada para construção e combustível nas cozinhas. Isso compõe a relação que elas tem com a “Mãe Maré⁴⁹” e da necessidade de manter o máximo de mangue em pé.

Esse contato com o mangue está no dia a dia e em grande parte na memória de infância, aprendendo a pegar caranguejo e pescar. Nessa nossa conversa Nice fala que tinha uma vizinha que adorava, quando criança, de se cobrir com a lama do mangue e ficar ali, brincando. E para ela aquilo não era negativo, ao contrário do que as pessoas acham, o mangue não fede, ele tem seu cheiro. Outras emoções que o mangue traz a elas é o de cura, seja pelo uso medicinal que alguma das plantas tem, mas do ambiente como um todo. Ao irem para o centro comercial, ou algum outro bairro da capital, elas dizem sentir o calor abafado, sem vento. Mas tudo muda quando chegam ao Porto do Capim, lá é fresco e sempre tem uma sombra pra descansar.

49 Dona Odacir e Nice refletem a Maré como um espaço de abundância e acolhimento, características que uma mãe tem, por isso nas suas falas elas trazem essa entidade quando pensam nesse ambiente. A Mãe Maré não é só uma reflexão acerca do lugar, mas uma entidade de fato, que junto com outras entidades compõem o ambiente da maré.

19/07: MPF recomenda suspensão da aplicação de recursos⁵⁰

Neste momento, o MPF recomenda a Prefeitura que suspenda o uso de recursos públicos, já que ela não tinha a liberação pelos órgãos responsáveis do uso do espaço para a construção. Em documento indicado pelo MPF⁵¹ a Superintendência do Patrimônios da União na Paraíba, SPU/PB, aponta que a Prefeitura não tem a liberação para o uso do espaço em questão, pois como é área de influência da maré, está dentro das terras da união. Esta mesma recomendação se estende à Caixa Econômica Federal, que repassava os recursos e a construtora que executava a obra. Para estes agentes a recomendação era voltada ao repasse e execução dos recursos da obra, pois já que a Prefeitura não tinha a liberação do uso das terras da união a obra poderia ser paralisada em outro momento e tendo em vista que os recursos são federais, se fazia necessário maior prudência na execução.

01/08: Ação Civil Pública, pedindo a suspensão da obra é encabeçada pelo MPF⁵²

Neste momento é noticiado que o MPF entra com uma Ação Civil Pública para a suspensão da obra, a partir de duas frentes. A primeira é relacionada à tradicionalidade da comunidade do Porto do Capim e à construção do território. Nesta situação que o informe técnico, coordenado pelo Prof. Fabio Mura, foi usado como subsídio para tais discussões. A segunda frente é a falta de liberação pela Superintendência do Patrimônio da União, a SPU, do uso para a Prefeitura. Essa ACP acrescenta elementos importantes para essa disputa no Porto, principalmente por judicializar as ações tomadas em 2019 e evidenciar a falta de diálogo que a Prefeitura colocou, já que foi esta quem encerrou as pontes de diálogo.

Para as entrevistadas, a tomada de postura, com a judicialização do processo, foi um ganho enorme. Como Joyce bem apresenta, antes era só “briga de boca”. A Prefeitura comparecia às reuniões, se mostrava disposta a ouvir, mas foi inflexível com a retirada dos moradores. Mesmo a possibilidade da construção de habitações na área da antiga Proserv foi

50 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/07/19/mpf-recomenda-suspensao-de-uso-de-recursos-federais-em-obras-do-parque-sanhaia-em-joao-pessoa.ghml>> Acesso em 15 de Set 2021.

51 Ver notícia em: <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-move-acao-para-que-prefeitura-de-joao-pessoa-paralise-obras-no-porto-do-capim>> Acesso em 15 de Set 2021.

52 Ver notícia em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/08/01/mpf-pede-suspensao-das-obras-do-parque-sanhaia-no-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghml>> Acesso em 15 de Set 2021.

vetada, por questões supostamente técnicas, apesar de que estudos de agentes ligados a universidade mostrarem essa possibilidade.

A questão da Proserv se desenrola desta forma. Entre as tantas reuniões entre a comunidade e a Prefeitura, mediadas pelo MPF por volta de 2015, a possibilidade de se construir habitações nesta área foi ventilada. Em um primeiro momento parecia ser o ponto comum que agradava à comunidade e a Prefeitura, já que algumas pessoas iriam para essas habitações e não haveria remoção da comunidade.

As frentes apontadas pela ACP não são necessariamente novas, já que o MPF tinha em mãos dois laudos antropológicos que apontavam para a tradicionalidade do Porto. O informe técnico apresentado, tinha como foco principal apresentar dados que apresentassem um quadro geral da comunidade, com as redes de relação em um nível denso, das relações familiares e da organização dos grupos doméstica dentro do território, assim como as relações com o mangue e o ambiente. Desta forma, ele apresenta dados sólidos sobre as redes de relações dentro da comunidade, apontando a unidade entre os locais do Porto, ao mesmo tempo que reflete sobre essa categoria de tradicional. Mesmo com essa soma de informações, produzidas por diferentes equipes e em tempos diferentes, a Prefeitura não reconhece a tradicionalidade do Porto do Capim, tratando como pessoas que habitam, de forma subnormal, uma área que não lhes é de direito.

Um ponto interessante neste texto do MPF é a discussão do “Termo de Autorização de Uso Sustentável” (TAUS), como um meio para resolver a questão fundiária do Porto, tendo em vista que eles estão em terras da União e numa área de proteção ambiental. O TAUS é um dispositivo administrativo⁵³ da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) que oferece a regulamentação de uso de recursos naturais na orla marítima e/ou fluvial para grupos tradicionais, ou indivíduos, que comprovadamente dependam daquela área para a reprodução da vida física, cultural, religiosa, econômica e ambiental. Este termo tem caráter transitório, logo é aplicado como forma de garantir a permanência do grupo enquanto não se consolida uma solução definitiva. Para que ele seja implantado é preciso que a SPU faça um relatório, elencando a relação que o grupo requerente tem com o território em questão.

Este dispositivo é bastante interessante, pois considera a autodeclaração dos grupos como culturalmente diferenciados, em sintonia com a Convenção 169 da OIT. Outro fator importante é que ele dá suporte para a criação de territórios não contíguos, por exemplo, uma

53 Portaria Nº 89, De 15 De Abril De 2010 Publicada No D.O.U De 16 De Abril De 2010 (fls. 91 E 92).

área é usada para habitação, enquanto outra é usada para atividades econômicas específicas para a reprodução do grupo.

Tendo em vista essa sequência de acontecimentos, conseguimos ter um panorama mais sólido sobre como se desenrolou o ano de 2019 para a comunidade do Porto do Capim, tanto os efeitos imediatos que transformaram o cotidiano, como também os efeitos de longo prazo e que ainda estão se desdobrando. Daqui vamos partir para a parte central desta discussão, que é a formação do território do Porto a partir da trajetória dos grupos domésticos e de como a compreensão destes aspectos é fundamental para compreendermos os efeitos dos eventos e as articulações do futuro.

CAPÍTULO 3: AS RAÍZES FINCADAS NA LAMA, GRUPOS DOMÉSTICOS, SUAS ORIGENS E DINÂMICAS

Se conseguirmos perceber bem a conjuntura dos acontecimentos ocorridos no Porto, podemos perceber como a organização das famílias em torno da permanência e defesa do território, é a peça central que impulsiona e possibilita a organização destes movimentos. Sem esta rede de relacionamentos e de parentelas, que oferecem os mais diversos suportes, podemos pensar que o surgimento e a organização dos coletivos que estão ativos hoje seriam muito limitados.

Alguns trabalhos são precisos em apontar estes caminhos, sendo o mais recente o informe técnico antropológico solicitado pelo Ministério Público Federal no ano de 2019. O grupo de trabalho, formado por uma equipe multidisciplinar, trabalho do qual fiz parte, buscou compreender as dinâmicas que apontassem ou não para a existência de uma comunidade, bem como sua eventual tradicionalidade de ocupação.

Por esta característica multidisciplinar, o informe reúne informações sobre aspectos históricos da formação da região e o contexto das ilhas ali existentes, assim como um quadro da situação ecológica, que é definido por ações humanas, incluindo atividades econômicas que vem de outras regiões e afetam a comunidade e o rio. Com isto, vamos focar neste capítulo nas discussões levantadas pela equipe de antropólogos, com ênfase na dinâmica dos grupos domésticos e as questões referentes ao território. Neste informe técnico conseguiu-se elaborar o diagrama de parentesco de 20 grupos domésticos que foram apontados pela comunidade como referências no processo de desenvolvimento do Porto enquanto comunidade. A partir destes dados se conseguiu ter uma amostra relevante da quantidade de pessoas residentes (aproximadamente 1500). Outro ponto que se observou é como se dá a ocupação da comunidade no território, a partir de um mapeamento das casas dos núcleos familiares. Neste mapeamento se percebe que a rede de relações sociais ultrapassa a percepção da Prefeitura de que a Vila Nassau seria uma comunidade a parte do Porto do Capim e também aponta estratégias e condições diferentes que cada grupo doméstico teve na forma de ocupar o território.

Assim, nosso objetivo neste capítulo é trazer um panorama acerca da trajetória de alguns grupos domésticos que foram levantados neste informe técnico e a partir disso refletir sobre a organização das dinâmicas de pessoas, objetos, atividades que acontecem dentro do

território do Porto e também fora dele, por compreender que estes fluxos são o que dão forma ao território. Queremos também refletir como esta organização dos grupos domésticos dão suporte e norteiam a maneira com que os coletivos organizados no Porto, como a Associação de Mulheres (AMPC) e o coletivo de jovens Garças do Sanhauá, tratam e resolvem seus conflitos internos e externos. Percebemos, a partir da pesquisa feita em 2019, que certos grupos domésticos têm grande participação nestas organizações, por isso nos propomos a pensar sobre tal interação. A partir destas conjunturas queremos explorar a forma com que estes grupos domésticos contribuem para o processo de dominialização (BARBOSA DA SILVA E MURA, 2018) deste território.

Para compreendermos a importância e a trajetória dos grupos domésticos que compõem essa coletividade que é o Porto do Capim, precisamos dialogar com a literatura sobre o tema e compreender como essa organização da vida dos grupos domésticos é fundamental na produção e reprodução da identidade e da territorialidade.

Vamos partir dos apontamentos apresentada por Wilk e Netting (1984) quando estes autores discutem que o grupo doméstico, ou *household*, é sensível às variações de curto prazo, tanto no ambiente econômico, como também no ambiente físico onde estes grupos estão. Por causa dessa velocidade a categoria de grupo doméstico é uma unidade de análise social muito importante. Também por isso que boa parte da Antropologia, principalmente a funcionalista, e as ciências sociais como um todo produziram trabalhos sobre tal tema.

Contudo a abordagem funcionalista sobre os grupos domésticos acabava por reduzir a complexidade existente, produzindo regras muito rígidas e a proposição de certas dicotomias que, se por um lado ajudavam a compreender tais organizações, por outro produzia a ideia de homogeneidade interna e estruturas fixas. O que Wilk e Netting debatem é que, ao observar um grupo doméstico, é preciso ter em vista que ele segue um padrão, mas que este padrão não é rígido, pelo contrário. Pelo fato do grupo doméstico ser altamente responsivo a mudanças ambientais, ele tende a criar estratégias de adaptação ao longo do tempo. Desta maneira, mesmo com variações no modo de lidar no ambiente e a disponibilidade de recursos, o grupo doméstico detém tem certa bagagem de conhecimento para lidar com tais variações.

Com essas questões em vista concordamos com Wilk e Nething (1984) que, ao definirem a *household*, estão pensando em um grupo que mantém um laço de parentesco e que colaboram para a obtenção de recursos, sua distribuição e a manutenção da vida de todos os seus membros. Assim, eles estão ampliando o conceito de grupo doméstico para além da

configuração de coabitação, como característica que seria fundamental do conceito. Esta preocupação dos autores se dá pelo fato que, ao conceitualizar a *household*, pode-se cair numa tendência de projetar aspectos ocidentais e modernos nesta forma de organização social.

Outro ponto importante nesta discussão é que como a distinção entre a morfologia e a função amplia o debate para outras formas de organização dos grupos domésticos, onde os autores se debruçam sobre a maneira de organizar as atividades e as estratégias para adquirir determinados recursos. De maneira geral, o que os autores querem trazer nesta diferença entre morfologia e função é que, compreender as diferenças entre os grupos, a partir das suas estruturas e formas, não dá conta de compreender as complexas dinâmicas presentes entre os grupos. E isso porque, ao acompanhar um grupo doméstico, o que estamos vendo é a ação que seus membros estão executando, a sua frequência e importância que determinada atividade tem. Apenas quando se tem em vista como se dão essas dinâmicas é que se pode tentar inferir certos padrões.

A morfologia de uma *Household* é um meio-termo entre imperativos funcionais frequentemente contraditórios, pois ao que a literatura aponta, essa contradição se dá por dois motivos, sendo o primeiro relacionado a fatores materiais e o segundo à forma com que as informações circulam dentro do grupo doméstico. Desta forma, grupo com muitos membros não é necessariamente homogêneo, devido à diversidade de atividades que são executadas. Todas estas questões mexem com a morfologia que não é rígida, mas se modifica com o tempo e as condições que se apresentam ao grupo.

Dentro desta perspectiva, de acompanhar a frequência com que as atividades são executadas e a sua forma, Wilk (1984) analisa as maneiras com que os grupos domésticos se organizam, e aqui a organização está no sentido de como eles se distribuem no espaço e colaboram para a obtenção de recursos. Nesta direção, o autor aponta para duas formas de organização: uma rígida, e outra flexível. A rígida faz referência à forma de organização do trabalho, em que todos os membros do grupo colaboram para uma mesma atividade e dentro desta organização cada um tem uma função determinada pelo gênero e pela idade. Já quando ele está pensando no modo flexível, o que se percebe é que os membros colaboram de formas distintas, em atividades e tempos diversos, focados em obter recursos diversificados e em fontes que têm temporalidades diferentes. Como exemplo, podemos pensar em um grupo doméstico que tem membros que trabalham sob o modelo de trabalho formal, enquanto outros fazem atividades esporádicas “bicos” e outros ainda recebem algum tipo de auxílio, como a

aposentadoria. Todos esses membros têm fontes distintas de recursos e usam eles em tempos diferentes, mas com o mesmo objetivo de colaborar com o grupo doméstico.

As reflexões que Mura e Barbosa da Silva (2011) trazem sobre a análise dos grupos domésticos aprofundam a compreensão sobre as dinâmicas existentes nesta unidade sociológica, apontando-os como caminho para a compreensão da formação de uma identidade etnicamente diferenciada e compartilhada e de um território. Os autores destacam a importância da família extensa na reprodução das unidades domésticas, salientando as formas de apropriação da cidade e do espaço. Quando tratamos dessas questões, sobre grupos domésticos e essa dimensão do doméstico, estamos nos voltando a uma dimensão da vida social em que os valores, modos de produção e de reprodução do fazer e do viver, assim como as tradições de conhecimento, estão a todo momento circulando no território.

Com isso, a dimensão do doméstico é fundamental para compreendermos como se constroem as diferenças, como as culturas são construídas e como um território é compreendido e ocupado. Os grupos domésticos vão se modificando com o passar do tempo e por motivos diversos, como ambientais, econômicos e outros tantos.

Em uma perspectiva semelhante, de observar os fenômenos sociais em fluxo, trazemos o conceito de cultura e de grupo étnico desenvolvido por Barth (2000). Ao abordar tal conceito e a formação de categorias étnicas, o autor coloca em xeque a ideia de que a produção cultural acontece em um ambiente isolado, sem que haja trocas e fluxos de pessoas, materiais e experiências. A sua abordagem sobre tais conceitos parte da ideia de que as distinções entre categorias étnicas têm início na produção de distinções desenvolvidas a partir de incorporações e exclusões de determinadas características ou sinais distintivos ao longo do tempo. A partir disso podemos pensar os grupos étnicos como tipos organizacionais que produzem e dão sentido a distinções dicotômicas, entre nós e eles. Estas diferenças não são propriamente de ordem cultural, mas sim de elementos diacríticos elencados pelos próprios sujeitos. Desta maneira, Barth aponta que estas diferenças podem ser analisadas a partir de duas ordens diferentes, aquelas baseadas em sinais e signos, onde os agentes buscam exibir sinais diacríticos que apontam distinções, e as diferenças a partir de valores e noções morais distintas. A partir destas ordens, as categorias étnicas podem ser compreendidas como espaços que organizam fluxos culturais, dando-lhes sentidos específicos. Para compreender a organização destes fluxos, o autor propõe se debruçar sobre as fronteiras criadas entre os grupos étnicos, pois são nestes momentos em que se compreende quais são os critérios que

definem as diferenças culturais e as estratégias para que estas diferenças persistam ao longo do tempo.

3.1 A TRAJETÓRIA DOS GRUPOS DOMÉSTICOS DE DONA GERALDINA, DONA ODACIR E DE SEU PEDRO HOLANDA

Algumas das famílias antigas, que contribuíram para a construção do Porto do Capim, chegaram ao porto em busca de trabalho. Alguns, como a família de Nice e de Verônica, vieram do interior do estado e se estabeleceram nas imediações do porto, como uma forma de ficar próximo ao trabalho e também da busca por um lugar onde pudessem construir suas casas. Outras famílias se deslocaram por forças diversas, como as expulsões das ilhas de entorno, tratadas por Assad (2017) com a autora se debruçando extensivamente sobre grupos domésticos que têm suas origens nas comunidades que margeiam o rio Sanhauá e que construíram suas vidas no Porto. Muitas das famílias que estão morando hoje na comunidade tem algum vínculo com os grupos domésticos que são mais antigos no lugar e isso dá o tom das relações que são desenvolvidas ali.

Traçar os caminhos que essas pessoas fizeram tem um objetivo bastante claro: debater como a formação de um território, e de um domínio sobre ele, partem de fatores complexos, como por exemplo a disponibilidade de trabalho e de condições ambientais favoráveis para a reprodução de um modo de viver que é entendido como positivo. O fato de alguns chefes de grupos domésticos, ainda vivos ou não, terem origens diversas e não necessariamente ligadas ao rio Sanhauá demonstra a forma que o compartilhamento de determinada forma de moralidade possibilita trocas e relações frutíferas. Em outras palavras, o que estamos querendo trazer à discussão é a maneira que o compartilhamento de moralidades ligadas ao ambiente da maré possibilita uma aproximação entre grupos domésticos exatamente por terem em comum uma cosmovisão de como é o comportamento ideal dentro da maré e/ou da mata, para deixar algum exemplo. Um reflexo de como essa moral compartilhada cria uma rede de informações e de apoio é apresentado por Assad (op. cit) quando fala da trajetória da família de Dona Penha e a barra do rio Abiaí. Assad traça uma relação entre a saída da família de Dona Penha da barra do rio Abiaí, que fica no extremo sul do litoral sul paraibano, e as más condições de moradia devido à especulação imobiliária da região. Apesar dos relatos de Dona Penha naquele estudo não precisarem os motivos que

levaram à mudança, podemos perceber como o ambiente do Porto permitia que sua família desenvolvesse as mesmas atividades que tinham no antigo local de moradia, como por exemplo a pesca, horticultura e o trabalho na carga e descarga de cocos, entre outros.

A partir desse compartilhamento, dessa moral em comum, as relações são construídas e ativamente atualizadas. Com o passar dos anos, tais relações se complexificam e outros ambientes foram somados, como o centro da cidade, outros bairros e mesmo cidades. Logo, o que seria o compartilhamento de trabalho no ambiente da maré se torna uma rede de auxílio em outros lugares.

Com estas observações postas vamos agora apresentar a trajetória de alguns grupos domésticos que tivemos a oportunidade de conhecer e trazer alguns eventos que nos indicam as complexidades das relações entre os grupos domésticos e como elas são desenvolvidas ao longo do tempo, de maneira a delimitar uma identidade etnicamente diferenciada e um território. Também é nosso interesse tentar trazer, por diversos meios, as formas com que estas famílias se movimentam pelo território e os domínios que desenvolvem a partir das suas atividades. Os diagramas de parentesco e as listas com os nomes, que estão em anexo, foram produzidos durante os trabalhos técnicos para o MPF em 2019 e revisados durante a pesquisa. Para que as linhas de relações ficassem mais claras, preferimos trazer nos diagramas os números que correspondem ao nome das pessoas – abaixo, colocado entre parênteses.

3.1.1 Família de Dona Geraldina

Quem divide conosco a trajetória da família de D. Geraldina é Verônica (58), nora e casada com Marcelo (9). A família de Verônica é de um outro bairro da capital, Cruz das Armas, e conheceu seu esposo quando este participava de festejos juninos. Para ela, ter se mudado do bairro onde nasceu para o Porto, foi como ter ido para uma cidade do interior. Essa percepção dela se dá pela proximidade que existe entre as pessoas, que se conhecem desde sempre, o que é muito diferente do que ela tinha no seu bairro. Esse encantamento com o Porto foi tão grande que, quando ela visitava os pais, sempre dizia que voltaria para o seu lugar.

A família de Dona Geraldina (1), falecida em 2002, está entre as mais antigas famílias do Porto. Junto com seu esposo, Júlio (2), eles tiveram 14 filhos que viveram sua infância e vida adulta no Porto. Como Verônica nos conta, esta família tem sua origem em Campina Grande, por volta do início de 1960 e seguem em direção a João Pessoa em busca de trabalho. Júlio trabalhou como cozinheiro embarcado e também como arrumador de cargas, além de compor a Associação de arrumadores portuários como membro. Já D. Geraldina se dividia entre os afazeres domésticos e uma banca de venda de peixe. Quando chegaram no Porto já tinham dois filhos, sendo um deles Marcelo, os outros 12 filhos nasceram lá. Em uma das conversas que Marcelo participou, ele conta que a infância no Porto foi muito boa, cheia de brincadeiras no rio e com as outras crianças, mesmo com a rigidez dos pais que lhe cobravam estar cedo em casa.

A partir do crescimento do grupo doméstico, com o nascimento e o posterior casamento dos filhos, a casa de D. Geraldina que ficava na Praça 15, vira um ponto de referência para o encontro dos filhos. A casa dos filhos que permaneceram no Porto ficavam ao redor da casa dela, compondo grande parte da vizinhança. Enquanto ela era viva havia sempre visitas e encontros da família, com a vinda de alguns irmãos que foram morar em cidades próximas, como Santa Rita e Conde. Assim temos dois eventos que marcam a trajetória desse grupo doméstico, um primeiro em que os irmãos se distanciam após a morte de D. Geraldina, por volta de 2002, e outro agora em 2019 devido à ação da Prefeitura.

Com estes dois eventos em vista, podemos compreender o contexto em que esse grupo doméstico estava inserido e as possibilidades de relação em uma situação que a agente norteadora do grupo, no caso D. Geraldina, não está mais presente. Com seu falecimento o grupo doméstico passou por uma reformulação, de maneira que os filhos que estavam morando em outras cidades diminuirão a frequência de visitas aos irmãos. Um dos fatores desta mudança está na própria reorganização dos atores dentro do grupo doméstico, de forma que os filhos que já eram chefes de suas famílias nucleares se voltam a organização desta, diminuindo o contato com os irmãos. Com isso, a colaboração entre os chefes dos novos grupos domésticos ganha outros contornos, onde aqueles que permaneceram no Porto mantiveram essas relações com maior frequência do que aqueles que estavam em outras cidades.

Na situação de crise de 2019 temos outro movimento de afastamento, esse movido por uma situação externa ao grupo e que impacta cada filho de D. Geraldina de alguma forma. Ela acompanhou o início dos debates entre a comunidade e a Prefeitura, mas era firme em dizer que morreria, mas não veria a saída das pessoas do Porto do Capim. Essa percepção se concretizou, já que ela veio a falecer em 2002 sem que a remoção se concretizasse.

Dos filhos de D. Geraldina, que residem no Porto, temos Marcelo, casado com Verônica; Eliane (7); Josenildo (10); Josinaldo (11); Maria Nazaré (12); Antonio Carlos (13); Josemar (14); e Júlio (16) casado com Nice, filha de D. Odacir – também interlocutora da pesquisa.

Esse grupo doméstico de D. Geraldina tem ricas relações com outros grupos no Porto, como por exemplo o grupo de Odacir, de Maria Diogo e de Pedro Holanda. A forma com que estas relações se constroem ao longo do tempo nos mostram uma complexa rede. Em muitos momentos, os grupos domésticos que estão no Porto dividem algum grau de parentesco entre seus membros e com isso mantêm certo nível de solidariedade. Por isso se tem a impressão de que todos são parentes em algum nível.



Imagem 19: Ocupação do Grupo Doméstico de D. Geraldina no território do Porto do Capim. Mura, 2019.

Outro ponto de conexão entre estes grupos domésticos é que Antônio Carlo, filho biológico de D. Geraldina, foi filho de criação da mãe de D. Odacir, Maria de Oliveira Santos, o que aponta

para um relacionamento entre estes grupos domésticos anterior ao relacionamento de Nice e Júlio. A outra relação é com o grupo doméstico de D. Maria Diogo, também conhecida como D. China, em que dois filhos de D. Geraldina são casados com filhos de D. Maria Diogo. Esses são: Marcos Pereira (4), conhecido como Peba, é casado com Adeuzite, enquanto Eliane Pereira (7) é casada com Roberto Carlos (55).



imagem 20: Ocupação do Grupo Doméstico de D. Geraldina no território do Porto do Capim. Mura, 2019.

Dentro desses fluxos de casamento temos também uma situação bastante interessante. Como dito anteriormente, a família de Verônica é do Bairro de Cruz das Armas. Lá ela conheceu a quadrilha Ribeirão, que fazia o circuito de São João nos bairros da cidade⁵⁴, e também Marcelo. Por causa da quadrilha, ela veio algumas vezes ao Porto e acabou se relacionando com o atual esposo. Nessa esteira se dá a relação de Josinaldo com Marcela, que é sobrinha de Verônica. Marcela conheceu o esposo por conta da tia e das festividades juninas. Por conta destes festejos juninos Verônica acabou conhecendo Hossana e Rayssa, netas de Pedro Holanda, quando estas eram crianças.

Temos em outro contexto os filhos de D. Geraldina que não moram no Porto. Uma das irmãs, Ivanilda (3), mora na cidade do Conde há anos com o companheiro Luiz Henrique (17). Após o

⁵⁴ As narrativas sobre a quadrilha Ribeirão e esse circuito de apresentações apontam que, basicamente, cada bairro tinha um barracão montado pelos moradores na rua e acertavam a apresentação das quadrilhas juninas ali. O Porto recebia muitas quadrilhas da cidade, além da Ribeirão que era a quadrilha local. Estes eventos aconteceram em meados dos anos 1990.

falecimento deste, devido a complicações da COVID-19, ela vai morar com a filha Shirley, que também está no Conde. Todos os filhos de Ivanilda moram em outras localidades que não o Porto. Quem também mora no Conde é Josemar (14), irmão dela.

O processo de demolição das casas que aconteceu na Praça 15 em 2019 afetou esse grupo doméstico, de forma direta duas das filhas de D. Geraldina. Zenilde (6), junto com seus filhos, aceitaram a proposta da Prefeitura e se mudaram para o conjunto habitacional Renascer, no bairro das Trincheiras. Eles aceitaram o acordo por compreender que os apartamentos oferecidos pela Prefeitura significam uma moradia melhor do que aquelas que se tinha no Porto.

Vale ressaltar que as condições dos domicílios no Porto variam bastante, tanto em tamanho, quanto em qualidade na construção e nos materiais. Essa variação ocorre por diversos fatores, como a condição material do grupo doméstico por exemplo, mas existe também o fator da incerteza da permanência, que desestimula os moradores a investir em melhorias nos domicílios. O tom desse desestímulo é que as melhorias feitas nos domicílios não seriam ressarcidas em uma eventual indenização das casas.

A outra filha que foi afetada diretamente se chama Edna (5). A casa em que esta residia era alugada, e conjugado com o domicílio da locatária. Quando a locatária aceita a proposta da Prefeitura e permite que a casa seja demolida, coloca a casa de Edna em xeque. Por conta das condições estruturais não seria possível demolir a casa da locatária sem colocar em risco a estrutura da casa de Edna. Por isso ela também aceita a demolição, apesar de fazê-lo a contragosto. Nesta situação, caso ela viesse a permanecer na casa avariada, corria grandes riscos com seus filhos.

Quando olhamos para a diversidade de atividades que o grupo doméstico em questão executa, percebemos que ele abrange partes da cidade e tem grande incidência sobre a comunidade. Acompanhando os croquis abaixo, dos que trabalham dentro da comunidade temos Eliane (7) que é cuidadora de crianças, e casada com Roberto (55) que trabalha numa madeireira dentro do Porto; Marcelo (9) que executa atividades temporárias diversas em oficinas mecânicas e marcenaria; Josenildo (10) que tem uma oficina de refrigeração; Josinaldo (11) que tem uma marcenaria; Antonio Carlos (13) trabalha no centro de reciclagem no Porto; Geovane (57) que trabalha no mercadinho do tio paterno Júlio (16). Os que estão exercendo alguma atividade fora do Porto são: Laerte (59) que é Agente educativo no bairro de Mangabeira; Samuel (60) que está servindo ao Exército em Cruz das Armas e Verônica (58) que é Assistente de saúde bucal numa clínica no bairro de Manaíra e professora de reforço escolar dentro do Porto do Capim.

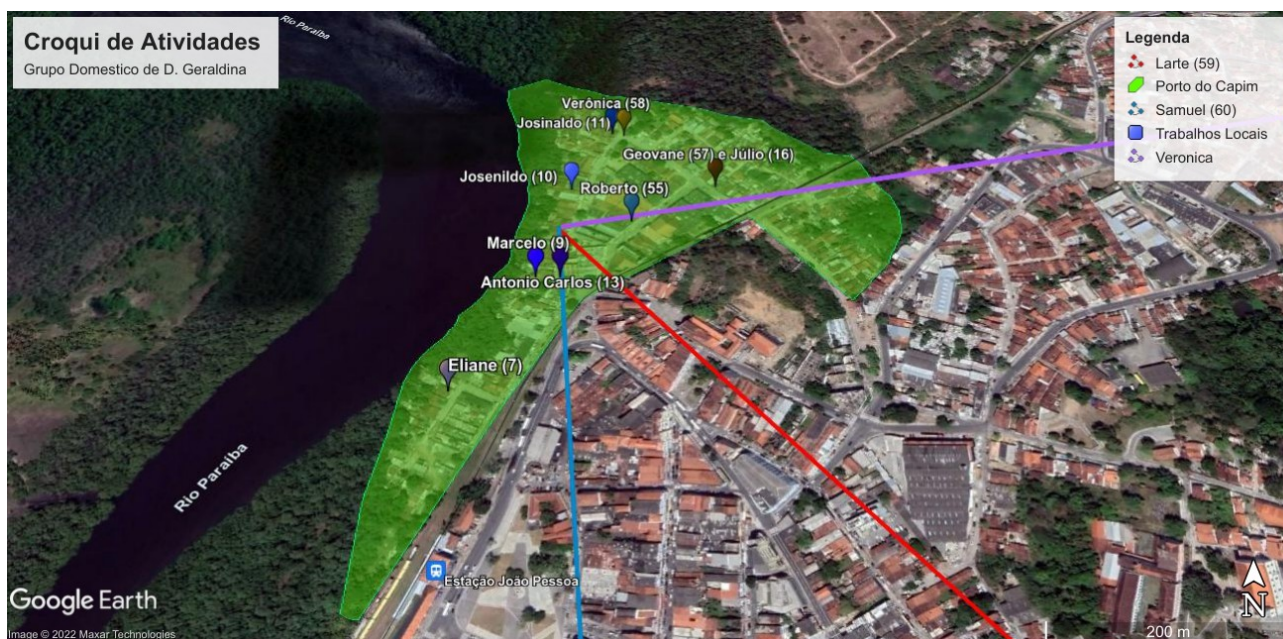


Imagem 21: Croqui de atividades do Grupo doméstico de D. Geraldina. Autor, 2022. As linhas representam as atividades que são feitas fora do território do Porto.

Quando observamos as atividades executadas desse grupo doméstico, de forma ampliada, temos um recorte que nos mostra um grande fluxo de pessoas e materiais que saem do Porto para outros bairros da capital, mas também muitas pessoas que estão no Porto e trabalham nestes lugares. Esses trabalhos dentro do Porto são eventos importantes de serem observados pois demonstram como se dá a dinâmica de circulação de bens, conhecimento e pessoas no território. Comprar dentro do Porto, usar serviços que estão disponíveis lá é uma forma de afinar as relações e de dar movimento para o comércio local. Comércio este marcado pela presença de empreendedoras e de serviços que vão desde a manutenção, passando pelo cuidado estético, até mercearias.

Esse fluxo também se dá para fora, com os moradores indicando serviços que são oferecidos por moradores fora do Porto. Um ótimo exemplo para isso foi quando o filho de Verônica, que está servindo as Forças Armadas, precisava fazer a identificação da farda. Essa identificação tem que ser bordada e a turma dele, composta por aproximadamente 40 pessoas, não tinha conseguido um lugar para fazer. Neste momento ele indica uma costureira da comunidade para o serviço e encomenda a ela as identificações. Esse proceder é bastante comum e nos aponta que os moradores têm no Porto referências de algum serviço ou comércio próximos a eles.

3.1.2 Família de Nice e D. Odacir

Nice e D. Odacir, filha e mãe, encabeçam um grupo doméstico que está instalado no Porto há pouco mais de 60 anos. Os pais de D. Odacir, Maria de Oliveira Santos (8) e José Severino dos Santos (7) têm suas origens na cidade de Alagoinha, interior do estado paraibano. Os pais de Dona Odacir viviam do trabalho nos canaviais, da roça e do serviço de barbearia feito pelo pai, José. Mesmo com tantas atividades o rendimento era pequeno, e após um convite da irmã de José, eles começaram a organizar a mudança para Paulo Afonso-BA, onde a irmã dele morava. A ideia da mudança era melhorar as condições de vida, conseguir estabilidade financeira e criar as crianças, que na época eram duas com Dona Odacir. Contudo a irmã de José não respondeu às suas cartas, perguntando qual o melhor momento para comprar as passagens.

No meio tempo entre o envio das cartas e a espera da resposta, José se preparava para esta grande viagem. Para juntar algum dinheiro, ele vendeu boa parte dos pertences, incluindo um animal que era usado como transporte para atender a clientela nos interiores da região. Sem o animal para trabalhar e preocupado com o destino que tomaria, acabou conhecendo por amigos o Chico Vaqueiro que já morava no Porto do Capim a algum tempo. Chico apresentou como era a situação da região e das possibilidades de trabalho que existiam na região. Ainda sem a resposta da irmã e precisando tomar algum rumo com a família, José foi ver como era o porto. Ao encarar o rio e o mangue, D. Odacir conta que seu pai ficou encantado com aquele monte de água. Vendo a fartura e as possibilidades de trabalho em pouco tempo todos estavam de mudança para a capital. Outro fator que levou a família a fazer tal mudança foi a presença de uma prima de José que morava perto do porto.

Na chegada eles alugaram um quartinho dentro do Porto, em um local que ficava perto do que hoje é a capela da comunidade. Ali existiam cerca de seis quartos e um depósito de cocos, que eram vendidos para outros estados. Estes cocos faziam parte do intenso comércio que existia entre a capital e as ilhas do rio Sanhauá, que tinham o foco na produção agrícola e tinham o Porto como local de comércio. A estadia, neste quarto alugado, durou poucos meses, pois o esposo da prima de José, conseguiu um emprego numa marcenaria na região e uma casa cedida pela empresa, onde poderia morar sem se preocupar com aluguel.

Apesar de estar empregado e morando numa casa cedida, existia um desejo da casa própria. Maria e José ficaram sabendo da possibilidade de pedir à capitania dos portos um pequeno terreno do antigo porto para construir sua casa. Quem fez essa solicitação foi a mãe de D. Odacir, Dona Maria. Ela, junto com outras mulheres, foram até a capitania dos portos para conversar com o responsável. Lá foram atendidas e tiveram sua solicitação aceita, com a resposta de que a capitania não precisava mais daquele espaço. D. Odacir enfatiza que sua mãe tinha pedido algum documento para comprovar tal ação, mas ficou tudo acertado apenas pela palavra. A recomendação da capitania era de que pegasse o espaço necessário para a construção de uma pequena casa.

Depois desta conversa com a capitania dos portos, muitas pessoas foram atrás de marcar seus lotes. Nessa hora Dona Odacir brinca, dizendo que o Chico Vaqueiro foi amigo na hora de trazer a sua família de Alagoinha, mas não foi amigo na hora de marcar o lote. Ele foi logo marcar o seu, deixando Maria sozinha. Como ela tinha medo de andar no mangue, precisou esperar o esposo chegar do trabalho para poder marcar o lugar. Quando ele chegou os melhores lotes já tinham sido marcados, restando uma área que tinha um grande desnível entre a rua e a maré. Era uma barreira pintada de branco, que na opinião de D. Odacir, servia para que os barcos pudessem atracar melhor. Nessa época não existia vegetação de mangue na margem no Porto, apenas do outro lado do rio, um fator que ajudou na construção da casa. Mas por conta deste desnível entre a rua e a margem do mangue era preciso fazer o aterramento do lote.

D. Odacir conta que o pai, todo dia após o trabalho, passava pelo terreno e via o desafio que seria construir a casa. Mesmo sem saber como faria, ele foi se convencendo de que ali era um ótimo lugar, por estar em uma área muito ventilada e próximo a prédios importantes, como a alfândega e o posto policial que na época ainda funcionavam. Para conseguir aterrar ele fez contato com um motorista de caminhão, que morava em outra comunidade próxima ao Porto, onde hoje fica a rodoviária da capital. Mas os recursos que ele tinha eram suficientes apenas para suprir a necessidade da família, então ele voltou a trabalhar como barbeiro nos finais de semana. Com o dinheiro dos cortes ele pagou o aterramento do lote.

Este momento, onde José volta a ser barbeiro, é uma situação chave para compreender como se deram essas relações no Porto naquele momento. Mesmo sendo recém-chegado na comunidade, tendo pouco mais de um ano, ele já estava relacionado com algumas pessoas do lugar e fez grande amizade com o Velho Oscar. Este senhor criou um vínculo tão grande com José, que D. Odacir o chama de Vô Oscar. Este era dono de um galpão onde os moradores das ilhas pernoitavam nas sextas-feiras para comercializar seus produtos no mercado central e no Porto aos sábados. A produção que essas pessoas traziam era bastante diversa, indo de alimentos básicos como feijão e macaxeira, passando pelas frutas, até bolos e outros produtos. Esse trânsito de pessoas e mercadorias era intenso no rio Sanhauá nesse momento, entre as décadas de 60 a 70. Conversando com o Velho Oscar, José conseguiu atender esse público sem nenhum custo com aluguel do espaço, além de ter uma clientela fixa.

A casa, neste primeiro momento, era feita de taipa e coberta com palha de coqueiro. Com o tempo, partes dela foram sendo reformadas com alvenaria, até chegar ao formato que hoje se encontra. Nesse processo de relembrar sobre a casa e a trajetória da família, Dona Odacir lembra da fartura que existia no quintal. Quando ela foi ficando mais velha, junto com os irmãos, esperavam a maré chegar no nível do quintal para pescar com linha e anzol e nessa pescaria sempre vinha algum peixe. Além dos peixes era comum também os siris e caranguejos. Essa pescaria, feita ali no quintal

de casa, garantia as caldeiradas de peixe e fartura para a família. Nessa conversa também vieram as lembranças das liberdades que existiam, e que em alguma medida permanecem, como as brincadeiras na rua à noite e as viagens de canoa para as crôas⁵⁵ aos domingos com os amigos.

Na trajetória de D. Odacir, a formação deste grupo doméstico chama atenção pela presença de vários filhos adotivos, e aqui estamos englobando tanto os que foram registrados pelos pais dela, quanto aqueles irmãos “de criação” e que foram adotados em circunstâncias distintas. D. Odacir conta que sua mãe tentou ter outros filhos biológicos, mas acabou perdendo-os durante a gestação. Por conta disso, sempre teve o interesse em adotar e ter uma família maior. Uma das irmãs que vieram de Alagoinha foi Maria de Lourdes (10). Segundo D. Odacir, sua mãe ficou sabendo que a mãe biológica de Maria de Lourdes queria alguém que cuidasse da criança, já que estava muito doente e não poderia contar com o auxílio do irmão. Assim, Maria concorda em cuidar da criança até que a mãe biológica estivesse curada. Como esta fazia o tratamento em João Pessoa, a mudança para o Porto não era um problema, mas infelizmente este contato nunca foi retomado.

55 As croas são montes de terra que surgem quando a maré baixa. É um local ideal para algumas formas de pesca com rede, como a rede de tomada (ver. Araújo, 2017), assim como a coleta de crustáceos.

Já no Porto, outros filhos foram sendo agregados, como Zé Lima (57), Elineuza (56), Adriano (58) e Antônio Carlos (59), este último filho de D. Geraldina. Uma das trajetórias comentadas por D. Odacir é de Zé Lima, que era filho de vizinhos no Porto do Capim. Quando estes vizinhos morreram, a criança foi morar com parentes em Capim de Mamanguape, cidade próxima ao litoral norte do Estado. Zé Lima não se adaptou à nova realidade e tempos depois voltou ao Porto e ficou morando com Maria, até a vida adulta.



Imagem 23: Ocupação do Grupo Doméstico de D. Odacir no território do Porto do Capim. Mura, 2019.

São nesses momentos do cotidiano que os conhecimentos sobre a maré e todas as atividades que estão envolvidas com ela, como a pesca e a coleta de crustáceos, são transmitidas e compartilhadas. Assim como as histórias sobre o Pai do mangue e a Comadre Fulozinha, encantados que guardam a maré e a mata, e que delimitam fronteiras morais do que se pode ou não fazer em determinados lugares. A infância de Nice não foi diferente daquela que a mãe teve, sempre brincando na rua e na maré. Os banhos de rio com as outras crianças no final da tarde, depois da escola, eram cotidianos.

Esta forma de viver o lugar, de formar relações, está marcada pelas vivências do cotidiano como por exemplo das brincadeiras que as crianças fazem na rua. D. Odacir e Nice compartilham das mesmas brincadeiras que faziam na rua, e apesar dos tempos pandêmicos, se animam ao ver que

as crianças estão voltando ao seu lugar de brincadeira, a rua. Um espaço privilegiado, segundo elas, porque só no Porto é possível ver crianças brincando à noite. Este mesmo privilégio está na relação com a maré, ou com D. Odacir chama a Mãe Maré. Essa maternidade do mangue se dá pela forma com que estes ribeirinhos interagem no ambiente, com seus diversos elementos, onde buscam recursos e têm suas vivências conectadas a partir dela. Durante muitos anos o mangue era fonte de sustento de boa parte das famílias, por conta da pesca e de outras atividades, assim como fonte de alimentos. Hoje, por conta de questões ambientais e materiais, a maré deixa de ter esse protagonismo como fonte de renda e se torna um espaço de lembranças, experiências compartilhadas que demarcam a identidade e origem, assim como a fé devido a procissão de N.S da Conceição (RUIZ, 2016).



Imagem 24: Ocupação do Grupo Doméstico de D. Odacir no território do Porto do Capim. Mura, 2019.

A adolescência de Nice é marcada pelos processos de construção do centro histórico e o temor da remoção da comunidade. Muitos moradores da geração de Nice tinham que encarar o discurso da remoção no cotidiano, pois fizeram parte do projeto chamado Oficina Escola⁵⁶. Neste discurso o objetivo principal era o de religar o rio com a cidade. Esta perspectiva de religação se dá a partir de uma leitura onde a comunidade do Porto, em alguma medida, impediria que a urbe

56 O projeto da Oficina Escola tinha como objetivo formar mão de obra especializada para a restauração e manutenção dos prédios tombados dentro do centro histórico. Os alunos recebiam uma bolsa de estudos, que era financiada parte pela prefeitura e parte pela organização internacional. Para um aprofundamento na questão ver Scocuglia (2004b).

pudesse ir até a margem do Sanhauá, como era no passado. Tal perspectiva ignora os processos que a região passou e coloca em questão a própria legitimidade da comunidade, enquanto parte da cidade. Além deste discurso oficial, na época também existia um preconceito forte por parte de alguns servidores da prefeitura. Estes tinham os moradores do Porto como “favelados” e que a comunidade era perigosa para transitar, fazendo propaganda negativa para as pessoas que tinham algum interesse em visitar. A mesma situação existia dentro da escola, onde essa perspectiva de que o Porto era uma grande favela, era posto sobre Nice, como forma de preconceito. Em situações como esta, Nice sempre foi muito ativa em defender o seu lugar de moradia e sempre sustentou nestes momentos que queria permanecer lá, embora sentisse muita tristeza em ter que encarar tal situação. Em uma destas ocasiões ela lembra que foi questionada por uma mulher, que parecia ser uma pesquisadora, se ela gostava de morar lá. Nice respondeu que sim, que era ali onde ela queria continuar morando, por ser o lugar onde sua família estava.

Apesar deste conflito que se estende até os dias de hoje, a vida continua seguindo um ritmo específico do Porto, acompanhando as subidas e descidas da maré. Nesse fluxo, Nice se casa com Julio (28), filho de D. Geraldina e participam da ocupação do curtume, onde hoje tem sua casa e sua mercearia. A relação entre o grupo doméstico de D. Odacir e Nice com o de D. Geraldina é bastante longa. A mãe de D. Odacir tinha grande amizade com D. Geraldina, de maneira que um dos filhos dela, Antônio Carlos, foi criado como irmão de D. Odacir durante anos e após o falecimento de sua mãe, ela própria tomou a responsabilidade de criar este irmão. Esse vínculo se estende com Verônica, que é nora de D. Geraldina, e que seu filho trabalha com a tia Nice. Os vínculos entre estas famílias são tão justos que os netos de D. Odacir chamam Josenildo de avô, apesar deles terem se separado a anos.

Além destes vínculos mais diretos, temos também aqueles que surgem pelos casamentos dentro do Porto, como é o caso da filha de Elineuza (56), Aline (63) que é casada com Jiuliano (64) que faz parte da família de Penha Barreto, outro grupo doméstico de grande importância para a formação da comunidade.

A partir do diagrama de parentesco que montamos com Nice e D. Odacir, percebemos que parte dos irmãos, sobrinhos e dos filhos de criação dela se encontram no Porto ou nas proximidades como o bairro do Roger. D. Odacir, por ser a irmã mais velha, concentrou grande parte das responsabilidades da sua mãe, tanto que terminou a criação de alguns irmãos. Assim ela se torna uma figura de referência dentro do seu grupo doméstico. Nessa mesma esteira está Nice, que além de ser a filha mais velha, é companheira de primeira hora da mãe, tanto nas atividades da Associação (AMPC), como também nas atividades da capela. No dia em que estávamos conversando sobre este diagrama, e sobre a trajetória dos irmãos, Maria de Lourdes chegou com dores no calcanhar e perguntando a Nice se tinha algum analgésico na mercearia. Diante disso, D.

Odacir logo fez recomendações à irmã para que descansasse, já que passa muitas horas em pé trabalhando, enquanto Nice via se tinha algum remédio. A relação de trocas e visitas de Nice com as tias é frequente, tendo em vista que muitas delas vivem na comunidade. Algumas como Maria de Lourdes, tem maior proximidade, devido ao tempo que ela está na família. Por outro lado, no caso de Elineuza, a relação é um tanto diferente, já que ela foi adotada pela família já na adolescência.

3.1.3 Família Holanda

O grupo doméstico dos Holanda compõe a lista das famílias mais antigas do Porto, tendo Seu Pedro Holanda, hoje com 87 anos, como um dos primeiros moradores da comunidade. Ele é uma figura central dentro do grupo doméstico, pois além de ser o patriarca, sua trajetória de vida é simbólica na relação com o território e com a construção da comunidade. Assim como tantos outros mais velhos, Seu Pedro escolheu “atracar sua vida naquele Porto”. Além do tempo em que estão no território, os Holanda têm por volta de 167 membros no seu diagrama de parentesco e entre eles estão Rossana e Rayssa, que são agentes políticas importantes nos debates sobre a permanência dos moradores no território e das articulações dentro da Associação (AMPC) e do coletivo Garças do Sanhauá. Por causa deste tamanho, o grupo doméstico Holanda tem conexões com tantos outros grupos do Porto, o que nos apresenta uma complexa rede de relações e que compõe o consenso de que na comunidade do Porto do Capim todos têm algum grau de parentesco.

A trajetória de vida do Seu Pedro é tratada em detalhes por Assad (2017) que fez uma extensa pesquisa junto aos Holanda e a comunidade. Por isso, vamos trazer um resumo desta história, baseado no trabalho da autora e nas entrevistas com Seu Pedro.

Nascido no município de Sapé, interior da Paraíba, Seu Pedro é levado a morar com a família na Ilha do Eixo, junto com seu avô e tio. Essa mudança aconteceu quando ele era criança, de forma que toda sua infância e vida foi desenvolvida no rio Sanhauá. Os parentes que foram para a Ilha do Eixo eram todos agricultores, estes pagavam foro ao dono da ilha. Assad traz em seu trabalho que esta relação de trabalho com os donos das ilhas era comum na época, de forma que nas ilhas onde era possível algum tipo de atividade agrícola, como nas ilhas Stuart e Jaburu, os moradores tinham que pagar pelo uso da terra. Segundo a autora, o João Guimarães tinha um escritório no Porto para comercializar parte da produção que recebia dos foreiros.

Com cerca de 7 anos, Seu Pedro começa a navegar pelo rio Sanhauá, acompanhando seu avô e tio, indo em direção ao Porto do Capim. Lá eles vendiam sua produção agrícola e também compravam mantimentos e outros itens. Nesta mesma época ele também começou a trabalhar na terra com a família, além de ajudar nas entregas de lenha para uma empresa instalada na Ilha do

Bispo⁵⁷. Por volta dos 12 anos ele começa a se interessar por pescaria e segundo seu relato o avô, que foi figura central na educação dele, sabia muito pouco sobre pescaria. Assim Seu Pedro aprendeu a pescar amore na beira do rio, com facão, também conhecido como pesca de facho⁵⁸.

Quem ensinou Seu Pedro a pescar “de verdade”, com rede e tarrafa, foi o Batata, amigo da família. Essa ideia de verdade na pesca está relacionada ao volume do pescado e à técnica usada. Assim, pescar com rede, por exemplo, indica que a pessoa é de fato pescadora, por conseguir muitos peixes e dominar uma técnica complexa. Isso criava uma distância entre os experientes daquelas pessoas que usam técnicas que segundo seu Pedro seriam menos eficientes, como a pesca com linha ou a com facho, como o próprio Seu Pedro fazia no início. Além de ensinar as técnicas de pesca, o Batata também ensinou sobre a moral existente na maré, tanto na forma de lidar com os seres do ambiente, como também com as pessoas.

Seu Pedro divide uma de suas histórias onde estava acompanhando o Batata numa pescaria e durante o processo de levantar a rede e recolher o pescado, Batata sempre o lembrava de tirar os peixes menores e devolver para o rio. Isso indica uma preocupação com a reprodução e maturidade dos pescados. No momento que chegaram em casa, o Batata pediu que Seu Pedro fosse pegar uma bacia para levar alguns peixes para casa. Ele sorriu quando lembrou do tamanho do recipiente, uma bacia pequena, que quase não cabia um peixe. O Batata mandou que ele pegasse uma bacia maior, porque como ele participou da pescaria, merecia levar sua parte e que claramente era muito mais do que um único peixe.

57 O bairro, chamado Ilha do Bispo, faz parte de João Pessoa e apesar do nome não é uma ilha de fato. Parte do bairro é banhado pelo rio Sanhauá.

58 A pesca de facho se dá à noite, quando os peixes estão em estado letárgico, assim os pescadores seguem com uma fonte de luz forte, o facho, a procura dos peixes. Quando estes são encontrados nas margens do rio, são capturados com instrumentos cortantes ou perfurantes, como no exemplo dado por Seu Pedro.

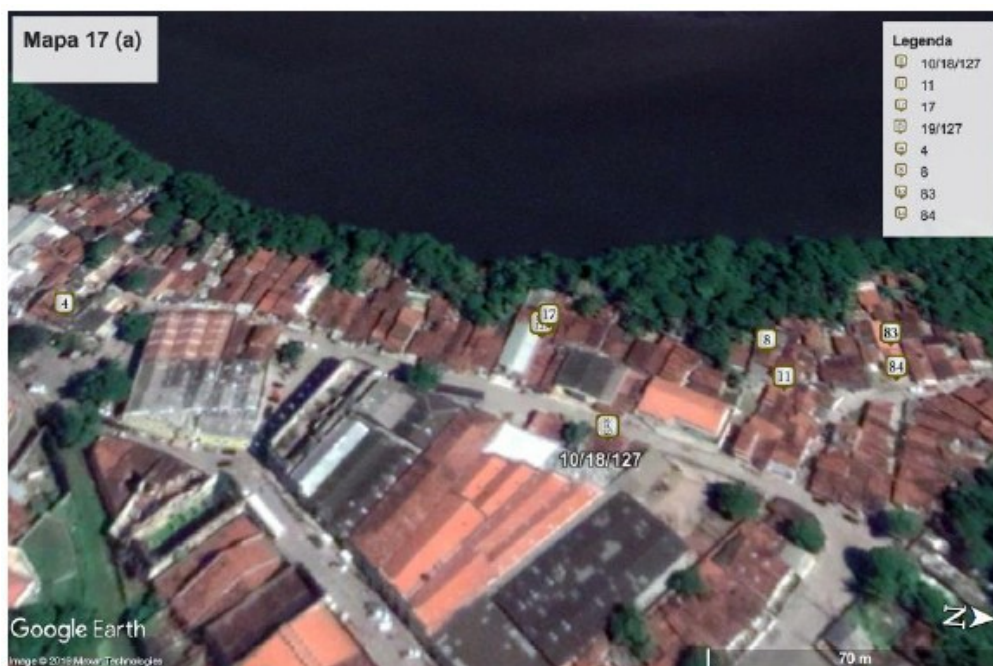


Imagem 24: Ocupação do Grupo Doméstico de Seu Pedro Holanda no território do Porto do Capim. Mura, 2019

Quando ficou mais velho, Seu Pedro começou a fazer outras atividades, além da pesca e da agricultura. Por volta dos 16 a 18 anos ele cortou lenha para uma fábrica instalada na Ilha do Bispo, assim como o transporte de cargas no rio Paraíba, sendo muitas delas para o Porto do Capim. Como consta no relato feito para Assad, o rio era usado como via para transporte dos mais diversos materiais, como cimento, açúcar, a própria lenha. A partir deste trabalho ele também fez parte do sindicato dos arrumadores do porto, organização importante pois garantia direito aos trabalhadores portuários e permitiu que ele pudesse se aposentar. Foi neste trânsito de mercadorias e pessoas que Seu Pedro foi se aproximando do Porto e em algum tempo decidiu fixar sua moradia lá.



Imagem 25: Ocupação do Grupo Doméstico de Seu Pedro Holanda no território do Porto do Capim. Mura, 2019

Na época em que se mudou para o Porto, Seu Pedro (3) já estava casado e com três crianças, enquanto parte da sua família continuou na ilha do Eixo. Com sua companheira, Marlene Juvino (2), tiveram ao todo 11 crianças, Gerlane (1), Risolanda (10), Risomar (11), Gisêlda (12), Geraldo (13), Genísio (14), Geomésio (15), Chota (16), Gilberto (17), Ginoio (18) e Jeová (19). Ele conta que a sua casa foi a primeira residência do Porto, mas que antes disso morou certo tempo em uma casa alugada. Nesta época ele também comercializa peixes, comprando e vendendo o pescado na região. Neste trabalho como “pombeiro”, termo utilizado para os atravessadores de pescados, ele teve muito êxito chegando a comercializar mil quilos de peixes, negociados de diversas partes do estado como Baía da Traição, que fica no litoral norte do estado, por exemplo. Essa atividade era facilitada pela fábrica de gelo, que foi instalada na região do Porto. Os associados do sindicato dos arrumadores tinham prioridade nos espaços dentro da fábrica de gelo, que servia também de depósito. Seu Pedro conta que chegou a ter quase dez vendedores de peixe como funcionários, além de compradores das feiras na capital. O controle de saída e entrada dos pescados era muito rigoroso, como ele conta, já que era cobrado uma taxa por qualquer movimentação de entrada ou saída de mercadoria. Inclusive criando situações de conflitos quando alguém queria retirar pequenas quantidades. Ele conta que uma vez teve uma grande discussão com o fiscal do depósito, pois Seu Pedro queria retirar poucos quilos de camarão para dar a uma pessoa. O fiscal não queria permitir a saída da porção de camarões sem que fosse pago a taxa de saída. Por conta desta atitude gananciosa,

na perspectiva dele, Seu Pedro conta que dispensou os seus peixeiros, pagou a diária dos funcionários e deixou de pegar centenas de quilos da sua mercadoria, em protesto aquela situação que compreendia como uma mesquinha do fiscal.



Imagem 26: Ocupação do Grupo Doméstico de Seu Pedro Holanda no território do Porto do Capim. Mura, 2019

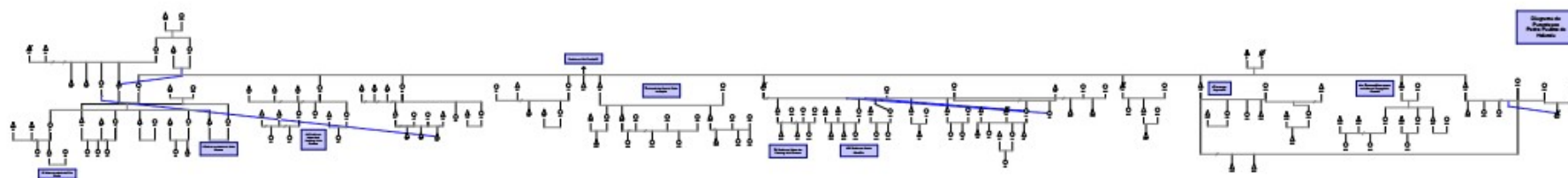


Imagem 27: Diagrama de Parentesco dos Holanda

Esse exemplo, somados a outros apresentados por Assad, apontam para uma posição sólida de Seu Pedro contra esse comportamento de ganância e mesquinha. Este senso de moralidade foi transmitido para seus filhos e netos, que têm Seu Pedro como referência e inspiração da família, principalmente por sua trajetória de ribeirinho e trabalhador.

Atualmente a liderança sobre as questões do cotidiano estão concentradas nas mãos das filhas e filhos, que hoje são chefes dos seus próprios grupos domésticos. Nestas trajetórias temos alguns irmãos que foram morar em outros estados do país, enquanto outros permaneceram no Porto e nas proximidades. Vamos acompanhar também alguns fluxos de colaboração, que constituem a dinâmica deste grupo doméstico.

Alguns desses irmãos não moram no Porto há muitos anos, como Gilberto (17) que mora em Bayeux com seus filhos, Geraldo (13) que a muitos anos emigrou para São Paulo-SP e a família quase não tem contato. Outros moram na comunidade, mas os filhos estão em outros lugares, como é o caso de Genísio (14) e Ginoio (18). Existe também a situação dos que vieram a falecer como Geomésio (15) e Chota (16). No caso de Geomésio é interessante perceber que alguns dos filhos dele continuam morando no Porto, como Denis (83), que trabalha no posto de saúde no Bairro dos Estados e Diogo (84) que é marceneiro no Porto. Dos filhos de Chota quem permaneceu no Porto é Jeferson (123), que trabalha como gesso.

As quatro irmãs Gerlane (1), Risolanda (10), Risomar (11) e Gisêlda (12) permanecem no Porto e são chefes de seus grupos domésticos de forma que se articulam entre si. Entre elas existe uma grande colaboração de atividades, principalmente quando o assunto é alguma comemoração. Gerlane, também conhecida como tia Gel por todos, foi com quem tive a felicidade de conversar. A Gerlane é, das filhas, a mais velha e por isso acaba sendo figura central dentro da família quando se trata de algumas articulações. Na perspectiva dela, a família é fundamental por oferecer suporte em momentos de necessidade e quanto maior a proximidade maior pode ser esse auxílio. Quando conversávamos, na calçada em frente a casa, ela falava que não gosta de ter sua casa vazia e silenciosa. Que a casa só fica alegre quando está cheia de gente e por isso ela vê com grande alegria a presença constante das filhas e netos por lá. O único momento que ela gosta de estar em casa com silêncio é na hora de dormir.

Em sua trajetória de vida, Gerlane já teve a experiência de morar em outra cidade, em Santa Rita, mas foi uma passagem muito rápida e triste para ela. Na época o seu companheiro queria mudar de casa, a procura de um lugar melhor para se viver, mas ela não gostava da ideia de sair de Porto. Mesmo assim eles se mudam para o bairro Alto das Populares, em Santa Rita, para morar perto de um casal amigo. Gerlane conta que foram dez meses muito tristes, pois além do casal de amigos, não tinha vínculo com nenhum outro vizinho. Essa falta de contato era um problema em vários níveis, já que ela só poderia contar com uma amiga no bairro todo caso precisasse de alguma

ajuda, além de se sentir muito só em casa já que o companheiro passava o dia trabalhando. Essa falta do contato de amizade entre vizinhos, da amizade que cria vínculos, era a maior diferença que ela sentia em comparação ao Porto do Capim e que fazia toda diferença neste novo lugar. Além disso, todas as vezes que vinha visitar o Porto voltava a contragosto e chateada. Ela conta que voltava chorando, que a vontade era sempre de ficar no lugar que morou desde sempre. Passados os dez meses ela conseguiu convencer o marido a voltar para o Porto, já que nem a situação deles tinha melhorado e o trabalho de capoteiro dele continuava sendo no centro de João Pessoa. Logo, não fazia sentido estar longe do trabalho na busca de uma melhora de vida que não se concretizava.

Essa pequena parte do relato dela exemplifica muito a situação das pessoas, que por motivos diversos, saem do porto e acabam voltando. Essa sensação de isolamento, a falta de familiaridade com as pessoas e com o lugar, é o que em muitos momentos se ouviu como perder as raízes. De fato, os moradores do Porto que são ou estão em famílias que a muitos anos moram ali estão inseridos em uma rede de relações muito complexa, onde se cria um sentimento de familiaridade com as pessoas nos espaços do cotidiano. Manter laços de familiaridades com vizinhos, amigos e afins cultivados durante toda uma vida muitas vezes, compõe uma identidade de pertencimento a um lugar. Estar distante deste lugar é, em alguma medida, perder o referencial do lugar que se ocupa no mundo. Um lugar onde a dimensão do indivíduo não está descolada da trajetória dos grupos domésticos.

Quando falamos das relações do cotidiano, uma das primeiras coisas que surge na conversa são as comemorações. Quando falamos em comemoração não estamos especificando o festejo de eventos importantes, mas sim qualquer momento em que se compartilha algum acontecimento com outros. Assim, como Rossana (54) uma vez falou, os motivos para comemorar podem ser dos mais simples aos mais importantes. Desta forma, um café com bolo na casa de alguém pode virar uma comemoração pelo simples fato de estarem ali compartilhando este momento.

Quem normalmente dá o pontapé inicial nessas articulações são Gerlane e as irmãs, elas que pensam como vai ser, o local, o preparo das comidas e afins. Gerlane brinca dizendo que os companheiros entram com o dinheiro e elas que organizam tudo. No dia em que estávamos conversando ela estava esperando a visita do filho Geovane (9), que mora no Mato Grosso a alguns anos com a esposa e uma criança pequena. Esse é um dos eventos que ela já estava planejando há alguns meses, pois ele viria para comemorar o aniversário. Toda a parte da comida é feita por ela e as irmãs, já que todas são cozinheiras e tem algum empreendimento neste ramo.

Para além destas comemorações da família, Gerlane está sempre colaborando com as atividades promovidas pela AMPC e Garças do Sanhauá, como na gincana Vivenciando o Porto do Capim, promovida em Junho. Ela e a filha estavam à frente da cozinha, preparando e organizando as refeições dos participantes. A motivação dela em colaborar com as atividades da associação são

claras, já que ela sempre expressa o desejo de permanecer no seu território. Somado a esse desejo existe o vínculo de cuidado com as sobrinhas Rossana e Rayssa. Para Gerlane as atividades criadas pela AMPC e as Garças são essenciais, por defenderem os interesses dos moradores, mas esse empenho cobra dos membros muito tempo e empenho, o que cria uma preocupação dela com as sobrinhas. Por isso ela está sempre disposta a colaborar com suas habilidades culinárias e por Rayssa e Rossana sempre a chamarem de tia, todos acabam chamando Gerlane de Tia Gel.

Outras agentes de grande importância dos Holanda, que contribuem de forma articulada das reivindicações da comunidade são as irmãs Rossana e Rayssa, representantes ativas tanto da AMPC quanto das Garças do Sanhauá, elas também tem no Porto o empreendimento Ibeji ateliê, seu ateliê de tranças e penteados. A trajetória de vida delas é entrecortada pelos processos de intervenção da Prefeitura no território, de forma que elas foram se organizando junto à Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC) e hoje são referência quando se pensa nomes que representam lideranças dentro da comunidade.



Imagem 28: Croqui de atividades do Grupo doméstico de S. Pedro Holanda. Autor, 2022. As linhas representam as atividades que são feitas fora do território do Porto, enquanto que os marcadores azuis são de atividades feitas dentro da

Assim, a partir das trajetórias que foram apresentadas temos em vista um longo processo de construção de um lugar que traz referências importantes para a definição de identidade e relação

destas pessoas. Os caminhos que cada um destes grupos domésticos tomaram até chegar ao Porto e suas relações com os outros grupos e interações no ambiente costuram estas relações de forma complexa, como as raízes do mangue. Podemos pensar, por exemplo, nas relações que existem a partir do grupo doméstico de D. Odacir, que além de se relacionar fortemente com o grupo de D. Geraldina, também está conectada com o grupo doméstico de D. China via casamento. Além destas relações formadas a partir de casamento, temos também aquelas que são construídas por vizinhança, amizade, compadrio e afins, que compõem o sentimento de familiaridade exposto por Verônica, quando diz que o Porto parece uma cidade do interior onde todos se conhecem.

Parte do que compõe esta familiaridade é a relação com a maré e como este ambiente perpassa os indivíduos dentro das suas trajetórias. Mesmo aqueles que vieram de outros lugares diferentes das ilhas do rio Sanhauá, tem com esse ambiente um lugar de respeito e de referência para sua identidade. Lemos a trajetória de D. Odacir, que veio do interior do estado e que desde criança está em proximidade física e prática com o mangue, aprendendo a pescar e nadar com as outras crianças. Na vida adulta e refletindo sobre o contexto em que se encontra, compreende a maré como mãe, como esta entidade que não desampara suas crias e que acolhe aqueles que precisam de sua ajuda.

A partir deste exemplo podemos perceber como os indivíduos desenvolvem habilidades específicas naquele ambiente, aprendendo a lidar com ele e ler os sinais existentes. Este processo é discutido por Ingold (2010) quando o autor vai refletir acerca do processo de educação como um processo particular entre o indivíduo e o ambiente. Para o autor, o desenvolvimento de habilidades se dá em um processo de aprendizagem onde o indivíduo está engajado no ambiente, de forma que o conhecimento é desenvolvido de forma prática e atenciosa. Assim, os conhecimentos acerca da maré e da pesca, por exemplo, não são transmitidos de forma abstrata, mas sim a partir desse envolvimento, fazendo a atividade e percebendo como o ambiente responde. Neste processo de educação da atenção, as experiências que são compartilhadas envolvem diversos aspectos que vão desde a saber se locomover no ambiente, mas também compreender as forças e os agentes que estão atuando ali. Esta compreensão ampliada das relações envolve não só o saber fazer, mas os significados destas ações. Como exemplo destes processos de educação da atenção temos as habilidades de pesca desenvolvidas por D. Odacir durante a infância e adolescência. Essa habilidade foi compartilhada a partir da relação com as crianças do seu tempo e aprimoradas junto com o irmão no quintal de casa. Tais habilidades foram transmitidas para seus filhos, que mesmo não pescando de maneira profissional, detêm conhecimentos básicos sobre o fluxo da maré, espécies de animais, assim como técnicas de pesca e coletas. Com isso podemos perceber que estes fluxos de conhecimento estão circulando entre agentes diversos, tanto aqueles que usam tais habilidades no cotidiano, como aqueles que as usa de maneira pontual, devido ao contexto em que estão inseridos.

Outro exemplo, esse trazido por Seu Pedro, quando fala sobre quando estava aprendendo a pescar com o Batata, nos leva a pensar sobre como estas habilidades carregam consigo aspectos morais muito importantes para a interação com os seres e elementos do ambiente e com as pessoas em geral. Para além de compreender como funciona a pesca, a forma correta de instalação das redes e da forma de manejar a canoa, aspectos morais diversos estão envolvidos nesta atividade como o tamanho ideal dos peixes, a retribuição adequada aos parceiros de pesca e a relação com o Pai do Mangue. Estas noções morais, produzidas dentro da maré, são os fios que conectam estes grupos domésticos de pescadores, que compartilham das mesmas noções do que é correto e de como se deve agir em determinadas situações.

Estas noções sobre o ambiente, tanto do ponto de vista técnico, quanto também destas questões morais e cosmológicas, são exemplos de um arcabouço de conhecimentos tradicionais que circulam entre os moradores do Porto devido a essa relação íntima com o território. Ingold e Kurttila (2018) fazem apontamentos neste sentido ao refletirem a situação dos Sami, que em determinada situação precisavam se justificar frente ao estado norueguês sobre as formas tradicionais de uso da terra como um bem comum. A cobrança do Estado era de que este grupo conseguisse demonstrar, de maneira clara e imemorial, as regras e formas de uso da terra para que assim estas pudessem ser compreendidas como tradicionais. Frente à dificuldade do grupo local em produzir esse material, os autores abrem uma discussão para a dificuldade em compreender esse conceito de tradição, que leva a distorções e constrangimentos como o apresentado. Os autores identificam duas maneiras de compreender o conceito de tradição, uma sendo aquela que está ligada a formas e maneiras que perduram no tempo com pouca ou nenhuma modificação, normalmente produzida pelas ciências e tomada pelos Estados nacionais como a forma de ser “tradicional”; e por outro temos a trajetória dos grupos étnicos, que ao estarem interagindo no ambiente, atualizam as formas de lidar com no mesmo a depender do contexto. Desta maneira, na concepção dos Estados nacionais, para que exista esta manutenção de um conhecimento tradicional, é necessário apenas que existam formas de estocar e reproduzir destes conhecimentos, a partir de repositórios e museus como exemplo. Por outro lado, para os grupos étnicos os conhecimentos tradicionais estão diretamente vinculados aos territórios que habitam, exatamente pelas práticas e o processo de educação da atenção para lidar no ambiente (INGOLD, 2010). Desta maneira os conhecimentos destes grupos sobre o ambiente não estão sintetizados em fórmulas ou mapas mentais, mas são resultados de experimentações e vivências que só podem acontecer no momento em que habitam esse lugar.

É preciso pontuar que as discussões trazidas por Ingold e Kurtilla são fundamentais para compreendermos a complexidade da discussão sobre o conceito de conhecimento tradicional, que impulsiona as reflexões acerca desse processo de construção do conhecimento como algo em fluxo

e constantemente atualizado. Porém, em situações de disputa pelo território, principalmente em um contexto como o da comunidade do Porto do Capim, a busca por uma tradicionalidade que se aproxima daquela projetada pelo Estado é uma ferramenta para a garantia dos direitos sobre o território. Devido a este contexto se produz, a partir das reflexões da comunidade as categorias de “filhos do Porto” e “ribeirinhos”. Colocar-se nestas categorias também, e de modo fundamental, é resultado do processo de conflito com a Prefeitura, que em suas ações tenta apagar as fronteiras étnicas (BARTH, 2000) levantadas pela comunidade, para assim poder tratá-la como uma população periférica genérica.

Esta categoria de filhos do Porto sintetiza o sentimento de pertencimento ao território, pois abarca um conjunto de experiências e vínculos que dão forma a essa identidade. Por conta disso, ser filho do Porto é uma identidade que se constrói com o tempo e com a participação ativa no lugar. Ela pode ser conquistada a partir dos vínculos que vão se formando, seja pelo casamento, seja pelo trabalho entre outras. Desta maneira alguém que mantém um longo vínculo com as pessoas e o lugar, por exemplo a trajetória de Verônica dentro da comunidade, pode vir a ser um filho do Porto.

Como esta identidade é a todo momento atualizada, devido inclusive às interações com o ambiente, as pessoas que deixaram o Porto, tanto no processo de 2019, como também em momentos anteriores, são compreendidas como pessoas que deixaram suas raízes e para as interlocutoras com quem dialoguei, uma “árvore sem raiz não prospera”. Obviamente que estes processos de saída do Porto são muito complexos, de forma que não se tem uma única posição sobre essas pessoas. O que se torna consenso é que a forma de vida fora da comunidade é muito diferente, de maneira que aqueles que aceitaram as condições da Prefeitura para deixar suas casas estão retornando para a comunidade, ou quando não acham espaço vão para locais mais próximos como o bairro do Roger. Essa volta é entendida como a busca das raízes, e da falta que aquela rede de apoio e de reconhecimento faz. Deixar a comunidade em que nasceu, com vizinhos que conviveu durante boa parte da vida, para morar em um apartamento e cercado por pessoas que não conhece, é uma transformação abrupta da realidade.

Outro aspecto que compõe a identidade étnica dos ribeirinhos do Porto do Capim são suas formas de dominação do território, o que inclui certa medida a cidade. Estamos trazendo o conceito de processos de dominação, (BARBOSA DA SILVA E MURA, 2018) para compreender como este fluxo de pessoas, objetos e materiais delimitam os espaços de ação dos indivíduos e conformam o território. Os autores, ao se debruçar sobre as estratégias que os grupos domésticos dos Guarani Kaiowa desenvolveram para permanecer no território e acessar recursos fundamentais, apontaram para a produção de áreas de domínio destes grupos. Desta forma, ao se movimentarem nos espaços em busca de recursos, que podem ser desde caça até trabalhos assalariados, criam espaços de domínio em que eles têm acesso.

Quando pensamos nas relações existentes dentro do Porto do Capim, percebemos que as relações entre os grupos domésticos são intensas e têm seus espaços dominiais delimitados por pelas experiências e habilidade de determinados agentes. Podemos perceber isso em grupos domésticos maiores como o dos Holanda, onde seus membros têm habilidades diversas, que vão desde mecânica, passando por marcenaria e cozinha, até o trabalho com tranças. Todas estas habilidades permitem que o grupo doméstico detenha vários espaços dominiais que se expandem par além do território da comunidade.

Esta diversidade de habilidades concentradas dentro da comunidade permite que muitas das necessidades de serviços e profissionais sejam atendidas por pessoas do próprio lugar, intensificando as trocas e relações. Estes exemplos nos levam a pensar que estes espaços dominiais são delimitados pelos acessos que determinados membros do grupo doméstico tem. Assim quanto mais diversos forem as atividades exercidas pelos membros de um grupo doméstico, mais possibilidade de acesso a recursos existe.

Outros agentes que mobilizam pessoas e contribuem para a construção de domínios são a Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC) e o coletivo de jovens Garças do Sanhauá. Nos preparativos do arraial, produzido por eles, algumas costureiras fizeram os figurinos enquanto as compras eram feitas por Joyce no centro da cidade, pois as lojas estavam no seu trajeto para o trabalho. Estes agentes contam com um grande poder de mobilização, vindo das relações dos membros em seus grupos domésticos e dos espaços dominiais que estes manipulam, de forma que a associação e o coletivo também tem acesso pelo fato de não estarem apartados destas outras relações. Como veremos adiante, estas organizações são mais uma camada desse complexo de relações que produzem uma identidade e território singular.

3.2 FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO PORTO DO CAPIM E DO COLETIVO DE JOVENS GARÇAS DO SANHAUÁ

A trajetória de organização política do Porto, em relação ao projeto de desenvolvimento do centro histórico da cidade, é marcada pela presença massiva das chefes de famílias. Elas que, preocupadas com a possibilidade do despejo, começaram a se articular para compreender aquela situação e poder confrontar o projeto que estava sendo posto. Por ser um processo com quase trinta anos de existência, houve um aprimoramento na forma organização e na maneira de se comunicar com a comunidade sobre o desenrolar dos eventos.

Podemos começar a compreender o trajeto sobre os movimentos de articulação do Porto, enquanto a formação de representação da comunidade, por volta dos anos 2000. Existe alguma

referência no trabalho de Scocuglia (2004b) onde a autora relata a preocupação de alguns moradores com os debates que aconteciam semanalmente no Hotel Globo, debates que ficam sob o controle da ACHERVO e da comissão para o centro histórico. A autora não se debruça sobre tal organização e nos mostra que o interesse em participar das reuniões, como ouvinte, era simplesmente para entender o que seria feito com as casas e as pessoas.

Quem traz um relato mais completo desse momento é Verônica, que na época já participava de algumas pastorais católicas atuantes no território da comunidade. Foi neste ambiente da pastoral que o debate sobre a comunidade teve alguma reverberação, já que na época existia uma grande fragilidade socioeconômica e uma falta de certeza sobre qual o destino dos moradores. Ela lembra como era triste ver que a maioria dos moradores não acreditavam que era possível se organizar para reivindicar os direitos das famílias e da comunidade pelo fato de não terem nenhum documento de aquisição do terreno das casas. Nessa trajetória de organização política existiram párocos que se empenharam no processo de formação e fomento de uma organização dos próprios moradores, como o Padre Antônio e o padre Alexandre. Na época do padre Antônio foram feitas algumas manifestações que envolviam o projeto de revitalização do centro histórico, inclusive um evento importante envolvendo o ministro da cultura, Celso Furtado.

Verônica aponta que nessa época, em que esse grande projeto estava em debate, a igreja São Frei Pedro Gonçalves não estava na lista dos prédios que seriam restaurados. Essa é a igreja que atende a comunidade e de onde parte a procissão de N.S da Conceição, sendo um monumento importante e que estava com sérios danos na estrutura do teto. O padre Antônio e os moradores ligados às pastorais souberam de última hora que o ministro estava na capital e que visitaria o Hotel Globo, que à época estava sendo reformado e era a sede da comissão do centro histórico. Quando souberam da notícia fizeram alguns cartazes para chamar a atenção e se puseram na lateral do hotel. Quando o ministro se aproximava da frente do hotel, as pessoas com cartazes começaram a se aproximar, de forma que ele foi em direção a elas para dialogar. Esse protesto, bastante silencioso, mas insistente, foi o que fez com que a igreja entrasse na lista dos prédios que seriam restaurados. Esse mesmo padre tinha algumas propostas de montar na comunidade alguma forma de associativismo, que fortalecesse o comércio interno e pudesse gerar uma economia interna. Nessas propostas existia até a ideia de criar uma moeda própria da comunidade. Outro pároco, que se posicionou a favor das pautas do Porto, foi o padre Alexandre. Em meados dos anos 2000 o Porto estava passando por uma falta de água constante, de forma que os moradores decidiram fazer um protesto como forma de resolver o problema. Naquele mesmo dia seria feita uma missa na capela da comunidade e quando o padre foi chegando e viu a movimentação perguntou do que se tratava. Ao saber da situação e da manifestação, cancelou a missa e se juntou ao movimento.



Imagem 29: Foto da lateral do Ponto de Cultura

Apesar desses exemplos, Verônica explica que esse apoio da igreja, na forma dos párocos, não era constante, já que eles também tiveram outros padres que eram a favor do projeto de remoção por entenderem que a saída da comunidade era um ganho para todos. A relação mais constante que existe entre a igreja e a comunidade, parte dos próprios moradores, que articulados nas pastorais, mantêm atividades na comunidade, como por exemplo a festa de N.S da Conceição que é toda articulada por eles. A paróquia tem a participação principalmente na parte religiosa da festa. Ruiz (2016) em todo o trabalho de apontar quem são os agentes que participam desta festa e como ela também é espaço de disputa para algumas narrativas.

Em 2021 tive a oportunidade de acompanhar a missa que foi celebrada no Porto. Ela foi a primeira festa após o início da vacinação contra o Sars-cov 2 e por conta deste contexto ela não teve a procissão pelo rio. Uma das coisas que me chamaram atenção nesta manhã foi a presença de todas as emissoras de TV da cidade, onde algumas fizeram imagens para serem reproduzidas em matérias, enquanto outras abriram uma transmissão ao vivo. Nessas transmissões quem fez a fala foi o padre, ressaltando a tradição da festa e também dos cuidados que se estava tendo com relação ao vírus. Mas no meio dessa fala o pároco citava a comunidade Santa Marta, de forma que parecia ser o nome da comunidade do Porto do Capim. Depois, conversando com as pessoas, me disseram que a comunidade Santa Marta é a comunidade religiosa onde a festa é feita.

Esse jogo com os nomes é algo que chama a atenção, tendo em vista os contornos que a festa tomava nesse momento, com seu retorno graças a campanha de vacinação, mas também de um novo cenário político onde a gestão municipal acabava de ser mudada. Cambiar entre os nomes

Porto do Capim e Comunidade Santa Marta, parece ter um sentido de desassociar a luta pelo território com os festejos religiosos. Contudo, para aqueles que estão presentes, vivenciar essa procissão é compartilhar dessa luta que está presente nos preparativos, nas falas e agradecimentos de quem participa como bem descrito por Ruiz (2016).

Voltando à trajetória das articulações que levaram à construção da associação de mulheres. Por volta do ano de 2010/2011, com uma articulação já melhor estruturada, quem articulava as reuniões era a Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto com outros agentes externos a comunidade. O grupo, que se chamava Porto do Capim em Ação, era formado por mulheres chefes de família, de diferentes idades e trajetórias. Esse grupo formava o espaço que se debatia a situação do Porto, formas de garantia dos direitos procurando manter o diálogo e as posições mais horizontais possíveis.

Uma questão que precisa ficar clara sobre este contexto de mobilizações é que esse grupo, o Porto do Capim em Ação, apesar de ser este espaço de mobilização, não era o único a propor algum tipo de movimentação relacionada aos direitos dos moradores. Existia uma outra associação fundada por apenas uma pessoa, que centralizava todas as informações e se colocava como ponte entre a comunidade e outros agentes. Segundo a percepção das interlocutoras, muito da forma com que o presidente conduzia esse diálogo, tinha como objetivo final o ganho de vantagens pessoais frente a toda situação. Trazer tais informações nos dão uma dimensão de que o Porto não é só uma arena de disputas entre a comunidade e os agentes externos, mas que existem disputas internas sobre a legitimidade das organizações e sobre quem são as lideranças. Os eventos que marcaram a comunidade em 2019 foram, por um lado, catalisadores deste processo de disputa pela liderança, como por outro, consolidou a posição da AMPC como um amplificador das demandas dos moradores e agente legítimo nos diálogos com outros agentes.

Uma das grandes diferenças destacadas por Rossana, uma das lideranças da AMPC, entre as articulações que começaram com o Porto do Capim em Ação e outras associações, como está citada anteriormente, é a forma de atuação na luta e com os moradores. O que Rossana destaca como a maior característica é a forma com que a ação política é feita. Ela não acontece apenas nas reuniões, seja com moradores ou com a Prefeitura, nem só nas ruas com protestos como já tiveram. O maior destaque está também nas manifestações culturais que são feitas dentro do Porto. Essas ações políticas-culturais, como ela chama, são por exemplo a festa de N.S da Conceição ou o Arraial junino, se estabelecem como estratégias bem-sucedidas de engajamento e informação dos moradores. São em eventos promovidos pela AMPC que os moradores ficam sabendo das últimas notícias sobre a disputa pelo território e também vão cultivando festejos e tradições que são importantes para o fortalecimento desta identidade coletiva. Assim, um arraial não é só um festejo, é também um protesto, mas um protesto com leveza, que mostra que a comunidade está de pé ao

mesmo tempo que reanima as forças para novas mobilizações. Para além disso, estes eventos são um processo de formação política, pois nesses espaços os jovens das Garças exercitam habilidades como a organização de pautas, lideram reuniões e montam grupos de trabalho para dar conta das diversas atividades que surgem.

A formação de Rossana tem início desta maneira, se envolvendo com atividades culturais que eram promovidas pelo Porto do Capim em Ação. Na época ela trabalhava com a mãe numa lanchonete, dentro da comunidade. Ela começou a participar ativamente entre os anos de 2011 e 2012, participando da organização dos festejos juninos que deu origem ao grupo de dança As Comadres⁵⁹.

Esse cenário a CPT e a UFPB estavam como as parcerias mais ativas, e a forma com que elas se colocavam, como agentes que pautavam o debate, é destacado por Rossana como uma forma de controle. Ela reflete que a participação destes agentes foi e é importante em determinados momentos, principalmente quando as mulheres do Porto do Capim em Ação tinham pouca experiência com as mobilizações populares e a condução de diálogos com outros agentes. Mas algum tempo, depois se viu a necessidade de que os próprios moradores tivessem condições de montar a pauta de debates e conduzir as reuniões. Essa necessidade vinha das pessoas que participavam da comissão, mas que ficavam como coadjuvantes em um processo tão importante para elas. Rossana contou que as reuniões eram semanais e que a cada nova reunião alguém era convidado a falar sobre o Porto. Assim vieram pesquisadores de toda sorte, alguns apresentando propostas de equalização entre a permanência da comunidade e o projeto de revitalização do Centro Histórico, assim como trabalhos acadêmicos sobre a comunidade. Mas mesmo com uma intensa movimentação de reuniões semanais, as próprias moradoras e moradores não tinham espaço nem formação suficiente para tocar esses debates. Quem ajuda nesse primeiro processo de formação é a Valeska, uma das articuladoras do Folia de Rua, que foi parceira durante muitos anos da comunidade. Ela apontou a necessidade dos moradores tomarem as rédeas das decisões e das articulações.

Essa tomada de posição também encontrou resistência em alguns desses parceiros, que não se sentiram bem quando as mulheres da comunidade começaram a procurar seus lugares de direito. Na leitura de Rossana, ter mulheres, pretas e periféricas ditando como a conversa se daria, as formas de articulação e cobrando dos parceiros resultados de pesquisa e posicionamento era algo que incomodava, entre os agentes de fora, quanto os de dentro. Em determinados momentos, quando a mobilização em prol do Porto tinha maior visibilidade, muitos parceiros surgiram, como artistas, políticos e afins. Eram tantas figuras tentando colar sua imagem com as reivindicações do

59 O grupo As Comadres aparecem na tentativa de se formar uma quadrilha junina, mas pela falta de dançarinos para formar os pares, ficaram apenas as jovens dançando. Essa falta de par acaba provocando a formação de um grupo de dança com forma e estilo particular. O nome é inspirado na Comadre Fulosinha e no ano de 2022 elas completaram 10 anos da formação.

Porto que as camisas confeccionadas pelo Porto do Capim em Ação se tornaram itens de “grife” na percepção de Joyce. Esta mesma percepção se deu a partir do crescimento do interesse de pesquisadores sobre o Porto, que acabou se convertendo em campo de pesquisa para vários trabalhos. Contudo essa visibilidade também criou atritos e desgaste com essa figura do pesquisador, que virou sinônimo de alguém que chega na comunidade, produz sua pesquisa e some sem dar retorno. Para a Associação esse retorno é fundamental, primeiro porque são as histórias da comunidade que estão ali registradas, segundo porque a partir destes trabalhos se pode construir argumentos frente a Prefeitura. Tanto Joyce como Rossana, que são assistentes sociais e que produziram suas monografias sobre o Porto, encararam com surpresa a quantidade de trabalhos sobre a comunidade que elas nunca tiveram acesso. Somado a todo esse contexto externo, também existia uma preocupação dos homens do Porto que as mulheres participassem e tivessem um protagonismo maior também dentro das casas⁶⁰.

Na leitura que Rossana faz, a própria Igreja Católica também se preocupava com essa autonomia, já que ela tinha para com a comunidade um sentimento muito assistencialista entre o final dos anos 1990 e nos anos 2000. Existe todo um histórico das ações assistencialistas feitas pela Igreja dentro do Porto. Elas vão desde a distribuição de cestas básicas, como também de um programa de apadrinhamento, onde a Igreja intermediava o apadrinhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social e famílias mais abastadas. Nesse programa de apadrinhamento as crianças contempladas ganhavam presentes em datas comemorativas e a família recebia um auxílio financeiro. Essa relação de assistencialismo foi perdendo espaço para os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que além do auxílio financeiro a esse perfil de família também contribuiu para que as mães solo tivessem autonomia financeira.

Mas voltando à formação da AMPC. Quando a Valeska começa a instigar que o grupo do Porto do Capim em Ação se transformasse em uma associação, teve início um grande processo de estruturação para montar os documentos necessários, até que a associação tomou forma entre os anos de 2013 e 2014. Nessa trajetória de construção da AMPC temos também a formação do ponto de cultura, por volta de 2016. A necessidade de ter um ponto de apoio para as atividades era clara. As reuniões eram feitas em espaços distintos, algumas vezes na casa de alguma participante, outras no bar de Vera e também na capela. Para além da questão da reunião, a falta de um espaço físico próprio da associação impedia o desenvolvimento de atividades mais complexas e que demandam espaço.

De fato, a existência do ponto de cultura foi, e ainda é fundamental, para a viabilidade de boa parte da articulação feita no Porto. Toda a organização dos eventos, como o arraial e o Vivenciando

60 Devido ao tempo da pesquisa esta questão não pode ser aprofundada com a devida atenção que merece, tendo em vista que é um tema levantado em campo. Contudo existem relatos de como que os homens, durante o início das articulações, eram contra a participação de suas companheiras.

o Porto, passa por esse espaço que também serve para aulas de reforço e estudo. Claro que esse ponto de cultura é uma conquista mantida a duras penas, tendo em vista que o espaço é alugado e se acumulam com isso os gastos com luz, água e internet. Durante muito tempo as contas do ponto de cultura foram pagas com trabalhos diversos. Joyce conta que todo mês o grupo tinha que criar alguma estratégia para fazer dinheiro. Uma das estratégias mais usadas era a produção de lanches, vendidos em festas no centro histórico ou na universidade federal. Quando o projeto do Ponto de Cultura foi firmado, o que se tinha acordado era que os recursos do Governo Federal, que eram distribuídos pela Funjope, seriam repassados por 3 anos, mas só chegou de fato durante um ano. Até hoje existem pendências com relação a esses valores. Atualmente o ponto de cultura é mantido pelo esforço da AMPC e dos moradores que contribuem.

Na esteira das articulações que formam o Porto do Capim em Ação, e depois a Associação, também teve a formação do coletivo de jovens Garças do Sanhauá, criado por volta do ano de 2015. Nesta época em que as Garças foram criadas a associação era formada majoritariamente por chefes de família que tinham idades variadas, mas poucas jovens. Por causa das diferenças de idade e disponibilidade de tempo, existia certa dificuldade na articulação de algumas das ações pensadas pela ala mais jovem da associação, que demandam maior tempo e dedicação. Além dessa diferença de dinâmica, era visto a necessidade de um coletivo que agregasse os jovens da comunidade no debate, assim junto com Rayssa, Joyce, Elaine e Rossana formaram um grupo de jovens, que viria a ser as Garças.



Imagem 30: As Garças do Sanhauá. Autor, 2022.

O evento que batizou as Garças do Sanhauá foi o Urbicentros⁶¹, um evento voltado ao debate sobre os centros urbanos, que no ano de 2016 foi todo feito no Porto. Tal parceria entre a organização do evento e a AMPC possibilitou uma forte visibilidade para a situação da comunidade, assim como a entrega de um projeto feito pelos alunos da residência nos cursos de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA⁶², voltados à requalificação do Porto a partir da perspectiva de permanência da comunidade. Além destes projetos, o evento também patrocinou a reforma do trapiche e contratou alguns moradores para auxiliar na alimentação dos participantes.

Nesse processo, descrito por Joyce como o batismo das Garças, a professora Beta volta e meia questionava as jovens sobre o nome do coletivo, que na época ainda não tinha um nome definido. Em certo momento do evento a professora diz que elas deveriam se chamar as Garças do Sanhauá, em referência às aves que sobrevoam a maré. O nome fez o maior sentido para elas, que adotaram o nome naquele instante. A participação das Garças hoje é fundamental para a AMPC, pois além de um apoio técnico relacionado às redes sociais e as lives que aconteciam quando a pandemia estava em descontrole, eles desenvolvem uma série de atividades voltadas à movimentação cultural da comunidade. Assim a AMPC e as Garças trabalham em sintonia, construindo semanalmente suas ações e alinhando as ideias.

O espaço do coletivo é também um espaço de formação da consciência da identidade e do senso de comunidade, neste sentido mais político do termo. Com o desenvolvimento das Garças esses jovens têm contato com atividades de organização, que os auxilia na formação de um senso crítico sobre a situação em que estão inseridos e da disputa sobre o território, assim como as formas práticas de articulação de reunião, como se faz um debate, além das falas em público. Esse espaço possibilita que estes jovens desenvolvam habilidades essenciais, tanto para o processo de militância, mas também para outros desafios de organização que possam vir. Além desse espaço de formação, é nas Garças que existe um espaço de troca de experiência diverso daqueles da família, com uma liberdade maior para temas que são sensíveis em casa.

As formas e motivos pelos quais essas mulheres se organizaram para formar a associação, seguem trajetórias muito próprias da dinâmica do Porto. Verônica, por exemplo, começou a se envolver por conta da sua relação com a igreja católica e uma inquietação pessoal sobre a possibilidade de um lugar tão incrível e singular ser desmanchado por causa de interesses difusos. Há também a trajetória de Nice e Odacir, que em um primeiro momento não tinham interesse em participar das reuniões, mas com o convite de outras pessoas foram e perceberam a importância de estarem atentas às movimentações. Com o tempo elas se tornaram figuras centrais nos debates sobre a permanência e o território.

61 Sobre o evento <https://www.ufpb.br/urbicentros/contents/paginas/apresentacao>

62 Os projetos podem ser acessados no seguinte link <https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/porto-do-capim>

Agora, um dos exemplos que chama a atenção, por trazer consigo a principal forma de participação nessas questões, é a participação de Rayssa na associação. A trajetória dela dentro da AMPC é interessante porque ela está dentro das articulações pelo menos desde 2016, sendo uma voz ativa dentro da organização dos eventos, mas só veio a integrar a diretoria da associação há poucos anos. Nisso o que queremos destacar é que, o que move esse exemplo de militância, que não necessariamente se filia a associação, é a relação concreta do cotidiano, principalmente nos grupos domésticos. É muito comum ver que algumas pessoas auxiliam em atividades da AMPC mas não são filiadas à associação. Durante as atividades da Gincana Vivenciando o Porto do Capim⁶³, por exemplo, tiveram a presença de Beto, Josenildo, membros dos grupos domésticos dos Holanda e de D. Geraldina, que auxiliaram os grupos da gincana na pintura e confecção de placas de sinalização para a comunidade.

Em situação similar estão outros moradores, principalmente os mais velhos, que por motivos diversos não estão organizados juntos a AMPC, mas que se posicionam firmemente frente a situações de embates. Na leitura feita por Joyce estas pessoas têm muitos afazeres, como o cuidado com a casa e com os netos, por exemplo, o que dificulta a participação nas reuniões regulares da associação. Contudo elas estão sempre presentes em reuniões importantes, como a que aconteceu com representantes da Prefeitura sobre a regulamentação fundiária da comunidade⁶⁴. Nesta reunião mais ampla, que começou com uma apresentação de representantes da prefeitura, alguns apontamentos foram feitos. O apontamento que mais acirrou os ânimos, durante a apresentação, foi um estudo que indicava parte da Vila Nassau como suscetível a alagamento. Esse apontamento foi compreendido como um empecilho para a regulamentação e levou a falas precisas como a de D. Fátima que vamos reproduzir aqui.

“Boa noite. Eu quero fazer e confirmar as palavras de Jutinha. Eu acho que o estudo deve ser feito por uma organização fora da prefeitura. Porque? Porque a tanto tempo que nós temos direito a essa regulamentação, que eu sei, porque a prefeitura não deu a nós? Quer, porque quer, ver um estudo, um levantamento, se a gente já tem entrelaçamento até do antropólogo, o que é que querem mais? A nos dar o direito que nós temos da regulamentação das nossas casas. Não são ruins, não vejo a maré alagar casa nenhuma aqui. Inclusive a minha não alaga, graças a Deus. O lugar aqui é maravilhoso. Me mostre um lugar que tem o ônibus que passa na porta, todos, toda linha passa na minha porta e eu ainda tenho o luxo e o prazer de ter o trem para ir e vir de Cabedelo a Santa Rita. Ai chega a prefeitura passada, com uma mensagem maravilhosa de 48 horas pra gente arrumar as trouxas e sair fora. Isso não é digno de ninguém. A prefeitura tem sim o direito de dar nosso

63 Esta gincana aconteceu entre os dias 13,14 e 15 de maio de 2022 e marcou a retomada das atividades de turismo comunitário. Para esse retorno a AMPC/Garças organizaram uma gincana ente os moradores da comunidade, com foco nas crianças e adolescentes, com objetivo de trazer essas pessoas para as organizações da comunidade e de sensibilizá-los. Neste evento colaborei como júri nas atividades que tinham pontuação para as equipes e também fiquei como monitor. Foi importante conversar com aqueles jovens e ver como era a recepção deles sobre as questões da comunidade, ver também que muitos deles não estavam a par da situação e não conheciam a associação. Essa atividade mobilizou muitos dos adultos também, tanto daqueles que participaram dentro da gincana, como aqueles que estavam de fora vendo as atividades.

64 O coletivo Garças do Sanhauá produziu uma live com a reunião disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8_qTurqtK1U&t

direito que é assistido por toda lei, que assiste a gente ficar no nosso lugar. Na casa que eu moro, foi a primeira casa que Deus me deu, eu não dou ela a ninguém. Estou com a comunidade e não abro, entendeu? Isso aí é uma coisa que a prefeitura faz com a pessoa mais humilde, vir esmagando a pessoa sentimentalmente. Gente eu já adoeci, eu já baixei em hospital. Eu já envelheci mais de dez anos com essa encrenca da prefeitura com a gente. Tenham compaixão das pessoas, do ser humano, viu? O covid veio aí pra baixar o nariz de quem quer que seja que tenha ele empinado, viu? Inclusive da prefeitura. Que todo projeto bom que é feito a prefeitura nem ninguém, nem o estado, deixa o morador que tenha o salário mínimo morar, ele joga lá pro fim, aonde o vento faz a curva e a minha casa é digna deu morar, eu suei e estou reformando para morar melhor, boa noite e obrigado. Gente, to com vocês e não abro.” (Fala de D. Fátima na reunião com agentes da Prefeitura em 16/08/22)

Essa fala de D. Fátima se mostra como uma síntese dos anos de conflito com a Prefeitura, assim como da compreensão sobre os direitos sobre o território. Em momentos de diálogo, como este, todos os moradores ficam desconfiados da posição dos agentes, uma desconfiança justificada pelas diversas promessas e acordos elaborados em conjunto com a Prefeitura e que foram descumpridos posteriormente. Contudo, manter estas pessoas informadas deste processo demanda muita habilidade por parte das organizações, que também são alvo de críticas. Como dito anteriormente, a AMPC disputou espaço dentro da comunidade com outra associação, esta liderada por um único membro. A AMPC cresce e se estabelece como a mediadora nos diálogos da comunidade com outros agentes a partir dos eventos de 2019, quando nos primeiros momentos de ação da Prefeitura, pessoas como Nice e D. Odacir estavam na Vila Nassau, conversando com os moradores. Outro aspecto que contribui para fortalecer internamente esta legitimidade da Associação, conforme avaliam estas interlocutoras, é a transparência que se tem em cada uma das reuniões com agentes externos à comunidade. Para isso, existem grupos no *whatsapp* onde os informes circulam, tanto em formato de texto, quanto em áudio, para que possa atingir a todos da comunidade. Assim, quando uma reunião como esta em que D. Fátima falou, acontece na comunidade, existe um grande esforço para que todos possam participar e se posicionar. Desta maneira, a Associação, segundo integrantes, não se propõe a ser a voz da comunidade, mas sim uma facilitadora neste diálogo. Ao que se mostra, a Associação reproduz as mesmas estratégias dos grupos domésticos, onde seus membros e colaboradores se articulam para fins específicos, assim como tentar resolver os conflitos existentes a partir de um diálogo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto nesta dissertação, tentamos compreender e refletir sobre o conflito que envolve a comunidade ribeirinha do Porto do Capim e a Prefeitura de João Pessoa. Este contexto provoca uma série de questões fundamentais para a compreensão sobre a maneira como se dá a construção de uma identidade etnicamente diferenciada em contexto urbano, ressaltando a importância dos laços de parentesco e interação no ambiente. Outro aspecto é a forma com que grupos da cidade se relacionam com sua memória e com as pessoas que a desenham.

Conforme foi visto, a região do centro da cidade passou por transformações vigorosas no início dos séculos XX e XXI, cada uma destas tentando imprimir uma imagem muito distinta daquela que os moradores da comunidade do Porto do Capim apresentariam. Destas transformações, a que mais impactou a comunidade foi a construção do Centro Histórico que, como apontado por Gonçalves (2014) e Scocuglia (2004a, 2004b) tinha como uma exigência a remoção da comunidade. Este processo, que tem pouco mais de trinta anos, marca profundamente as relações internas e externas de alguns grupos domésticos da comunidade, que então passam a se articular para garantir seus direitos de permanência e de exercício de um modo de vida, buscando intensificar internamente os vínculos existentes, compactando-os e entre si, e estimulando a autopercepção como uma comunidade.. Além disso, o desenho do parque ali subjacente sustenta a remoção a partir da perspectiva de que o espaço onde a comunidade se encontra teria uma “tendência natural” para ser um espaço público e que a presença da comunidade não estaria de acordo com esta perspectiva de “público”. O que se percebeu nesta proposição é que a ideia de público compreendida pelos agentes do Estado é de que este seria um espaço de circulação, no qual as pessoas apenas transitam, e não de criação de relações em e no lugar. Para Koury (2001) o processo de transformar um espaço em *lugar* parte de um movimento de enraizamento entre o indivíduo e o ambiente, de maneira que, quanto mais envolvido com este ambiente, mais autônomo é o indivíduo por fazer parte do mundo, ou como o autor aponta, é uma simbiose entre estar e ser no mundo.

Quando Harvey (2014) discute a ideia de bens comuns está apontando que os espaços são espaços de conflito entre os entes estatais, que percebem a cidade como meio para geração de lucro, enquanto que outros agentes disputam a cidade com meio para o desenvolvimento das relações sociais, de comunalização. Seguindo o autor, quando o mercado imobiliário aplica sua lógica de revitalização, com aumento dos custos de vida de uma região e sua gentrificação, o que se tem é a degradação deste “comum”, em que as relações sociais existentes nestes espaços se desfazem, pela imposição de outras lógicas de relação. Quando nos debruçamos sobre os eventos ocorridos em

2019, no embate com a Prefeitura, percebemos os efeitos mais agressivos do processo de gentrificação e das violações citadas pelo Relatório de violações aos direitos humanos no processo de implantação do PAC- Cidades Históricas E PAC– Sanhauá na Comunidade do Porto Do Capim (CRDH-UFPB, 2014).

Neste ponto, retomando Koury (op. cit.) e sua visão sobre o conceito de *lugar*, é claramente possível relacioná-lo com o histórico de ocupação e de vivência das famílias na região do antigo porto da cidade, resultando no estabelecimento de relações comunitárias no lugar Porto do Capim.

A comunidade do Porto passou a se caracterizar como ribeirinha por compreender as origens dos moradores, cuja vida em grande medida esteve (e continua a estar) relacionada ao rio Sanhauá e às atividades e conhecimentos desenvolvidos a partir da lida na maré. Estas relações estão presentes no cotidiano das pessoas, nas relações com os vizinhos, assim como justamente na forma de interagir no ambiente.

Em dialogo com Assad (2017), apontamos a trajetória dos grupos domésticos no Porto, tanto na sua chegada ali, como também no estabelecimento paulatino e continuado de relações entre eles, ao longo do tempo. Tais vínculos são o que dão forma e dinâmica à comunidade, acabando por constituir uma identidade, diretamente relacionada ao território. Como bem aponta Barth (2000), a identidade étnica se define pela organização de elementos culturais que geram uma contrastividade entre os grupos em interação. Desta maneira, quando os moradores do Porto se reivindicam como “filhos do Porto” estão ativando uma categoria étnica.

Por outro lado, como Barbosa da Silva e Mura (2018) apontam, o controle sobre um espaço geográfico é primordial para a organização da vida em grupo. Este controle se dá a partir de atividades praticadas no território, produzindo o que os autores chamam de *processo de dominialização*. Quando os grupos domésticos que viviam nas ilhas do rio Sanhauá saem destes espaços e vão residir no porto, eles estão transitando entre espaços em que aplicam uma dominalização (não um sentido apenas de domínio sobre ele, mas como processo de, a partir da interação com seus seres e elementos, estabelecer-se nele), em busca de diversificar seu acesso a recursos, tendo o rio um papel fundamental.

Por fim, pudemos compreender o papel das agentes de articulação da comunidade, fundamentalmente o das mulheres, no embate com a Prefeitura. De fato, a Associação de mulheres do Porto do Capim e o coletivo Garças do Sanhauá mobilizaram ou produziram um gerenciamento da presença de diversos agentes externos à comunidade (como grupos da Universidade Federal da Paraíba, coletivos sociais, padres da Igreja Católica, artistas, políticos etc.), procurando assim criar e em seguida ampliar um espaço de visibilidade da luta do Porto para o restante da sociedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo.W. **Terra de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livre', 'castanhais do povo', faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.a ed, Manaus: pgscs-ufam, 2008.

ASSAD, Patrícia. **"Povo de ilha" dinâmica territorial, identidade e tradição de conhecimento na comunidade do Porto do Capim – PB**. Dissertação em Antropologia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2017.

ARAÚJO, Marianna de Queiroz. **Ecologia doméstica e transação de conhecimento entre grupos domésticos potiguara da aldeia Jaraguá de Monte- Mór, PB**. Dissertação de Mestrado, PPGA/UFPB. 2017

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. **Mais além da “aldeia”: território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado. UFRJ/ MN/ PPGAS, 2007.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In Fredrik Barth (compilação de Tomke Lask), **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BATISTA. Juarez. **Caminhos, Sombras e Ladeiras**. Esboço de perfil de cidade no Nordeste Brasileiro. Editora a União, 2ª Ed. 1951.

BRAGA, E. O.; MORAES, C. G. M. S. M. Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no centro histórico de João Pessoa/PB. **Revista Nanduty**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 20–52, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5348>. Acesso em: 13 Fev. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fev. de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 Fev. 2022.

COSTA. Ana Luiza. **Perímetro De Proteção Do Centro Histórico De João Pessoa: Três Décadas De História**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGEUA/UFPB. 2009.

CRUZ, Alana Cavalcanti e SILVA, Keila Queiroz E. A abertura da avenida Epitácio Pessoa, da cidade da Parahyba à cidade João Pessoa: olhando para o mar e esquecendo-se do Rio Sanhauá. In. **XXVII Simpósio Nacional de História**. 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364613622_ARQUIVO_PARAAANPUH.pdf> Acessado em: 13 Março 2021.

DEL CASTILLO, M. L. El parque donde está prohibido bailar: la competencia por el espacio público en Lima. **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 67, p. 48–65, 2021. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/2239>. Acesso em: 7 Fev. 2022.

DIAS, Clóvis. **A FORÇA DA FORMA: entre o rio e o mar o Centro de João Pessoa ainda perto do Sanhauá**. Tese de Doutorado. PPGAU-UFBA. 2013

FABRÍCIO, Irley David. As estratégias e ações do movimento Porto do Capim em Ação à luz do conceito de heterotopia de Foucault. **Revista em Debate**. n. 16 (2016): 2°. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2016n16p55> Acesso em: 15 Fev. 2021

GONÇALVES, Helena Tavares. 2014. **O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços do centro histórico de João Pessoa (PB)** / Helena Tavares Gonçalves – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

HARVEY, David. 2014. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. - São Paulo : Martins Fontes.

INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. In: **The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. Taylor & Francis e Library. 2002

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. In. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010

INGOLD, Tim & KURTTILA, Therhi. Percebendo o ambiente na Lapônia finlandesa, **Revista Campos**, v. 19, n. 1, 2018, pp, 169-182.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, Pertença e Ação Cultural. In. **Revista Cronos**, v.2, n.1, p. 131-137, jan/jun. 2001.

_____. O que é medo: Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba. **Psicol. Soc.** 21 (3) Dez 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. UMA CIDADE EM (RE)CONSTRUÇÃO: A CIDADE DA PARAÍBA NO SÉCULO XIX. In. **Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Vol. X, núm. 218 (38), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-38.htm#_ednref2> Acessado em: 13 Julho 2021.

_____. RUAS, CASAS E SOBRADOS DA CIDADE HISTÓRICA: ENTRE RUÍNAS E EMBELEZAMENTOS, OS ANTIGOS E OS NOVOS USOS. In. **X Coloquio Internacional de Geocrítica DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EN EL MUNDO, EN LAS CIENCIAS SOCIALES**, 1999-2008. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/150.htm#_edn10> Acessado em: 13 Setembro 2021.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. Editora A União. 1978.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Os coretos no cotidiano de uma cidade**. Ed. Fundação Cultural do Estado da Paraíba. 1990.

MURA, Fabio e BARBOSA DA SILVA, Alexandra. “Organização doméstica, tradição de conhecimento e jogos identitários: algumas reflexões sobre os povos ditos tradicionais”. In **Raízes** (UFPB), v. 31, p. 96-117, 2012.

MURA, Fabio et al. (coord.). **Informe técnico sobre a tradicionalidade de ocupação da comunidade do Porto do Capim (João Pessoa – PB)**. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, ago., 2019.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro** - Rio de Janeiro : E-papers, 2012.

RUIZ, Maria R. **Política e devoção na festa de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Capim, João Pessoa (PB)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGA UFPB. 2016.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. **Revitalização Urbana e (Re)Invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB. 2004a.

_____. **Cidadania e patrimônio cultural: Oficina-Escola, Projeto Folia Cidadã e Achervo no Centro Histórico de João Pessoa**. Ed, Universitária/UFPB. 2004b.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Taylor & Francis e-Library, 2005

Silva, Alexandra Barbosa da and Mura, Fabio Territory and domestic ecology among the Kaiowa of Mato Grosso do Sul. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology [online]**. 2018, v. 15, n. 2 [Accessed 15 December 2021], e152402. Available from: <<https://doi.org/10.1590/1809-43412018v15n2a402>>. Epub 08 Nov 2018. ISSN 1809-4341. <https://doi.org/10.1590/1809-43412018v15n2a402>.

WILK, Richard R. “Households in Process: agricultural change and domestic transformation among the Kekchi Maya of Belize”. In R. McC. Netting; R. R. Wilk; E. J. Arnold (editors), **Households. Comparative and historical studies of the domestic group**. Berkeley: University of California Press, 1984.

WILK, Richard R e NETTING, Robert McC. “Households: Changing Forms and Functions”. In R. McC. Netting; R. R. Wilk; E. J. Arnold (editors), **Households. Comparative and historical studies of the domestic group**. Berkeley: University of California Press, 1984.

ZICCARDI, A.; DAMMERT, M. Las desigualdades urbanas y el derecho a la ciudad. **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 67, p. 82–91, 2021. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/2435>. Acesso em: 7 Jan. 2022.

ANEXO


MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, João Pessoa/PB (CEP: 58053-900)

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 40 /2019.

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de João Pessoa

NOTIFICADO: _____

CPF/RG Nº: _____

ENDEREÇO: Praça 15 de Novembro, n.º 173
Casa e Mansão - casa fechada

João Pessoa, 19 de março de 2019.

Ilmo.(a) Sr.(a) Responsável:

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através de suas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento, vem NOTIFICAR V. Sr.ª, para, voluntariamente, DESOCUPAR a área localizada no endereço supracitado, no prazo de até 48hs, tendo em vista que se encontra em Área de Risco Ambiental situada integralmente dentro de Área de Preservação Permanente - APP do Rio Paraíba, contrariando o inciso XII do art. 221 do Código Municipal de Meio Ambiente, bem como o art. 87 do Código Municipal de Posturas, sujeitando o responsável, caso não cumpra a presente notificação, respectivamente, ao pagamento de multa prevista no inciso I do art. 6º do Decreto Municipal nº 5.433/2005, e no art. 275, IV, b, do Código Municipal de Posturas.

O prazo acima é IMPRORROGÁVEL e o descumprimento desta notificação acarretará na adoção das medidas legais cabíveis ao caso, bem como na lavratura de AUTO DE INFRAÇÃO e inscrição do débito na DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO e sujeitará a cobrança judicial, via AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL.

Assinatura/Ciência do Notificado:
Foi entregue a Sr. Sandra Bezerra Barbosa
juizomaria

Data de recebimento da notificação: 19/03 /2019.

Hora: _____

Maria de Fátima Nobrega Odebrecht
Fiscal SEMAM/JOÃO PESSOA
Mat. 08.114-11 / 1205

FISCAL SEMAM/MATRÍCULA


FISCAL SEMAM/MATRÍCULA

Imagem : Notificação Feita pela Prefeitura. Imagem do Portal G1

Lista de nomes do Diagrama de Parentesco de D. Geraldina

1	Geraldina Pereira da Silva	36	Dorgival
2	Júlio Pereira	37	Letícia
3	Ivanilda Pereira (nilda)	38	Veloze
4	Marcos Pereira (Peba, casado com adeuzite, entrou no diagrama de Maria Diogo)	39	Jeffersson
5	Edna Pereira (Preta)	40	Ane
6	Zenilde Pereira (Nena)	41	Kauê
7	Eliane Pereira	42	Ryan
8	Eliete Pereira da Silva	43	Kawã Jefferson
9	Marcelo Pereira	44	José
10	Josenildo Pereira (Ibo)	45	Esmael
11	Josinaldo Pereira (Nado)	46	Cristiano (filho adotivo de 1, registrado no nome da avó)
12	Maria Nazaré Pereira (Naiar)	47	Manoel (dodó)
13	Antonio Carlos Pereira (Toinho) (filho de criação da mãe de Odacir)	48	Manoela Muniz
14	Josemar Pereira da silva (mar)	49	Soraya Muniz
15	Elizangela Pereira da Silva (Zinha)	50	Jéssica
16	Júlio Pereira da Silva Júnior (esposa e filhos estão no diagrama de Odacir)	51	Andreia
17	Luiz Henrique	52	?
18	Beto	53	Rodolfo
19	Shirley	54	Melani (mel)
20	Patrícia	55	Roberto Carlos Diogo (entrou no diagrama de Maria diogo)
21	Tiago	56	Gilmar
22	Luiz fernando (Filho biológico de 06)	57	Geovane
23	Gilmar	58	Verônica
24	Jovelina	59	Laerte Lucas Lima (Filho adotivo)

25	?	60	Samuel Carvalho (filho adotivo)
26	?	61	Edilene Pereira da Silva
27	?	62	Joelde Pereira da Silva
28	?	63	Marcela Oliveira de Carvalho (sobrinha de 58)
29	?	64	Robson Pereira da Silva
30	?	65	Kiara Vitória Carvalho
31	Renata	66	Ana Clara Carvalho
32	Samara	67	Negão
33	?	68	Mayara
34	?	69	Felipe
35	cícero	70	?
71	?		
72	?		
73	?		
74	Jéssica		
75	Esherlen		
76	Evelin		
77	Odenice		

Lista de nomes do Diagrama de Parentesco de D. Odacir

1	Odacir de Oliveira Santos	36	Pedro Lucas
2	José Francisco Melo dos Santos	37	Maria Eduarda
3	Odenice de Oliveira Santos	38	Alberto Jorge
4	Claudio Carneiro	39	Pablo Aquiles
5	Claudemir de Oliveira Carneiro	40	Danielle
6	Josenildo Pereira da Silva	41	Flavia
7	José Severino dos Santos	42	Thomas
8	Maria de Oliveira Santos	43	João Miguel
9	José Severino dos Santos Filho	44	Maria
10	Maria de Lourdes de Oliveira Santos	45	Roseane
11	Ozinaldo de Oliveira Santos	46	Pedão
12	Emanuel de Jesus Oliveira Santos	47	Daluiz
13	Solange	48	Maria de Olga
14	Sheila	49	Elizabethe
15	Sara	50	Thelma
16	Jessica	51	Lorinlo
17	Raniele	52	D. China Diogo
18	José Ailton	53	Jordes
19	Caroline	54	Theo
20	José Manuel	55	Ana
21	Alida	56	Elineuza
22	Alisson	57	Zé Lima
23	Alan	58	Adriano Campos
24	Maria José	59	Antonio Carlos
25	Bruna	60	Emanuel
26	Ellen	61	Aucelir
27	Eloiza	62	Diogenes
28	Julio Pereira Junior	63	Aline
29	Janille	64	Jiuliano
30	Paula Fabiana	65	Alex
31	Julio Gabriel	66	Kassia
32	Maria Julia	67	Gabriela
33	José Rodrigo	68	Gizele

34	Anthony	69	Davi
35	Esthefany	70	

Lista de nomes do Diagrama de Parentesco de Seu Pedro Holanda

1	Gerlane Marlene de Holanda	36	Val
2	Marlene Juvino de Holanda	37	Gisele
3	Pedro Paulino de Holanda	38	Heider
4	Antônio Ferreira do Nascimento	39	Pamela Ana Rodrigues de Holanda
5	Geise Ferreira de Holanda	40	Milena
6	Geane Ferreira de Holanda	41	Larissa
7	Giliade Ferreira de Holanda	42	Luana
8	Giulane Ferreira de Holanda	43	Flavio de Lácio da Silva
9	Geovane Ferreira de Holanda	44	Diógenes
10	Risolanda de Holanda	45	Alberto José
11	Risomar de Holanda	46	Johnson Holanda
12	Giêlda de Holanda	47	Kenia
13	Geraldo de Holanda	48	Angélica
14	Genísio de Holanda	49	Robson
15	Geomésio	50	Jackson
16	Chota	51	Talisson
17	Gilberto	52	Flavio
18	Ginoiso	53	Rayssa
19	Jeevá	54	Rossana
20	Elias	55	Diego Vinícius
21	Edilson	56	Moca
22	Maria Joé	57	Caraca
23	Holandina	58	Josemar
24	Maria de Lourdes	59	Andreza
25	Edivaldo	60	Neto
26	???	61	André
27	João	62	Nicole
28	Jonas Conceição de Lima	63	Cecília
29	Sara Raquel	64	Andriele
30	Abraão	65	Aline
31	Amelinha	66	Glebson
32	Flavio Antônio da Silva		
33	Anderson Farias da Silva	67	Alice
34	Ariete Delfino	68	Theo
35	Alan Lucas	69	Talina

70	Talisson
71	Wilma
72	Adriel
73	Patricia Farias (mãe de Diego)
74	Antonio José (pai de 55)
75	Daniela Janaina
76	Conceição (primeira mãe de patricia)
77	Marleide (esposa de 15)
78	Denis
79	Rosa
80	?
81	Juliana
82	Marina
83	Denis
84	Diogo
85	Amoz
86	Rebeca
87	Whashimon
88	?
89	Duda
90	?
91	?
92	?
93	Raiane
94	Denyo
95	Ana Flávia
96	Jasmin
97	Evelin
98	Claudineia
99	Gabriel
100	Ubemilda
101	Raiane
102	Claudete
103	Victor
104	Tia delma (irmã de marleide)

105	Emanuela
106	Jonatan (guinho)
107	Bruno
108	Dioni
109	Arthur
110	Elisa
111	Maria Jília
112	alme
113	Maria eduarda
114	marisa
115	?
116	Silvia
117	Breno
118	?
119	Brenda
120	?
121	Zuleide
122	Mércia
123	Jeferson (afarel)
124	Andressa
125	Pedro
126	Noca
127	Leandra
128	Lairton
129	Lusiana (2ª esposa de keno/ irmã de noca)
130	?
131	Milena
132	Mariana
133	Maria Clara
134	Pedro
135	?
136	Miguel
137	?
138	Jô
139	Michael

140	?
141	Lafsa
142	Maria Luísa
143	Geová
144	Nenem (cleide)
145	Nina
146	Novinha
147	Joan
148	?
149	?
150	?
151	?
152	Lindemberg
153	?
154	?
155	Danielo
156	Edilson
157	?
158	Erickson
159	Emile
160	Diana
161	Edilson
162	Bruna
163	Evelin
164	Sandra
165	Ruan
166	Aline
167	estevão